

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

ALINE ENRICONI DA SILVA

**NA TESSITURA DOS PROCESSOS DE IDENTIDADE DOS
PROUNISTAS/UNISINOS: A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL E ACADÊMICA**

SÃO LEOPOLDO

2014

Aline Enriconi da Silva

NA TESSITURA DOS PROCESSOS DE IDENTIDADE DOS
PROUNISTAS/UNISINOS: A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL E ACADÊMICA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. José Ivo Follmann

São Leopoldo

2014

S586t Silva, Aline Enriconi da
Na tessitura dos processos de identidade dos
Prounistas/Unisinos: a contribuição do programa de
inclusão educacional e acadêmica / Aline Enriconi da Silva-
- 2014.
130 f. :il. color. ; 30cm.
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Vale do
Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação Ciências
Sociais, São Leopoldo, RS, 2014.
Orientador: Prof. Dr. José Ivo Follmann.

1. Ensino superior - Inclusão educacional - 2. Processo de
identidade. 3. Programa de Inclusão Educacional e
Acadêmica. 4. NEABI/UNISINOS. I. Título. II. Follmann, José
Ivo.

CDU 378

Catalogação na Publicação:
Bibliotecário Eliete Mari Doncato Brasil - CRB 10/1184

Aline Enriconi da Silva

NA TESSITURA DOS PROCESSOS DE IDENTIDADE DOS
PROUNISTAS/UNISINOS: A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA DE INCLUSÃO
EDUCACIONAL E ACADÊMICA

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. José Ivo Follmann

Prof.^a Dr.^a Adevanir Aparecida Pinheiro

Prof.^a Dr.^a Márcia Eliane Leindcker da Paixão (UFSM)

Prof.^a Dr.^a Miriam Steffen Vieira

*“Sempre fica alguma coisa de nós para trás, ao deixar um lugar,
Permanecemos lá, apesar de termos partido.
E há coisas em nós, que só reencontraremos ao voltar.
Viajamos ao nosso encontro, quando vamos a um lugar onde vivemos parte
de nossa vida, por mais breve que tenha sido” [...].*

AGRADECIMENTOS

A caminhada percorrida ao longo de mais de dois anos de leituras, de seminários, de trabalhos a apresentar é que, de uma forma ou de outra, construiu a dissertação que aqui apresento, ao contar um pouco de minha história e de meus sonhos. Nessa construção, pude receber o apoio e o incentivo daqueles que são especiais para mim.

Antes de tudo, quero agradecer ao meu melhor amigo, Deus. Sou profundamente grata por tê-lo encontrado e por tudo o que tem me concedido e me oportunizado compartilhar.

Em um plano um pouco diferente, encontram-se pessoas especiais, a quem, com carinho, agradeço:

... Aos meus pais, Paulo Henrique e Maria Helena, ao meu irmão André e à minha avó Eny, por me mostrarem a importância de se construir vínculos de amor, de compromisso e de solidariedade, um para com o outro...

... Ao meu marido, companheiro e amigo Victor, por acreditar em mim e por, sempre com muita paciência e carinho, estar ao meu lado, juntamente com seus familiares, em todos os momentos...

... Ao meu orientador, Professor José Ivo, pela acolhida e pelas orientações, ao longo deste trabalho...

... À Associação Antônio Vieira, nas colegas Leila e Vandrizi, pelo aprendizado ao construir e ao compartilhar conhecimentos...

... Aos colegas da Gerência de Ação Social pelo apoio...

... As minhas amigas, Sandra, Natache, Fernanda e Karla pelo incentivo e pela amizade...

... À Professora Adevanir e à equipe do NEABI, pela acolhida...

... À Professora Maria Aparecida pela oportunidade de iniciar essa caminhada...

... Aos colegas do Mestrado 2012, em especial, à Beth e Lígia, por fazerem a caminhada comigo...

... Aos estudantes bolsistas, que permitiram compartilhar suas experiências, dando vida e qualificando este estudo...

... À Universidade do Vale do Rio dos Sinos, pelo apoio e pela oportunidade de realização desta capacitação.

RESUMO

Este trabalho tem como foco investigar, no processo de construção da identidade do estudante prounista da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a contribuição do Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica (PIEA), o qual, fundamentado na proposta inaciona, visa à excelência acadêmica voltada à promoção da justiça, da inclusão social e do desenvolvimento de uma sociedade sustentável, por meio de um processo reflexivo e comprometido com o seu tempo. O PIEA consiste em ofertar bolsas de estudo integral e parcial e em viabilizar Apoios Complementares aos estudantes bolsistas, a fim de garantir o acesso, a permanência e o sucesso educacional e acadêmico. A pesquisa, sustentada por uma análise qualitativa, analisa e discute os processos de identidade a partir das histórias de vida de cinco estudantes prounistas da UNISINOS. Também se promoveu uma investigação documental, consultando-se a Legislação do Ministério da Educação (MEC), o Plano Nacional de Educação (PNE), a Política Educacional da Associação Antônio Vieira (ASAV) e o Banco de Dados do PIEA/UNISINOS. No que tange à abordagem dos processos de identidade, as referências adotadas foram as de: Jose Ivo Follmann, Stuart Hall e Sygmunt Bauman; outras consultas também recorreram a: Anthony Giddens, Jacques Delors, Immanuel Wallerstein, dentre outras fontes. A investigação objetivou, portanto, analisar como esses sujeitos - muitas vezes, anônimos e invisíveis - estão construindo seus processos de identidade, a partir de sua inserção no PIEA/UNISINOS.

Palavras-chave: Processos de identidade. Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica. NEABI/UNISINOS.

ABSTRACT

This paper focuses on investigating in the identity processes of *prounista* students at UNISINOS the contribution of the Academic and Educational Inclusion Program - AEIP. The program, based on the ignatian proposal, aims at academic excellence directed toward the promotion of justice, social inclusion, and the development of a sustainable society, through a reflective and committed process to its time. The AEIP offers full and partial scholarship and Additional Support to scholars, seeking to ensure access, attendance, as well as educational and academic success. The research, supported by a qualitative analysis, analyzes and discusses the identity processes from the background of five *prounistas* students of UNISINOS. A documental investigation was carried out, referring to MEC legislation, the National Education Plan (NEP), ASAV Educational Policy, and AEIP/UNISINOS database. In addressing the identity processes, the references used were: Jose Ivo Follmann, Stuart Hall, and Sygmunt Bauman; other references used were: Anthony Giddens, Jacques Delors, Immanuel Wallerstein, among others. This research aimed to examine how those subjects, often anonymous and invisible, are building their identity processes from their insertion in AEIP/UNISINOS.

Keywords: Identity Processes. Academic and Educational Inclusion Program. NEABI/UNISINOS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Transformação do Gráfico das Classes Sociais	30
Figura 2 - IDEB - Resultados e Metas do Rio Grande do Sul - Ensino Médio.....	34
Figura 3 - As Representações Construídas pelos Sujeitos sobre sua Identidade Profissional.....	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bolsas de Estudo	51
Tabela 2 - Apoios Complementares	51

LISTA DE ABREVIATURAS

ASAV	Associação Antônio Vieira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Ensino Superior
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
PIEA	Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica
PIS	Programa de Integração Social
PNE	Plano Nacional de Educação
PNPIR	Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SISPROUNI	Sistema PROUNI
SISU	Sistema de Seleção Unificada
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 UM DESAFIO PARA A SOCIEDADE PÓS-MODERNA: A GLOBALIZAÇÃO	19
2.1 MODERNIDADE LÍQUIDA	19
2.2 UTOPIA? POSSIBILIDADES NA UTOPÍSTICA?	21
2.2.1 O Sonho na Utopia e na Utopística	22
2.3 GLOBALIZAÇÃO: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO	23
2.4 A GLOBALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS	24
3 A INTER-RELAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS COM AS POLÍTICAS: A POSSIBILIDADE DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA	28
3.1 CLASSES SOCIAIS: UMA NOVA CONSTRUÇÃO	28
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UM CONVITE AO DEBATE	31
3.2.1 Política de Avaliação em Larga Escala: o ENEM como Protagonista da Inclusão	33
3.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI	35
3.3.1 O PROUNI na UNISINOS	39
3.3.2 Política de Cotas: a possibilidade do resgate da cidadania, além da inclusão	40
3.3.2.1 PROUNI: Cotas para Afrodescendentes, Indígenas e Deficientes Físicos....	42
3.4 POLÍTICA INSTITUCIONAL: O PROGRAMA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E ACADÊMICA	45
3.4.1 O PIEA na UNISINOS	47
3.4.2 A Identidade do Estudante Prounista UNISINOS	50
4 NA TESSITURA DE INCLUSÃO, OS PROCESSOS DE IDENTIDADE	52
4.1 NO EMBATE DA EXCLUSÃO, A POSSIBILIDADE DA INCLUSÃO SOCIAL	52
4.2 IDENTIDADE: MULTIPLICIDADE DE CONCEPÇÕES.....	56
4.2.1 Identidades: Cultural e Profissional	58
5 DIALOGANDO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA	62
5.1 CONVERSANDO COM LUAN... ..	62
5.2 CONVERSANDO COM SOFIA... ..	66
5.3 CONVERSANDO COM ESTRELA.....	73
5.4 CONVERSANDO COM ONÇA.....	77
5.5 CONVERSANDO COM VIDA NOVA.....	83

5.6 NA TRILHA... OUVINDO E OUVINDO-ME	87
6 CONCLUINDO... COM ENCAMINHAMENTOS.....	95
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	104
APÊNDICE B - CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO NA PESQUISA.....	106
ANEXO A - PORTARIA NORMATIVA NO- 27, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.....	107

1 INTRODUÇÃO

Escuta, acolhida, práticas de inclusão. Acolhida, escuta, encaminhamentos, práticas de inclusão, apoios e acompanhamento dos prounistas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Nos processos vividos em minha história, essas palavras foram - e são - de extrema importância e hoje fazem parte de uma trajetória que se formaliza no compromisso do fazer profissional.

Portanto, primeiramente, antes de iniciar a exposição acerca do que se trata neste trabalho, cabe contextualizar a trajetória profissional vivenciada na UNISINOS, o que vem ao encontro do estudo que se propõe, na intenção de instigar a reflexão a partir do próprio fazer profissional, que se fundamenta na atividade de Assistente Social do Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica (PIEA) da UNISINOS, em busca da implantação de “[...] uma proposta de políticas para a integração e visibilidade das práticas de inclusão educacional e acadêmica”. (ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA, 2013, p. 1).

O PIEA, como política institucional, potencializa o compromisso social da Universidade com os estudantes, visando ao acompanhamento acadêmico do prounista e acolhendo-o em suas necessidades, sejam elas acadêmicas ou sociais, na busca por excelência acadêmica.

Antes de ingressar como Assistente Social na UNISINOS, trabalhava como autônoma pela Cooperativa Cooperworks, na mesma instituição, por quase dois anos. Iniciei acompanhando o processo seletivo das bolsas de estudos da filantropia (hoje, em processo de extinção) e colaborei na constituição do processo seletivo do PROUNI na Universidade. Nessa função, realizava entrevistas para estudos socioeconômicos e visitas domiciliares. Muitas vezes, nesse trabalho, refletia sobre questões, como: considerando-se o perfil do estudante ingressante, como seria o seu desempenho acadêmico? O que esse estudante ingressante esperava, com a sua entrada na Universidade? Concluiria o curso com a bolsa de estudos? Como seria a sua inserção no mercado de trabalho?

Nessa reflexão, tinha sempre presente que o estudante prounista frequentara o Ensino Médio em uma escola da rede pública que oferece, muitas vezes, ensino deficitário e em que a aprendizagem ocorre pela memorização. Em tal contexto, instalam-se fragilidades na aprendizagem que podem levá-lo, na graduação, a perder o subsídio do PROUNI, pelo não aproveitamento acadêmico.

Outro fator relevante a ser considerado se concentrava em saber como esse estudante iria custear suas despesas em transporte, em alimentação e em materiais didáticos necessários, visto que muitos cursos de graduação ofertam disciplinas que requerem materiais de custo elevado. No caso, em se tratando deste estudo, questiona-se: os estudantes que cursam essas disciplinas teriam condições de adquirir os materiais, para efetivar suas aprendizagens e continuar na Universidade, usufruindo de sua bolsa de estudos? Também deve se considerar que muitos estudantes vêm de cidades localizadas há mais de sessenta quilômetros da Universidade: assim, como fariam para financiar todas as suas despesas?

Vale assinalar que o estudante bolsista integral do PROUNI possui renda familiar mensal *per capita* de, no máximo, um salário mínimo e meio. Ademais, deve deslocar-se para a Universidade para frequentar as atividades propostas pelo curso de graduação em que está matriculado, atendendo também as regras de desempenho acadêmico propostas pelo Ministério da Educação (MEC).

Ao percorrer o caminho da pesquisa, podemos andar por uma trilha, porque, quando a avançamos, muitas vezes, pode-se abrir um novo caminho, com a possibilidade de se contar uma nova história. (ENRICONI, 2004). E a caminhada, quando feita com outros sujeitos que se ajudam e que dialogam, pode ser determinante nos processos de identidade.

A partir de minha experiência como profissional, segui muitos caminhos; alguns, fáceis de serem trilhados, e outros, com muitos obstáculos, contudo, aprendi a buscar trilhas para transformá-las num novo destino, para que mais sujeitos pudessem caminhar comigo.

Hoje, tenho a certeza de que a caminhada não acabou e que deve ser realizada, todos os dias. Não podemos mensurá-la, e não importa se já percorremos dez ou dez mil quilômetros: o importante é caminhar com objetivos para alcançar a concretização do sonho e da mudança.

O caminho se faz caminhando e, nessa trajetória, encontrei muitos estudantes, alguns cansados, acabrunhados; outros, cheios de sonhos e de esperança, mas não sabendo o que fazer para concretizá-los, em sua história de vida. Comecei então a sonhar com mudanças para os bolsistas do PROUNI - não transformações nos estudantes, mas na vida acadêmica e que podem ter consequências em sua história.

Em busca de mudanças, tive como objetivo buscar o diálogo, o trabalho solidário com o grupo de profissionais colaboradores do PIEA e com os profissionais da gestão do Programa. Entendi tal busca como possível, já que estava alicerçada em minhas experiências, vivências e saberes que se construíram, ao longo do trabalho promovido com os estudantes bolsistas do PROUNI.

Se sonharmos com uma sociedade mais justa, fraterna e ética, temos que construí-la a partir da inclusão de sujeitos que, por inúmeras vezes, são invisíveis aos mais favorecidos, principalmente economicamente, inseridos na sociedade globalizada. Na caminhada com os estudantes bolsistas, pretendi entender como o seu sonho possível, que foi gestado, talvez, nas dificuldades do cotidiano, se concretiza, a partir de sua inserção no PIEA.

No caminho da pesquisa ao refletirmos sobre o ser humano e a sociedade a que pertence, deparamo-nos, muitas vezes, com uma realidade cruel e injusta, em que se perderam muitos de seus valores. Assim, se tornam urgentes e necessárias atitudes mais pontuais por políticas públicas e institucionais que promovam a dignidade humana, a qualidade de vida e a integração dos sujeitos na sociedade. Uma possibilidade para atender às questões é a proposição de ações, por meio de programas sociais.

O Governo Federal tem recomendado programas que são do conhecimento da sociedade, pois recebem visibilidade dos meios de comunicação. Por esse motivo, governantes de diferentes âmbitos têm entendido que existe a possibilidade de se minimizar a exclusão e de fomentar um caminho para a recuperação do acesso pleno aos direitos e, até mesmo, para incentivar a plenitude da vida. Nessa proposta, fica a indagação: como atestar a eficácia dessas iniciativas, na sociedade civil?

No caso do PROUNI, programa postulado pelo MEC que proporciona o acesso dos estudantes que concluíram o Ensino Médio em escolas públicas ao Ensino Superior, pergunta-se: qual é o significado e quais são as transformações que ocorrem na vida dos estudantes bolsistas que dele participam? No cenário que se apresenta, Freire¹ destaca a importância do sonho.

¹ Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação da forma histórico-social de estar sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se. (FREIRE: 1993, p. 91).

Acreditando que o sonho também constitui a identidade de um sujeito, como Assistente Social do PIEA, surgiu o desejo de percorrer o caminho da pesquisa para investigar: nos processos de identidade do estudante prounista da UNISINOS, qual a contribuição do PIEA?

O objetivo central deste estudo, então, se concentrou em analisar de que forma o PIEA tem promovido a formação integral, influenciando no processo de identidade do estudante prounista. Nessa direção, a investigação perpassou pelas ações afirmativas das políticas educacionais - tanto públicas, como institucionais - e sua possível influência na construção do processo de identidade do sujeito prounista da UNISINOS.

Em pesquisas científicas, constata-se que é cada vez mais frequente a opção pela modalidade qualitativa. Faz-se necessária, pois, uma incursão em estudos sobre pesquisa qualitativa.²

A sensibilidade que Flick (2009) enfatiza é apropriada à pesquisa qualitativa na análise de casos concretos, considerando-se o contexto das pessoas envolvidas na pesquisa e se adequando para os estudos em Ciências Sociais e em outras áreas das Ciências Humanas, na contemporaneidade.

Nas pesquisas de abordagem qualitativa, destaca-se que o estudo de caso vem sendo usado há muitos anos, em diferentes áreas do conhecimento. De acordo com Bell (2008, p. 18), “Estudos de Caso devem ser feitos para acompanhar e proporcionar mais detalhes a um levantamento. Também podem preceder um levantamento e ser usados como um meio para identificar questões-chave”.

Vários autores têm se posicionado no que se refere à proposta de estudos de caso na pesquisa qualitativa. Para Flick (2009), o objetivo dos estudos de caso é a descrição exata ou a reconstrução de um caso. Já na visão de Yin (1994), o objetivo do estudo de caso é explorar, descrever ou explicar. Guba e Lincoln (1994 apud ARAÚJO et al., 2008) asseveram que o método visa relatar os fatos como se sucederam, descrever situações, proporcionar conhecimento acerca do fenômeno estudado e comprovar ou contrastar efeitos e relações presentes no caso.

² A pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido a pluralização das esferas de vida. As expressões-chave para essa pluralização são a ‘nova obscuridade’ (HABERMAS, 1996), a crescente ‘individualização das formas de vida e dos padrões biográficos’ (BECK, 1992) e a dissolução de ‘velhas’ desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. (FLICK, 2009, p. 20).

Com base nas referidas definições, identificamos que a modalidade do estudo de caso sugere a avaliação qualitativa, ao objetivar o estudo de uma unidade social que se analisa profundamente, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto.

No estudo de caso, pesquisadores como Gil (2002)³ e Yin (2010) recomendam a elaboração de um protocolo, o qual não contenha apenas o instrumento para coleta de dados, mas que conceda visibilidade e confiabilidade ao estudo de caso. Ademais, declaram que, no estudo de caso, a coleta de dados é mais complexa do que em outras modalidades de pesquisa, uma vez que trabalha com as percepções dos sujeitos da pesquisa - através de entrevistas, de depoimentos pessoais, de observação participante - como também de dados coletados pela pesquisa documental.

As pesquisas têm demonstrado que uma das qualidades do estudo de caso é a contribuição que propicia na análise dos problemas de ordem social, através de informações valiosas para as políticas públicas e institucionais. Assim, consideramos que a metodologia aqui apresentada se alinhou à investigação que foi proposta: nos processos de identidade do estudante prounista da UNISINOS, qual a contribuição prestada pelo PIEA?

Realizou-se a pesquisa documental, consultando-se a Legislação do MEC, o Plano Nacional de Educação (PNE), a Política Educacional da ASAV e o banco de dados do PIEA da UNISINOS. A pesquisa documental, para Wolf (2004 apud FLICK, 2009), faz referência ao que, geralmente, se entende como “documentos”:

Na área das Ciências Sociais, a pesquisa documental possibilita o entendimento e favorece a compreensão acerca do fenômeno social. Um pesquisador, quando utiliza documentos, busca apropriar-se de informações, investigando-as e organizando-as para serem categorizadas e analisadas, no intuito de compreender melhor o problema de pesquisa.

Desse modo, a pesquisa documental, neste estudo, tem finalidade de compreender o problema de pesquisa, buscando a interpretação dos fatos, para

³ O conceito de caso, no entanto, ampliou-se, a ponto de poder ser entendido como uma família ou qualquer outro grupo social um pequeno grupo, uma organização, um conjunto de relações, um papel social, um processo social, uma comunidade, uma nação ou mesmo toda uma cultura. (GIL, 2002, p. 138).

sintetizar as informações coletadas. A escolha dos sujeitos da pesquisa foi determinada por critérios, quais sejam: integrarem o PIEA e serem beneficiados pelos Apoios Complementares do Programa há, pelo menos, um ano.

Os dados coletados dos participantes foram revelados com base nas questões que integraram um questionário (que se pode consultar no Anexo A) da entrevista inicial, que foi individual e semiestruturada.

As respostas das questões que se aplicaram sugeriram que fosse estabelecido um diálogo *a distância*, cujo destaque foram as pausas para a reflexão, que geraram novas questões a serem esclarecidas. Com isso, o instrumento escolhido para o diálogo foi o *e-mail*. Nesse sentido, cabe esclarecer que a opção metodológica surgiu no decorrer da coleta de dados, uma vez que a etapa ocorreu simultaneamente com a qualificação do referencial teórico.

Os dados coletados foram analisados em sua individualidade, o que proporcionou à pesquisadora interagir constantemente com os sujeitos da pesquisa. O espaço de escuta da pesquisadora foi encerrado com um encontro presencial, em que foi oportunizado que os estudantes bolsistas esclarecessem questões ainda em aberto no processo.

Para finalizar o processo da coleta de dados, foi solicitado aos estudantes bolsistas que, em uma folha de papel branca e com lápis, produzissem a imagem que representasse sua identidade profissional. A técnica de pesquisa permitiu novas considerações acerca do processo de identidade. Assim se justifica a escolha pela pesquisa qualitativa, por buscar desvelar a contribuição do PIEA na vida acadêmica do sujeito e como ele percebe esse diferencial, para o seu processo de identidade.

Considerando os Cursos de Graduação da UNISINOS, os sujeitos foram escolhidos como representantes das áreas: da Saúde, Humanas e, por fim, Exatas e Tecnológicas. Foram escolhidos cinco sujeitos, sendo quatro estudantes bolsistas mulheres e um estudante bolsista homem. Destes, dois são negros e um apresenta deficiência auditiva. Todos integram o PIEA com bolsa integral de estudos, estão com a matrícula ativa na Universidade e participam dos Apoios Complementares.

A problemática da investigação centrou-se nas histórias de vida dos sujeitos selecionados e na sua relação com os processos de identidade, a partir de sua inserção no PIEA. Nesse sentido, perguntou-se a cada sujeito: Quem eu fui? Quem eu sou? Quem eu pretendo ser?

As questões lançadas estabeleceram a relação entre passado e futuro, ou ainda, entre seus projetos e sua trajetória de vida para desvelar o seu processo de identidade. (REMY; VOYE; SERVAY, 1991 apud FOLLMANN, 2001; RUSCHEINSKY, 1990 apud FOLLMANN, 2001). Além do objetivo geral, outras questões que permearam a pesquisa como: analisar os significados que o prounista atribui à sua inserção no PIEA e de que forma o programa contribui para os processos de identidade; avaliar como os Apoios Complementares do PIEA podem qualificar a permanência do estudante prounista na UNISINOS; compreender como uma política institucional, no caso, o PIEA, pode potencializar uma política pública educacional, o PROUNI.

As referidas questões serão problematizadas neste estudo e na sequência da presente Introdução. O capítulo dois versa sobre os efeitos da globalização na sua inter-relação com a educação. Nessa etapa, problematizam-se as mudanças na educação para responder aos desafios da sociedade globalizada. No desenvolvimento do capítulo três, aborda-se o tema das classes sociais e sua subdivisão nos dias atuais. Ainda, discorre-se sobre as políticas de educação, sejam públicas ou institucionais.

No capítulo quatro, reflete-se acerca da articulação dos processos de exclusão e de inclusão na construção da identidade, perpassando pela questão da cidadania vinculada à educação. No capítulo cinco, se apresentam os dados da pesquisa e se realiza a reflexão e a análise dos dados que se fundamentaram pelo aporte teórico.

A dissertação se encerra com uma síntese da reflexão sobre os dados da pesquisa, bem como, minhas aprendizagens ao longo desse estudo.

2 UM DESAFIO PARA A SOCIEDADE PÓS-MODERNA: A GLOBALIZAÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, a sociedade assumiu a necessidade de incentivar o desenvolvimento e a modernização - questões que, na época, impactaram na expansão dos mercados e tornaram o desenvolvimento e a modernização integrantes do capitalismo mundial.

Teodoro (2011) postula que Wallerstein apresentou a globalização, com suas raízes, nos anos de 1980, quando iniciou a decadência do “[...] sonho desenvolvimentista” (TEODORO, 2011, p. 28), em que os Estados Unidos e alguns países mais desenvolvidos pretendiam liderar o mundo e seus mercados, a partir de seu poder econômico. Teodoro (2011) também refere Giddens, que defende que “[...] a globalização é um conjunto de processos que intensifica cada vez mais a interdependência e as relações sociais a nível mundial”. (TEODORO, 2011, p. 29).

É nesse cenário que as Ciências Sociais - e outras áreas do conhecimento - são desafiadas a refletir sobre a globalização da sociedade, sobre os novos dilemas e sobre os encaminhamentos às necessárias mudanças. Além do que é local, nacional e regional, colocam-se problemas novos e fundamentais, com o surgimento da sociedade globalizada. As fronteiras geográficas, culturais e históricas modificam-se e indivíduos, grupos, classes, coletividades e povos são postos à frente de outros dilemas e horizontes.

As teorias da globalização, que são esboçadas com base nessas questões, revelam o papel das Ciências Sociais em problematizar o que há de novo na sociedade. As pesquisas na área mostram que a globalização tem trazido para o debate acadêmico uma série de indagações, já que a sociedade muda rapidamente, o que lança novos desafios para todas as áreas do conhecimento.

2.1 MODERNIDADE LÍQUIDA

A globalização como fenômeno social ocorre em escala mundial, e surgiu para atender, inicialmente, à demanda do capitalismo, para que os países desenvolvidos encontrassem novos mercados à sua crescente produção, visando à lucratividade. O processo foi impulsionado e ainda hoje acarreta as inovações tecnológicas, principalmente nas telecomunicações que, por sua vez, incrementam o fluxo comercial mundial.

Nesse sentido, destaca-se que, por serem as distâncias mais curtas, os acontecimentos impactam rapidamente sobre a sociedade mundial e a globalização contribuiu para que eventos locais fossem influenciados por acontecimentos ocorridos em sociedades - ou mesmo em comunidades situadas a longas distâncias. Logo, cabe mencionar que um dos efeitos da globalização é a constatação das fragilidades das fronteiras, o que leva à homogeneização das sociedades e ainda, segundo Giddens (2002, p. 15), “[...] carrega a forte marca do poder político e econômico americano”.

Importa ressaltar também que o idioma oficial da globalização é o inglês, mesmo que não seja a língua materna. A globalização não é só econômica e política, mas se alicerça na cultura, no âmbito social e na tecnologia. Assim, insta refletir sobre os sujeitos que vivem nas sociedades globalizadas, em que as fronteiras não estão visivelmente demarcadas, indagando: quais são os desafios e as necessárias mudanças para que, de fato, sintam-se incluídos? Nesse novo horizonte, é relevante enfatizar a oportunidade de interagir com as diferentes culturas, oportunizando a reflexão do que temos, e do que temos de diferente - e porque somos diferentes, mesmo que estejamos tão próximos.

É oportuno lembrar o que antecedeu o referido período: a modernidade, que emergiu na Europa, no século XVII e, em síntese, pode-se dizer que tinha como objetivo final a organização e o controle das sociedades. Bauman (1999), quando problematiza o projeto da modernidade, refere que ela visava organizar os povos para que conquistassem uma vida melhor.

O projeto, em tese, “[...] fornecia os critérios para avaliar a realidade do dia presente. Esses critérios dividiam a população em plantas úteis a serem estimuladas e cuidadosamente cultivadas e ervas daninhas a serem removidas ou arrancadas”. (BAUMAN, 1999, p. 29).

Todavia, o quadro de modernidade foi mudando, principalmente pela implantação e pela qualificação da tecnologia e dos meios de comunicação que foram tornando, aos poucos, a sociedade globalizada. Para agregar novas características ao período e à proposta de sociedade, surge uma nova fase da modernidade, chamada pelos pesquisadores de pós-modernidade, modernidade tardia, ou mesmo, como denomina Bauman (2005), modernidade líquida.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman propugna que a globalização integra a modernidade líquida. Ademais, elenca as principais características do período, a

saber: a provisoriedade; o desapego; o processo de individualização; e o tempo de liberdade - que também é o de insegurança. (BAUMAN, 2005). Assim, sustenta que o consumir ganha espaço no mercado em que o luxo de hoje pode transformar-se na necessidade do amanhã. Ou seja, o lugar do supérfluo de hoje pode ser o lixo - ou a necessidade - de amanhã. Vivemos no tempo em que descartar é a possibilidade, e se faz sem preocupação, sempre na direção da fluidez e da rapidez, que são características da modernidade líquida. (BAUMAN, 2005).

Bauman (2001), para a modernidade, aplica a metáfora da solidez, e a da fluidez, para a modalidade líquida. Examinando a questão apenas no que concerne ao trabalho, ressalta-se que, na modernidade, ele - o trabalho - tinha endereço fixo e ocorria principalmente nas fábricas. Na modernidade líquida, ele se torna flexível, fluido, não precisa de endereço e, também, não requer a produção de bens materiais. Nesse novo contexto, o sujeito trabalhador fica invisível, podendo ser descartado mais facilmente - e com cada vez menos direitos.

2.2 UTOPIA? POSSIBILIDADES NA UTOPISTICA?

Quando refletimos sobre o lugar e o papel do sujeito na sociedade, o encontramos fragilizado, com dúvidas e, muitas vezes, com necessidade de pertencimento: a uma comunidade, a uma classe social, a um grupo. No cenário da globalização, ele pode se vitimar pela invisibilidade, contudo, mobilizado pelo sonho, é possível conseguir um lugar na sociedade e um bom emprego que o impulsiona à mudança de classe social.

Os programas de governo, os projetos institucionais e mesmo as ações individuais que propõem mudanças na sociedade com foco nos sujeitos buscam também promover a sua visibilidade e o seu pertencimento, que compõem sua identificação. Nesse ponto de vista, calha lembrar de Bauman (2005), quando sinaliza que a identificação é fundamental para os sujeitos da modernidade líquida, ao possibilitar visibilidade aos pertencimentos que o ajudam a construir o presente, com vistas no futuro.

O tensionamento entre o sonho da mudança do sujeito e suas inseguranças em relação ao futuro tem cunho individual. Aqui parece que o papel do coletivo se secundariza, mas vale salientar que é nessa relação que se dá a substância dos processos de identidade. (FOLLMANN, 2013).

2.2.1 O Sonho na Utopia e na Utopística

A palavra Utopia foi criada no século XVI, por Thomas More, e significa, literalmente, “[...] em lugar nenhum [...]”. (WALLERSTEIN, 2003). O escritor humanista sonhava com uma sociedade organizada, com foco no coletivo, em que tudo seria de todos e cujo grande valor seria a paz conquistada pela harmonia de interesses entre seus sujeitos pertencentes.

Hoje, o termo Utopia não representa o lugar ideal, mas uma forma fantasiosa e otimista de ver o mundo, ao projetar a realização de sonhos, sejam eles de caráter profissional, econômico, político ou mesmo de outros, de outra ordem, que, talvez, não se concretize. Nesse sentido, Wallerstein (2003, p. 7-8) assevera que:

O verdadeiro problema com todas as utopias de que eu tenho ciência é não só o fato de que, até o momento, elas nunca existiram em lugar algum, mas também o fato de que eu, e muitas pessoas, temos a sensação de que elas são sonhos paradisíacos que nunca poderiam existir na Terra.

Outrossim, pode-se inferir que a Utopia gera ilusão e, conseqüentemente, insegurança frente, talvez, ao impossível de ser conquistado. Assim, Wallerstein (2003) cunhou um novo termo, a Utopística, a qual representa:

[...] uma avaliação profunda das alternativas históricas, o exercício de nosso juízo para examinar a racionalidade substantiva de possíveis sistemas históricos alternativos. É uma avaliação sóbria, racional e realista dos sistemas sociais humanos, em que condições eles podem existir, e as áreas que estão abertas a criatividade humana. (WALLERSTEIN, 2003, p. 8).

Portanto, a Utopística procura perceber não o que seria a sociedade perfeita, mas, a sociedade humana, em que todos os cidadãos possuem direitos e deveres, e que o sujeito, pelo trabalho, firme espaço na sociedade, assegure a sua visibilidade e conquiste a cidadania, não importando a classe social de pertencimento.

Hoje, a globalização configura um tema de discussão em todas as instâncias e cabe incrementar o debate na área educacional, uma vez que as escolas e as universidades são instâncias que promovem a formação do cidadão, que tem necessidades, mas que também carrega sonhos.

2.3 GLOBALIZAÇÃO: UM DESAFIO PARA A EDUCAÇÃO

Os desafios que a globalização tem suscitado exigem das instituições educacionais um repensar coletivo que envolva os diferentes segmentos da sociedade, para as necessárias mudanças na educação. Nessa ótica, muito se tem falado, em se tratando da melhoria da qualidade da educação e parece que, para as instituições, isso implica apenas na relação direta com as tecnologias, esquecendo que isso também se proporciona pelo currículo e pelos professores.

Ao professor, não bastam a titulação e o domínio das tecnologias; ele também precisa estar preparado para lidar com os conflitos gerados pela insegurança gerada pela globalização, devendo reconhecer que o acesso ao conhecimento não é limitado à sala de aula, e que o estudante tem autonomia para buscá-lo, entendendo que o conhecimento também passa pelo viés do pesquisar para construir.

Na sociedade globalizada, há tendência de manifestação, por um lado, da padronização e, também, por outro lado, da complexa diversidade que nos envolve. Precisa-se reconhecer ainda que a educação é um processo social complexo e que, portanto, os profissionais que nela atuam podem propor a aprendizagem pela pesquisa, no contexto da cultura, numa concepção de ensino ancorada na transdisciplinaridade. Acerca disso, Follmann (2005, p. 3) afirma que:

A transdisciplinaridade é uma forma de entender e organizar o conhecimento que se traduz no reconhecimento e integração de saberes oriundos de diferentes perspectivas teóricas, correntes, escolas e tendências dentro de uma mesma disciplina; disciplinas e outras fontes de saber não reconhecidas academicamente (tradições míticas, filosóficas, religiosas; artísticas, bem como, saberes populares.

Tal concepção incide sobre as formas de ensinar e de aprender, procurando minimizar as diferenças, para que um número cada vez maior de sujeitos se sinta incluído na sociedade, pela educação. O Relatório da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI (DELORS, 2000) aponta que múltiplos são os desafios e que, dentre eles, ganham ênfase também as questões éticas e sociais que podem envolver a criticidade pessoal, em que se destaca o diálogo. Portanto, o desafio é que:

Cada indivíduo saiba conduzir o seu destino num mundo onde a rapidez das mudanças se conjuga com o fenômeno da globalização para modificar a relação que homens e mulheres mantêm com o espaço e o tempo. As

alterações que afetam a natureza do emprego, ainda circunscritas a uma parte do mundo, vão, com certeza generalizar-se e levar a uma reorganização dos ritmos de vida. (DELORS, 2000, p. 105).

O referido Relatório também dá relevância ao fenômeno da globalização e à nova relação dos sujeitos com o espaço, o tempo e o trabalho.

No Brasil, quase no final do século XX, a partir da expansão das escolas, surgiu a discussão acerca da qualidade da educação e, como aliadas, instalaram-se as avaliações nacionais ao modelo das avaliações internacionais, como consequência da globalização. Os resultados impulsionaram o governo a desenvolver programas educacionais mais amplos e, nessa busca, num esforço comum, uniram-se as três esferas de Governo: Federal, Estadual e Municipal. A educação, que atendia poucos, passou a ser expandida com a consciência acerca da exigência de uma educação de qualidade, devendo ser um direito de todos os cidadãos. Nesse sentido,

[...] o conceito de qualidade da educação é, ao mesmo tempo, muito simples e muito sofisticado. Sob nossa perspectiva, 'uma educação de qualidade é aquela que permite que todos aprendam o que necessitam aprender, no momento oportuno de sua vida e de suas sociedades, e que o façam com felicidade'. (BRASLAVSKY, 2005 apud NOLETO, 2008, p. 22).

Muitos setores, sistemas de ensino público e privado, instituições de ensino e pesquisadores têm se preocupado com a qualidade da educação e com os novos desafios impostos pela globalização à educação, principalmente, no sentido de que é necessário um novo trabalhador no mercado e um novo cidadão na sociedade, que saiba, com ética e justiça, lidar com as informações das mídias, minimizando os conflitos sociais.

Portanto, problematizar as aprendizagens e os saberes, qualificando-os na perspectiva transdisciplinar sintetiza uma forma de contribuir para a qualidade da educação no país. Ressalta-se que a educação é uma referência para a sociedade em constante transformação e que contribui também para a transformação pessoal do cidadão e seus processos de identidade.

2.4 A GLOBALIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS ESTUDOS CULTURAIS

O conceito de cultura vem sendo discutido, ao longo dos anos, sobretudo pela área da Antropologia e de Ciências Sociais, dentro das quais se desenvolveram os

Estudos Culturais. Constata-se, pelas pesquisas, que a cultura não é estanque ou inerte, mas um conceito com vida própria, do ponto de vista sociológico, uma vez que está em processo de construção. Hall (2003), desde a década de 1970 do século XX, vem desenvolvendo um trabalho pioneiro sobre os Estudos Culturais. Sua visão se alinha com os pressupostos de Johnson (1999, p. 13) e revela que:

Há longas discussões sobre quem – no âmbito dos Estudos Culturais – continua ou não marxista. É mais interessante, entretanto, analisar quais são, especificamente, as influências de Marx sobre os Estudos Culturais. Cada um de nós tem a sua própria lista de influências. A minha, que não pretende estabelecer uma ortodoxia, incluiu três premissas principais. A primeira é que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões de idade. A segunda é que cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades. A terceira, que se deduz das outras duas é que a cultura não é um campo autônomo nem externamente determinado, mas um local de diferenças e de lutas sociais. Isto, de forma alguma esgota os elementos do marxismo que nas circunstâncias existentes continuam ativos, vivos e valiosos sob a condição, apenas, de que também eles sejam criticados e trabalhados em estudos detalhados.

Os Estudos Culturais ganharam visibilidade nos tempos atuais frente às discussões que se travaram nos âmbitos dos governos, na iniciativa privada, nas pesquisas acadêmicas e na sociedade, em um cenário cujo pano de fundo era a globalização. Os trabalhos acadêmicos, por sua vez, vêm problematizando a globalização na atualidade, a partir de suas causas e suas consequências, não buscando uma definição, mas na intenção de entendê-la como processo, a partir de suas conexões com os fenômenos sociais, políticos e econômicos.

Como consequências desse processo - que se verifica nas sociedades com diferentes intensidades - se contemplam, principalmente: a modificação das relações interpessoais e de trabalho, a modificação da noção do tempo e da distância (relacionado com as formas de comunicação), das identidades sociais e culturais - características que se fazem presentes na modernidade líquida.

O movimento da sociedade em direção à globalização que vem ocorrendo, já há algum tempo, é influenciado pelas tecnologias da comunicação que, por sua vez, têm interferido na cultura humana. No que diz respeito às relações interpessoais, calha dizer que os processos de comunicação, até alguns anos atrás, estavam reduzidos quase que exclusivamente à comunidade e ao grupo social a que a

pessoa pertencia, onde interagia, como era compreendida e como podia compreender o outro. Hoje, como já citado anteriormente, as fronteiras para a comunicação quase que inexistem, pois ocorrem de forma praticamente imediata, devido à tecnologia, configurando questões determinantes e que muito têm influenciado nos processos de identidade.

Hoje, comunicar-se significa fazer parte de uma cultura de massa que possui códigos próprios, em que se verificam ainda desigualdades de acesso, mas que vêm sendo minimizada aos poucos, pela própria sociedade. As questões supracitadas - e outras a elas vinculadas - têm fomentado uma nova identidade cultural. Sobre isso, Hall (2005, p. 13) aduz que:

Ao analisar a formação de múltiplas identidades na pós-modernidade, também defende que essa questão está sendo muito discutida porque se acredita que 'velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno'. O sujeito pós-moderno transforma-se em um indivíduo descentrado e sem identidade engessada e 'a identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam'.

Ademais, Hall (2005), assim como outros pesquisadores, traz ao cenário da globalização um sujeito cuja identidade libertou-se da solidez, do gesso que o imobilizava. Com isso, sua visibilidade influenciou fortemente o debate sobre as classes sociais.

Na modernidade, a solidez e a durabilidade foram extremamente valorizadas, influenciando fortemente a organização da sociedade. A sua rígida organização não oportunizava mudanças - por exemplo, a ascensão de classe social - (BAUMAN, 2005) e a tônica era a repetição, o que garantia que o conhecimento, uma vez adquirido, era o suficiente para resolver determinadas questões, pelo resto da vida. Os hábitos, as crenças e as posturas do sujeito determinavam os seus pertencimentos e, por sua vez, influenciavam o seu processo de identidade.

Já o sujeito da pós-modernidade da sociedade globalizada é portador de uma identidade que não é mais engessada e, segundo Follmann (2001, p. 86),

[...] é um ser de projeto, pois está em constante processo de construção de identidade. O ser humano que é um ser de projeto vive em permanente ato de 'costurar' no tempo e no espaço os seus projetos pessoais com os dos outros e com os projetos coletivos das mais diversas procedências e direções. A identidade é resultado em processo dessa 'costura' permanente.

Vê-se, em diferentes estudos de Bauman (2005), de Follmann (2001) e de Hall (2005), que as identidades estão num permanente processo de construção no mundo globalizado. Nesse contexto, é importante problematizar sobre as questões que indagam: *quem eu fui, quem eu sou e quem eu pretendo ser*, quando refletimos sobre o processo de identidade. Tais questões podem dar visibilidade ao processo individual do sujeito, no processo de identidade que busca seus pertencimentos e sua distinção, no grupo social e na sociedade.

Logo, insta ressaltar que o ser humano é o autor de sua própria história, que se constrói na sua relação com o outro e favorece, assim, o seu processo de identidade cultural, na sociedade globalizada. No contexto dessa problematização, se necessita considerar a articulação das questões vinculadas à classe social do sujeito com as questões da cultura e, também, da identidade que, no capítulo quatro desta pesquisa, será retomada.

3 A INTER-RELAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS COM AS POLÍTICAS: A POSSIBILIDADE DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

O debate em sociedade sobre o papel de determinadas políticas, no que diz respeito à busca por soluções de problemas - muitas vezes, graves - do sujeito de classes sociais menos favorecidas, requer ampliação. Tais mecanismos devem propor a inserção na sociedade de forma plena, como legítimos cidadãos de direitos, com acesso à educação de qualidade e à construção de sua identidade cultural, para que sejam protagonistas de sua história, independentemente de sua classe social.

3.1 CLASSES SOCIAIS: UMA NOVA CONSTRUÇÃO

As classes sociais, entendidas amplamente como um grau hierárquico dos diversos critérios dentre os membros de um grupo social, surgiram em um momento histórico bastante anterior à própria existência de Karl Marx, autor de referência, quando se trata da temática. Cabe a observação na medida em que, desde os primeiros grupos sociais, o ser humano viveu em comunidade organizada, ainda que de forma rudimentar, sendo precisamente este o motivo da falta de precisão histórica do tema. Tratava-se apenas da organização de tarefas e de atividades simples e rotineiras, para um grupo organizado.

A organização, sem receio de criar um novo conceito, sem fundamento científico, pode ser chamada de *pré-estamental* e de *pré-classes sociais*, para efeitos deste estudo, que também problematiza a situação econômico-financeira dos estudantes prounistas. Assim, se formula um critério bem definido, por levar em consideração o fator financeiro e suas consequências sociais (divisão de classes, com base nesses critérios) para os cidadãos do grupo social.

Uma cuidadosa análise histórica que retoma os primeiros grupos sociais, certamente, não se alinha a este estudo, por haver necessidade de, a cada momento histórico, mudarem-se os critérios para chegarmos aos atuais fatores financeiros como sinalizadores da definição do posicionamento social de uma determinada coletividade. Para resumir a ideia, busca-se fundamento no que refere Santos (1991, p. 7-9), a saber:

O conceito de classe social não foi uma criação do marxismo. Desde a antiguidade grega, por exemplo (podemos mesmo encontrar documentos egípcios em que se fala da existência de classes na sociedade), Aristóteles divide a sociedade em escravos e homens livres. Além disso, na Política, divide Os cidadãos em pobres, classe média e ricos. Nesta mesma obra Aristóteles estabelece relações entre formas de governo e predomínio de certas classes sociais. [...].

Contudo, apesar da importância fundamental do conceito de classes sociais na obra de Marx, não há de receber o tratamento sistemático e rigoroso que deu a outros conceitos. Sua obra-prima, O Capital, ficou interrompida precisamente no capítulo em que começava a tratar das classes sociais. Além disso, em muitas obras anteriores, Marx emprega este conceito, às vezes sem muito rigor, o que deu origem a uma série de confusões sobre seu verdadeiro sentido. Por fim, é preciso não esquecer que Marx, como todo pensador, desenvolveu este conceito ao longo de suas investigações, o que implica que ele o foi sistematizando progressivamente.

Por fim, afirma-se que a origem da expressão *classe social* vem sendo *moldada* ou discutida, tornando-se uma variável em qualquer trabalho que se proponha ao debate. Portanto, não se sabe a origem exata ou o momento histórico que determinou, finalmente, quando surgiram as classes sociais - ou mesmo, quando surgiu o termo. Pode-se partir do princípio de que é um conceito dinâmico, já que evoluiu com o momento histórico, para se estabelecer como critérios a colocação social de uma coletividade, por ocasião de uma condição financeira ou mesmo por suas qualificações pessoais (dono do capital, dono da terra ou dono da força de trabalho). E, para que se tenha essa interpretação concreta, dada a subjetividade do tema, conforme já exposto, vale observar a tabela atual da *pirâmide* das classes sociais brasileiras, para que seja possível associá-la, tanto quanto possível, à visão marxista. (GIANINI, 2011).

Gianini (2011) menciona ainda, em seu artigo, *Nova classe C transforma pirâmide social em 'losango'*, que “[...] com a entrada de 19 milhões de brasileiros para a classe C em 2010, a pirâmide social passa por uma mudança de formato”. (GIANINI, 2011). E relata que

A classe média passou a representar a maior parcela da população do país, de acordo com dados da pesquisa ‘O Observador 2011’, divulgada nesta terça-feira (22/03). A pesquisa, encomendada pela Cetelem BGN, empresa do grupo financeiro BNP Paribas, à Ipsos Public Affairs mostra que a classe média tem atualmente 101 milhões de pessoas.

Desde o ano passado, 25% da população pertence às classes DE (47,9 milhões) e 21% as classes AB (42,19 milhões). A classe C mais ampla domina, com 53% do total - o que transformaria essa pirâmide em um losango. (GIANINI, 2011).

Figura 1 - A Transformação do Gráfico das Classes Sociais



Fonte: Cetelem BGN / Ipsos (GIANINI, 2011).

Segundo o diretor-presidente da Cetelem Marcos Etchegoyen, mesmo com a crise, a classe C continuou em destaque. 'Não me surpreenderia nada se as classes D e E se igualassem à C no próximo ano', afirmou. Os bons resultados de 2010 apontam também otimismo do consumidor brasileiro para 2011. Dos 1.500 entrevistados em todas as regiões do país, a maioria acha que em 2011 o país estará melhor. Ainda assim, para os brasileiros, o PIB e a taxa de juros permanecerão iguais este ano. (GIANINI, 2011).

Pochmann⁴ (apud FREITAS, 2012) analisa, do ponto de vista

[...] dos tipos de ocupação responsáveis pela dinamização da economia e propõe o aumento da renda e poder de compra de uma parcela significativa da população ainda precisa ser acompanhado de reformas nas políticas públicas para educação e emprego.

Observamos que a análise, por mais que tente reafirmar o dever do Estado de prover o trabalho e a educação, o produto final dessa atividade refletirá, em qualquer circunstância, no consumo. Assim, o fator econômico - traduzido pela circulação, pela distribuição e pelo consumo dos bens materiais produzidos - representa um dos alicerces, senão o principal, da instância política, jurídica e ideológica da sociedade do mundo globalizado.

⁴ Presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: UM CONVITE AO DEBATE

A discussão sobre a questão das políticas públicas educacionais tem sido tema de debate, entre os pesquisadores. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) preconiza que "[...] toda pessoa tem direito à educação". No entanto, apesar dos esforços das nações do mundo para assegurar o direito à educação para todos, ainda existe a realidade: a falta de qualidade da educação básica para as classes sociais menos favorecidas economicamente impede, muitas vezes, que a sociedade enfrente os conflitos sociais com justiça. Logo,

Toda política pública é originada de uma ideia e esta de um princípio, de uma pressuposição ou de uma vontade. Nesse sentido, a palavra princípio não carrega consigo apenas o significado literal do termo, mas algo mais [...]. (BONETI, 2006, p. 19).

Em alguns países, o crescimento econômico incentivou o financiamento da educação na busca pela qualidade e pela inclusão, entretanto, muitas pessoas, em razão da situação social, são privadas da escolaridade básica. Em outros, o aumento desordenado da população acarretou significativas diferenças econômicas, impedindo que crianças, jovens e mesmo adultos não tivessem acesso à educação e não adquirissem, conseqüentemente, os conhecimentos necessários para conquistar a cidadania plena.

Além disso, a dificuldade registrada, em alguns países, de incluir mulheres, pessoas com necessidades especiais e algumas etnias nas instituições de ensino também deve ser citada. Desse modo, faz-se necessário evidenciar a importância de políticas públicas educacionais que venham estabelecer ações para a superação dessas questões. Nessa perspectiva, no Brasil, o Ministério da Educação (MEC) tem feito esforços para qualificar a escola brasileira, por meio de ações coordenadas pelas políticas, investindo nas escolas e na formação de professores.

Já em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, ficou instituída a obrigatoriedade e a gratuidade do Ensino Fundamental. O Decreto nº 6.094, de vinte e quatro de abril de 2007, da Presidência da República, dispõe sobre a implantação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que prevê a conjugação dos esforços da União, dos Estados e dos municípios em regime de colaboração das famílias e da comunidade pela melhoria da qualidade da educação brasileira. Representantes da sociedade civil, da iniciativa privada e gestores públicos uniram-

se ao Movimento Todos pela Educação, que objetiva garantir a universalização do atendimento escolar dos quatro aos dezessete anos e assegurar a educação básica de qualidade para todos os estudantes brasileiros, até 2022. (BRASIL, 2007).

A problemática acerca da educação no Brasil vem sendo o foco de muitos debates, uma vez que se enfrentam sérios problemas vinculados à qualidade e à inclusão de estudantes, seja na Educação Básica - o que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio - ou na Educação Superior. A fim de ilustrar a temática, o Projeto de Lei nº 8.035/2010 pretende aprovar o Plano Nacional de Educação:

Na forma do Art. 1º ficará aprovado o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020) constante do Anexo desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição.

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - formação para o trabalho;
- VI - promoção da sustentabilidade socioambiental;
- VII - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- IX - valorização dos profissionais da educação; e
- X - difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação. (BRASIL, 2010).

Para atender à demanda que se apresenta, em todos os níveis, necessita-se de uma parceria entre todas as esferas do governo com as universidades e as entidades da sociedade civil, com o objetivo de atender não só às necessidades básicas dos estudantes, mas também à parceria na proposição da educação de estudantes éticos e solidários, integrantes de uma sociedade sustentável.

Para isso, importa considerar as recomendações da UNESCO, sugeridas no *Relatório: Educação: Um tesouro a descobrir*, organizado por Delors (2000), que defende a educação sob a construção de um novo paradigma que valorize a vida, propiciando a todas as pessoas os conhecimentos necessários para uma vida digna e cidadã, diminuindo a exclusão social - ainda tão presente em nossa sociedade.

O desafio de legitimar a inclusão e agregar valor à vida pelo conhecimento está proposto para as políticas públicas educacionais. Espera-se que o ano de 2022 possa figurar uma *linha de fronteira* entre o desejo de passar de país ainda excluído para incluído no cenário mundial, por ser o ano do bicentenário da Independência do

Brasil. Contudo, para que, de fato, a independência se concretize, é imprescindível que a educação de qualidade seja plenamente assegurada, em todos os níveis, para os estudantes brasileiros.

Para acompanhar os esforços dos diferentes segmentos da sociedade em prol da qualidade da educação, o MEC criou, em 2007, o Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB), no intuito de verificar a qualidade das escolas e dos sistemas de ensino. O indicador é calculado a cada dois anos, tomando-se como base o desempenho dos estudantes em avaliações de larga escala e as taxas anuais de aprovação e de evasão escolar. A finalidade é que o país alcance, no mínimo, média 6,0 (seis) em 2022, o que corresponde ao índice atual dos países considerados como desenvolvidos.

3.2.1 Política de Avaliação em Larga Escala: o ENEM como Protagonista da Inclusão

O Ensino Médio simboliza a etapa final da Educação Básica, com duração mínima de três anos, cujos objetivos englobam a preparação do estudante para a entrada na universidade e a conquista a cidadania pelo trabalho. O considerável desafio que se apresenta hoje ao Ensino Médio não é só reverter os altos índices de reprovação e de evasão dos estudantes, mas empenhar-se na construção de projetos de vida que proporcionem ao estudante a sua inserção social com cidadania.

Para acompanhar os esperados progressos da educação em todos os níveis, implantaram-se, nos sistemas de ensino, as Avaliações em Larga Escala. No cenário da educação brasileira, segundo os estudos de Werle (2011), elas foram implementadas a partir de 1990, mesmo que os primeiros ensaios de experiência de avaliação tenham iniciado anteriormente, em 1988.

A Avaliação em Larga Escala no Ensino Fundamental é a Prova Brasil e, no Ensino Médio, é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), criado pela Portaria Ministerial nº 438, de vinte e oito de maio de 1998. Em sua origem, visa avaliar, de forma voluntária, o desempenho dos estudantes concluintes do Ensino Médio. Ainda, em seu Art. 1º, caracteriza como procedimento de referência de avaliação do desempenho do aluno e elenca como objetivos:

- I – conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- II – criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do ensino médio;
- III – fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- IV – constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio. (BRASIL, 1998).

Naquela época, os resultados do ENEM não eram valorizados pelas universidades, nem pela sociedade, e o sistema só adquiriu credibilidade ao longo dos anos, principalmente quando algumas universidades passaram a valorizar o resultado do estudante como parte de seu processo de ingresso no Curso de Graduação.

Hoje, a nota do ENEM não é empregada apenas para que o estudante ingresse em instituições públicas pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU); ela também serve para que se possa concorrer a vagas em instituições privadas de Ensino Superior, por meio do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Além disso, representa requisito no Programa Ciência sem Fronteiras e vale também para que o estudante receba o benefício do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O ENEM, atualmente, também é adotado para a certificação do Ensino Médio de estudantes maiores de dezoito anos que não têm o documento de Certificação de Conclusão do Ensino Médio. Como o resultado do ENEM, juntamente com as taxas de reprovação e de evasão, integra o IDEB do Ensino Médio, convém refletir sobre o resultado do IDEB das escolas públicas do Rio Grande do Sul, que se confere na Figura 2.

Figura 2 - IDEB - Resultados e Metas do Rio Grande do Sul - Ensino Médio

Estado	IDEB OBSERVADO				METAS PROJETADAS							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Rio Grande do Sul	3.7	3.7	3.9	3.7	3.8	3.9	4.0	4.3	4.6	5.1	5.3	5.5

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012).

Presta lembrar que 6,0 é o índice mínimo previsto aos países desenvolvidos hoje e, certamente, por isso, a média tende a crescer, ficando superior a 6,0, em

2021-2022. No Brasil, como o valor em 2005 era muito baixo (3,7), a meta projetada ficou estabelecida em 5,5 - e não em 6,0 - em 2021-2022. Ressalta-se ainda, pelos dados da tabela, que as metas projetadas não estão sendo alcançadas, ao se verificar que, no ano de 2011, a meta projetada era 4,0 e o valor alcançado foi apenas de 3,7, diminuindo em relação ao ano de 2009.

A reflexão aponta para os grandes desafios lançados às políticas educacionais públicas da Educação Básica, no sentido de propor uma nova identidade para o Ensino Médio, o que, necessariamente, passa pela qualificação das aprendizagens. Assinala-se também uma provocação às instituições de Ensino Superior: propor uma política institucional de apoio e de acompanhamento do jovem estudante que ingressa na universidade com a nota do ENEM. Os conhecimentos que ele traz da escola pública, muitas vezes, não são suficientes para alcançar a excelência acadêmica que as universidades propõem em suas metas.

3.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) se concebeu a partir da Medida Provisória nº. 213, de dez de setembro de 2004, criada pelo Governo Federal e, posteriormente, transformada em Lei, sob o nº 11.096, em treze de janeiro de 2005. Abarca como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. (BRASIL, 2005). Nesse horizonte, é importante categorizar as instituições com a reflexão de Morosini (2003, p. 340), que refere que:

As Instituições privadas com fins lucrativos ou particulares em sentido estrito são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado e que não apresentam características das demais privadas. As Instituições privadas sem fins lucrativos podem ser: Comunitárias – instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade; Confessionais – instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas; Filantrópicas – são as instituições de educação ou de assistência social que prestam os serviços para ao quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração.

Tais instituições têm o compromisso de acolher os estudantes e de oportunizar a excelência acadêmica. A UNISINOS, dentro da referida perspectiva, aderiu ao PROUNI oferecendo, em contrapartida à concessão de bolsas de estudo, a isenção de tributos àquelas Instituições de Ensino Superior (IES).

As bolsas de estudo integrais são concedidas aos estudantes cuja renda familiar mensal *per capita* seja igual ou inferior a um salário mínimo e meio. No caso das bolsas de estudo parciais, são destinadas a estudantes cuja renda familiar mensal *per capita* não ultrapasse três salários mínimos por pessoa. Conforme o Art. 2º da Lei nº 11.096, de treze de janeiro de 2005, as bolsas serão deliberadas:

I - a estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral; II - a estudante portador de deficiência, nos termos da lei; III - a professor da rede pública de ensino, para os cursos de licenciatura, normal superior e pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, independentemente da renda a que se referem os §§ 1º e 2º do art. 1º desta Lei. (BRASIL, 2005).

A educação é um dos *direitos sociais* consagrados pela Constituição Federal de 1988 (em seu Art. 6º). No dito contexto, insere-se a educação como:

Art. 205 - Direito de todos e dever do Estado e da família, a ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparando-a para o exercício da cidadania e qualificando-a para o trabalho. (BRASIL, 1988).

A educação brasileira recebe orientações, no âmbito de sua infraestrutura, através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ou Lei nº 9.394/96, que fixa as normas para a educação nacional. Nela, encontram-se disposições relativas aos princípios e aos fins da educação nacional, de sua organização, de seus níveis e de suas modalidades de educação e de ensino. Em seu Art. 19, estabelece as categorias em que se enquadram as instituições privadas de ensino, quais sejam,

A LDB (Lei nº 9.394/96), que estabeleceu o 'plano nacional de educação' conforme determinou o art. 214 da Constituição Federal, tratou de definir quatro possíveis categorias para as instituições de ensino a saber: instituições particulares em sentido estrito, instituições comunitárias, instituições confessionais e instituições filantrópicas (art. 20). (OLIVEIRA; MESQUITA, 2010).

Este estudo foi realizado em uma instituição confessional de caráter comunitário: a UNISINOS, pertencente à Companhia de Jesus e, por isso, de caráter

confessional. A Universidade se enquadra no conceito confessional comunitária, pois, segundo o Art. 214, a instituição comunitária é instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou por mais pessoas jurídicas, inclusive, cooperativas educacionais, sem fins lucrativos, que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade. (Art. 20, inciso II da LDB).

Para as IES, a Receita Federal do Brasil regulamentou o benefício fiscal mediante a Instrução Normativa nº 456, de cinco de outubro de 2004, ainda em vigor. (RECEITA FEDERAL, 2004). De acordo com o Art.1º da IN SRF nº456/04 e o Art. 8º da Lei nº 11.096/05, as instituições educacionais de Ensino Superior participantes do PROUNI terão como benefício fiscal a isenção dos seguintes tributos:

- a) Imposto sobre Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ);
- b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL);
- c) Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS);
- d) Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

Conforme o Regulamento do PROUNI (Decreto nº 5.493/05, BRASIL, 2005), a integração da IES beneficiária e participante do programa se faz mediante a assinatura de Termo de Adesão junto ao Ministério da Educação, observando-se os procedimentos operacionais de adesão e de seleção semestral de bolsistas, pelas portarias ministeriais do próprio MEC. Ainda em consonância com a Portaria Normativa nº 22, de treze de novembro de 2012, o Capítulo IV faz referência, em seu Art. 12, ao cálculo do número de bolsas a serem concedidas pela instituição de ensino, a cada semestre. (BRASIL, 2012).

O Processo Seletivo do PROUNI indica, como primeira etapa, que o estudante tenha realizado o ENEM no ano anterior ao de ingresso e que tenha atingido, no mínimo, 450 pontos. Posteriormente, o estudante fará sua inscrição no *site* do PROUNI (em calendário estipulado pelo MEC), informando as instituições e escolhendo o percentual da bolsa de estudo adequado à renda familiar *per capita* e os Cursos de Graduação de sua preferência.

O MEC, pelo PROUNI, faz a pré-seleção dos candidatos e encaminha para que as IES promovam o processo seletivo. Cabe ressaltar que cada IES tem processo seletivo próprio e que a única exigência estipulada pelo MEC é que se

sigam os critérios estabelecidos pelo programa. O ingresso do estudante na instituição de ensino se condiciona à entrega e à análise de documentos. Caso esteja dentro dos critérios estabelecidos pelo PROUNI, a inclusão se concretiza pela assinatura do Termo de Concessão de Bolsa de Estudos.

Para a manutenção da bolsa de estudos do PROUNI, o estudante deve observar:

[...] o prazo máximo para a conclusão do curso de graduação ou sequencial de formação específica, dependerá do cumprimento de requisitos de desempenho acadêmico, estabelecidos em normas expedidas pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 2005).

Portanto, uma das exigências impostas pelo MEC se dá em relação ao aproveitamento acadêmico do estudante bolsista, que precisa, necessariamente, no final de cada semestre, atingir, no mínimo, 75% de aproveitamento acadêmico nas disciplinas matriculadas no semestre em curso. Assim se referenda, por fim, com base na Portaria nº 3.268, de dezoito de outubro de 2004, que preconiza que:

Art. 17. O estudante vinculado ao PROUNI, beneficiário de bolsa integral ou parcial de cinquenta por cento (meia-bolsa), deverá apresentar aproveitamento acadêmico em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas cursadas em cada período letivo. (BRASIL, 2004).

Caso o estudante bolsista, ao final do semestre, não apresente, no mínimo, 75% de aproveitamento acadêmico, a IES poderá analisar as justificativas apresentadas para o rendimento acadêmico insuficiente e autorizar, por uma única vez, a continuidade da bolsa de estudos do PROUNI.

Nesse cenário, cresce a relevância da parceria de uma política pública, no caso do PROUNI, com uma política institucional, no caso da UNISINOS, com o PIEA, para a manutenção da bolsa de estudos. Tal política institucional integra o compromisso social da Universidade para com os sujeitos e com a sociedade. Ademais, ressalta-se o impacto que podem proporcionar na vida do estudante e de seu grupo familiar, possibilitando, talvez, além da desejável ascensão da classe social, a possibilidade da construção da cidadania.

3.3.1 O PROUNI na UNISINOS

Na UNISINOS, o PROUNI se alicerça nas orientações das Portarias do MEC que regem os processos seletivos. A Gerência de Ação Social da UNISINOS é a Unidade Executora do processo do PROUNI. Para isso, conta com uma equipe composta por: Gerente de Ação Social, Assistentes Sociais, Analista e Assistentes Administrativos. O processo compreende as seguintes etapas:

- Adesão PROUNI

O processo de Adesão é realizado a partir da divulgação da Portaria, feita pelo MEC, e da emissão do Termo Aditivo. É nesse processo que a Gerência de Ação Social, a Gerência Financeira e a Unidade de Graduação executam o levantamento dos dados necessários para informar ao MEC o número de bolsas de estudo previstas para o Processo Seletivo do PROUNI, em cada semestre.

- Processo Seletivo PROUNI

O processo de Seleção dos candidatos previamente escolhidos pelo MEC é realizado na Universidade por Assistentes Sociais da equipe e por Assistentes Sociais terceirizados. O candidato pré-selecionado para a UNISINOS tem previamente um horário marcado com um Assistente Social, para quem apresenta a sua documentação e a de seu grupo familiar, para a comprovação das informações prestadas na ficha de inscrição. A lista de documentos utilizados contém os documentos solicitados pelo PROUNI. Contudo, a Universidade, para garantir a eficácia e a credibilidade do processo, solicita documentos adicionais. Com isso, visa à qualificação do processo, favorecendo a inclusão de estudantes em situação de vulnerabilidade social.

- Processo Supervisão/Manutenção PROUNI

No processo de supervisão das bolsas de estudos do PROUNI, o MEC realiza o cruzamento de informações constantes do Sistema Informatizado do PROUNI (SISPROUNI) com: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), Censo da Educação Superior, Cadastros de instituições públicas e gratuitas de ensino superior

estaduais, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM).

Em seguida, a Universidade realiza entrevistas com todos os estudantes prounistas apontados com possíveis irregularidades, e solicita documentações para comprovações. Cabe ainda ressaltar que são realizadas, em alguns casos, por amostragem, visitas domiciliares, a fim de permitir que o Assistente Social conheça *in loco* a situação de vida do estudante prounista.

O processo de manutenção/atualização da bolsa é realizado semestralmente pela Universidade, em períodos estabelecidos pelo MEC. Por conseguinte, envolve várias ações: confirmação da matrícula acadêmica do bolsista beneficiado no semestre em curso; confirmação do rendimento acadêmico obtido pelo bolsista no último período letivo cursado (75%); autorização da manutenção do benefício (restrita a uma única vez), quando o rendimento acadêmico do bolsista for inferior ao exigido (reativação); e é finalizado, a cada semestre, com a emissão do Termo de Manutenção, assinado pelo estudante prounista.

3.3.2 Política de Cotas: a possibilidade do resgate da cidadania, além da inclusão

As instituições de ensino são lugares privilegiados para a humanização e a promoção da igualdade entre as pessoas, ao possibilitarem, em seu espaço físico, a convivência de pessoas de diferentes origens étnicas, culturais e religiosas. Nas IES, não há vagas para todos, o que demanda uma seleção. Essas instituições, por sua vez, em seu processo de seleção, escolhem os *melhores* - dentre os quais, podem não estar incluídos os alunos de escolas públicas, os afrodescendentes, as pessoas com deficiência, dentre outros sujeitos que, historicamente, são excluídos.

O Governo Federal instituiu, então, a Política de Cotas, na intenção de resgatar a cidadania pela inclusão. Importa lembrar que Cota é palavra derivada do latim, *quotus*, de *quot* (quantos) (COTAS..., 2012), logo, exprime a quantidade, a parte a que se tem direito.

A inclusão passou a constituir um dos grandes desafios na educação brasileira, em todos os níveis. No caso da educação superior, deve-se considerar que os estudantes que apresentarem características diferenciadas decorrentes de

deficiência, ou até mesmo de situação de vulnerabilidade social e econômica, terão direito ao ingresso nessas instituições de ensino superior.

Convém ainda ressaltar que a inclusão dos afrodescendentes pelas cotas quer reparar a desigualdade decorrente de uma longa história de discriminação, de injustiça e de exclusão. Para que o pretendido processo de inclusão se concretize, é necessária a política institucional que legitime os apoios especializados relevantes às singularidades de cada caso.

Nessa direção, entende-se que a inclusão pela matrícula não garante a permanência do estudante no espaço universitário, uma vez que é preciso proporcionar um percurso educacional contínuo e progressivo, superando a possibilidade de ser apenas o que Rocha (2011) conceitua como inclusão ilusória.

A inclusão social não se faz apenas pela integração e pela facilitação de acessos, para que ocorra a inclusão dos excluídos. A educação inclusiva faz parte de um movimento muito maior: a inclusão social de todas as pessoas que, ao longo da história, foram excluídas, o que é ainda um fator de desigualdade presente na sociedade.

No entanto, apesar de a educação inclusiva ter sido adotada na Declaração de Salamanca, em 1994, e o Brasil também por ela ter optado como diretriz para sua política educacional, ainda permanece em construção, e a sua implantação é compromisso e responsabilidade de todos. Educar é humanizar, é tratar com respeito às singularidades, sendo, assim, solidário com o ser humano. Freire (1996, p. 85-86) assevera que:

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História, mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar.

Nos registros da história da educação no Brasil, a questão da exclusão sempre esteve presente entre as pessoas com deficiência e as pessoas com vulnerabilidade social e econômica. Em conformidade com a ideia, Gentili e Alencar (2001, p. 32) lecionam que:

‘Excluídos’ há e por todos os lados: pobres, desempregados, ‘inempregáveis’, sem-teto, mulheres, jovens, sem-terra, negros/as, pessoas

com necessidades especiais, imigrantes, analfabetos/as, índios/as, meninos/as de rua... A soma das minorias acaba sendo a imensa maioria. E ser maioria tem seu custo: a transparência. A sociologia da exclusão acaba consagrando tantas situações sob sua ótica que, o que vai ficando 'excluído' do conceito de exclusão é hoje em dia, um setor bastante reduzido da população.

Considerando-se as reflexões que se deslindaram, constata-se que é válido, além de propor políticas para incluir os excluídos por todos os lados, zelar pelo cumprimento de ações que já foram aprovadas em busca da qualidade de vida. Cabe também às universidades o compromisso de promover ações para a inclusão e a permanência dos excluídos historicamente no ambiente acadêmico. Verificando-se a complexidade da superação, dos binários ricos/pobres, da igualdade/diferença, da exclusão/inclusão, podemos averiguar o processo de inclusão pelo viés da humanização. Nesse horizonte, em consonância com Alves (2005, p. 38), infere-se que:

Os 'normais' podem dizer simplesmente: 'Sou igual a todos, portanto sou'. É a igualdade que define o seu ser. Mas os portadores de deficiência te de fazer uma outra afirmação: 'pugno, ergo sum' - luto, logo existo. Muitos, sem coragem para enfrentar a luta solitária, desistem de viver e são destruídos. Os que aceitam o desafio, entretanto, se transformam em guerreiros.

A luta solitária não é só dos deficientes, mas de todos aqueles que, historicamente, têm sido excluídos e que hoje se encontram em situação de vulnerabilidade - e que, ao não desistirem, se tornaram guerreiros.

3.3.2.1 PROUNI: Cotas para Afrodescendentes, Indígenas e Deficientes Físicos

O Brasil é um país marcado pela diversidade cultural e racial e as diferenças devem ser consideradas na proposição de políticas públicas para os cidadãos brasileiros. A reflexão de Gomes (2001, p. 87) se alinha aos direitos, quando diz que:

Ainda nos falta avançar muito para compreendermos que o fato de sermos 'diferentes' uns dos outros é o que mais nos aproxima e o que nos torna mais iguais. [...] A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais. Aí, sim, estaremos articulando Educação, cidadania e raça.

Gomes (2001) sinaliza que a cidadania pode ser construída pela educação, tendo como pano de fundo, a raça. No cenário que se descortina, verificamos que as IES estão se adequando ao sistema de distribuição de cotas destinadas à população negra, ainda vitimizada pela exclusão social. No ano de 2003, foi instituída a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), pelo Decreto nº 4.886, de vinte de novembro daquele ano, com o objetivo de reduzir as desigualdades raciais no Brasil. Outrossim, visa à

Redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária. (BRASIL, 2003).

Nesse sentido, ao trazer para debate a questão da redução das desigualdades raciais no Brasil, insta ressaltar que a UNISINOS iniciou o trabalho de desenvolvimento do Diálogo Inter-Religioso aliado ao empenho maior em incluir os sujeitos afrodescendentes no contexto da academia, ao implantar, em 2008, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), que se vincula à Reitoria e se inclui no Centro de Cidadania e Ação Social da Universidade, ao qual também se acoplam os Projetos Sociais. O NEABI/UNISINOS tem como finalidade:

Articular ações e pesquisa, ensino e extensão, de caráter interdisciplinar - voltadas para avaliação e acompanhamento da implementação do Parecer CNE/CP 003/2004 e da Resolução CNE 001/2004 que tratam das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnicorraciais e Ensino de História da África e da Cultura Afrobrasileira e Indígena, bem como, do Plano Nacional de Implementação das Diretrizes. (NÚCLEO DE ESTUDOS AFROBRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI), 2014).

A UNISINOS, como instituição confessional e comunitária, tem o compromisso humano e social no resgate da Educação das Relações Étnico-Raciais. Assim, a concessão de bolsas de estudos do PROUNI tem possibilitado a inclusão dos afrodescendentes no ensino superior, a partir do sistema de cotas do referido programa. Ao dialogar com Carvalho (2005, p. 32) sobre a questão de cotas tem-se que:

O sistema de cotas não é nenhuma panacéia universal que resolverá definitivamente o problema da desigualdade racial no Brasil. Trata-se apenas de um mecanismo legal e legítimo, entre vários utilizados em muitos países do mundo, para compensar experiências históricas de discriminação, injustiças e opressões sofridas por minorias, grupos étnicos ou mesmo

povos inteiros. Estados Unidos, Canadá, Índia, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Malásia, entre outros, têm desenvolvido modelos específicos de ações reparatórias, em caráter temporário, tomando em conta necessidades concretas de ajuste de contas com o seu passado como nações em busca de uma convivência mais justa e mais pacífica.

Carvalho (2005) alude a importância das cotas como possibilidade de resgatar a inclusão daqueles que historicamente e injustamente foram excluídos. Refere ainda que outros países têm modelos específicos de ações reparatórias para atender às necessidades concretas desses sujeitos. Em concordância, Rocha (2011, p. 148) defende que:

A política de cotas, como ação afirmativa, neste momento histórico da sociedade brasileira, mesmo diante de todas as injunções e desafios presentes necessita continuar sendo implementada não apenas pelas universidades públicas, mas em outros espaços em que se configura a garantia por direitos de cidadania. [...].

Convém citar que, a UNISINOS, além da política de cotas para a inserção de afrodescendentes, viabiliza espaços para que esses sujeitos possam resgatar os direitos e a cidadania plena. Nessa perspectiva, se atenta para o NEABI/UNISINOS, que objetiva contribuir para o fortalecimento da identidade e da historicidade dos afrodescendentes, através do Grupo Cidadania e Cultura Religiosa Afrodescendente, o que envolve crianças, jovens e adultos de diferentes denominações religiosas. Oferta ainda um trabalho coletivo para o conhecimento das culturas herdadas da África e, também, busca o acesso, a inclusão e a inserção social e educacional nas escolas, na Universidade e nos Projetos Sociais do Centro de Cidadania e Ação Social da região de abrangência da UNISINOS.

A inclusão, pelo PROUNI, dos deficientes se alicerça na Política Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 1999), em que estão assegurados os direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência e legitimada a sua efetiva integração social. No Art. 2º da Lei nº 7.853/89 e no Decreto nº 3298/99, consta que:

Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico. (BRASIL, 1999).

As políticas que estabelecem a redução das desigualdades raciais e entre pessoas com deficiência vêm ao encontro da proposta do PROUNI que, além da cota destinada por ampla concorrência, também destina cotas aos autodeclarados como afrodescendentes, aos indígenas e às pessoas com deficiência. Portanto, essa reserva de vagas para estudantes cotistas pretende reparar as desigualdades sociais, ainda tão presentes em nossa sociedade.

Ademais, é de se salientar que os afrodescendentes, os indígenas e as pessoas com deficiência, sempre considerando as questões culturais, históricas e estruturais específicas de cada um desses segmentos, precisam ter o reconhecimento de seus direitos como sujeitos da sociedade, o que pode ser determinante para a construção de seu processo de identidade.

3.4 POLÍTICA INSTITUCIONAL: O PROGRAMA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL E ACADÊMICA

A Associação Antônio Vieira (ASAV) tem por finalidade a promoção e o desenvolvimento da educação, assim como a difusão da fé e da ética cristãs preconizadas pela Companhia de Jesus. Desde abril de 2008, os representantes das obras na área da educação - Colégio Anchieta, Colégio Catarinense, Colégio Medianeira, Escola Agrícola, UNISINOS ASAV/Administrativo e Assistência Social - têm enfrentado o desafio de construir e de implantar uma proposta de políticas para a “[...] integração e visibilidade das práticas de inclusão educacional e acadêmica”. (ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA (ASAV), 2013).

Na elaboração, foram considerados o Planejamento Apostólico e a Política de Ação Social da ASAV como forma de garantir a missão dos jesuítas da Província do Brasil. A seguir, são redigidas as oito políticas de Inclusão Educacional e Acadêmica:

Política 1: Ordem Geral

Cada Obra Mantida, em especial as educacionais, manterão um processo estruturado de Inclusão Educacional e Acadêmica, com ferramentas e mecanismos apropriados, fundamentado na missão, princípios e objetivos da Província (Planejamento Apostólico), respeitando as peculiaridades locais.

Política 2: Estrutura e organização

As mantidas organizarão e manterão uma estrutura mínima (recursos humanos e materiais, responsabilidades) para acompanhar os processos de Inclusão Acadêmica e Educacional.

Política 3: Relacionamento com a mantenedora

As Obras Mantidas estabelecerão estreito relacionamento com a Mantenedora (ASAV/BRM), em especial, com a Diretoria de Assistência

Social, disponibilizando os dados no sistema ou, quando necessário, por relatórios exigidos, tanto pelo poder público como pelo poder privado, tecnicamente elaborados, e em tempo hábil, além de outras informações que se fizerem necessárias.

Política 4: Divulgação e identificação

Oportunizar o acesso universal do público-alvo através de um processo de divulgação transparente aos critérios que regem a Inclusão Educacional e Acadêmica.

Política 5: Público-alvo

Contemplar as populações em condições socioeconômicas e culturais vulneráveis, de risco e, com atenção especial, às parcelas da população histórico-estruturalmente limitadas para o desenvolvimento de suas potencialidades de contribuição na construção da sociedade, como afrodescendentes, indígenas e as pessoas com deficiência.

Política 6: Acompanhamento e avaliação

Cada mantida realizará o acompanhamento (saúde, alimentação, uniforme, material escolar, social, religiosa, familiar) dos beneficiados pelo processo de Inclusão Educacional e Acadêmica, através de indicadores mínimos elaborados pela ASAV/BRM.

Política 7: Desempenho acadêmico

As Obras Mantidas implantarão um processo de acompanhamento e avaliação acadêmico dos incluídos no processo educacional e acadêmico, periodicamente ou sempre que necessário, tomando as providências que se fizerem necessárias para cada caso.

Política 8: Evidenciação

Cada Obra Mantida estabelecerá clara evidenciação das ações de Inclusão Educacional e Acadêmica, através de relatórios qualitativos e das demonstrações financeiras e contábeis, segundo os critérios comuns estabelecidos pela ASAV/BRM. (ASAV, 2013).

As políticas supracitadas têm também como fim promover a unidade nos procedimentos institucionais para a qualificação do monitoramento das Obras de Educação da ASAV.

O PIEA atende ao disposto na Seção III da Lei 12.101/2009 e no Capítulo III do Decreto n 7.237/2010, revogado pelo Decreto nº 8.242, de 2014, articulando o Plano Nacional de Educação (PNE) com os princípios, as diretrizes e os objetivos da missão jesuíta da Província do Brasil. Assim, inspirado na proposta inaciana, tem como missão a excelência acadêmica voltada para a promoção da justiça, a inclusão social e o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, por meio de um processo reflexivo e comprometido com o seu tempo.

Nessa perspectiva, a ASAV possibilita às instituições de ensino o PIEA, que consiste na oferta de bolsas de estudos integral e parcial e nos Apoios Complementares aos estudantes bolsistas, visando à garantia do acesso, da permanência e do sucesso educacional e acadêmico. No ano de 2010, por solicitação da Diretoria de Assistência Social da ASAV, foi elaborado o Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica (PIEA/UNISINOS).

3.4.1 O PIEA na UNISINOS

A UNISINOS é uma instituição da Companhia de Jesus, que se situa na cidade de São Leopoldo, município localizado no Vale do Rio dos Sinos, importante polo econômico do Rio Grande do Sul. Iniciou sua trajetória como universidade em trinta e um de julho de 1969 - dia de Santo Inácio de Loyola, padroeiro dos jesuítas. Mantida pela ASAV, ao longo de toda a sua trajetória, vem se empenhando em encontrar as melhores formas de realizar a sua vocação de Universidade, na busca da excelência acadêmica.

A Gerência de Ação Social da UNISINOS é responsável pela gestão e pelo monitoramento das bolsas de estudos do PROUNI e dos Projetos Sociais da Universidade. No monitoramento, nota-se que muitos estudantes prounistas têm seu desempenho acadêmico, muitas vezes, influenciado pelas dificuldades socioeconômicas, o que se reflete no custeio do pagamento do transporte, da alimentação, do material didático, e que os leva a desistir da bolsa. Além disso, ganha relevância a dificuldade de o estudante manter os 75% de aproveitamento acadêmico em cada semestre, o que ocorre devido às fragilidades do ensino e da aprendizagem do Ensino Médio, como se comprova nos resultados das Avaliações em Larga Escala.

No que se refere à política de inclusão, o PIEA tem dado visibilidade à política e às práticas de inclusão educacional e acadêmica na UNISINOS. Em razão das situações de risco a que estão vinculados os estudantes prounistas, da fragilidade do conhecimento e das situações de vulnerabilidade social, iniciaram-se no, ano de 2011, os Apoios Complementares do PIEA para atender às demandas de vulnerabilidade. Alinhados à pedagogia das escolas jesuítas, privilegiam a formação integral e a educação de qualidade e pretendem contribuir para o desenvolvimento social e humano, desencadeando ações de inclusão que buscam minimizar a repetência e a evasão.

As ações de orientação e de acompanhamento dos Apoios Complementares do PIEA se dão pelo Apoio Pedagógico, pelo Apoio Psicológico e pelo Apoio Social. Assim, podem ser uma forma de intervenção de cunho humanizador na formação dos estudantes prounistas, que estão alicerçados no sentimento de esperança. Rios (2004, p. 76), quando fala de esperança, diz: “[...] a esperança é movimento [...] sustentada exatamente pela ação do homem, que explora as potencialidades do presente, começando a criar aí o futuro”.

Nesse sentido, as ações de orientação e de acompanhamento dos profissionais do PIEA buscam explorar as potencialidades dos prounistas, mobilizados pelo sentimento de esperança, promovendo mudanças em sua trajetória, para que possam, como estudantes de graduação, projetar um futuro com esperança.

Pela universalização do atendimento educacional, nos anos de 1980 e 1990, que se propôs a Educação para Todos, acolhendo, nas escolas e nas universidades, alunos das diferentes classes sociais e com diferentes expectativas em relação ao aprender e à inserção pessoal na sociedade. No caso das IES, a universalização do acesso nem sempre implica numa aprendizagem de qualidade: o estudante prounista precisa, a cada semestre, apresentar, no mínimo, 75% de aproveitamento acadêmico.

Sabe-se que as questões emocionais e os fatores econômicos têm contribuído, de forma significativa, para o não aproveitamento acadêmico e podem cooperar para a elevação das taxas de repetência que, por sua vez, podem causar a perda da Bolsa PROUNI. Logo, o prounista, ao perder o custeio de seus estudos, é afastado da instituição, caracterizando, assim, a evasão que não ocorre pela decisão do estudante, mas que se deve ao não cumprimento do Art. 17 da Portaria nº 3.268, que implica no encerramento da Bolsa de Estudos.

Vale, portanto, questionar o referido artigo, uma vez que é aplicado somente para o encerramento da Bolsa de Estudos do estudante prounista e não existe nenhuma restrição nesse sentido para o aluno da universidade pública que também recebe isenção de pagamento da mensalidade.

A situação de encerramento da bolsa de estudos pela Universidade pelo não aproveitamento acadêmico se caracteriza como evasão compulsória⁵, para caracterizar a evasão pelo não cumprimento do Art. 17 da Portaria 3268. Os Apoios Complementares do PIEA/UNISINOS visam à superação dessas questões, ao promoverem ações alinhadas com a excelência acadêmica que contemplam:

- a) o apoio pedagógico: busca contribuir para o desenvolvimento social e humano ao desencadear ações para minimizar a repetência e garantir a manutenção da bolsa de estudos. Também objetiva qualificar a

⁵ Expressão usada pela autora, uma vez que não é aplicada como referência na Legislação do MEC.

aprendizagem pela construção do conhecimento para a melhoria do desempenho acadêmico e a qualidade de vida dos estudantes bolsistas;

- b) o apoio psicológico: compreende o atendimento e a orientação de estudantes bolsistas na identificação dos aspectos e dos conflitos emocionais que envolvam demandas pessoais, relacionais (problemas na família e na rede social), bem como aqueles que possam influenciar o desempenho acadêmico;
- c) o apoio social: é subdividido em:
 - apoio ao transporte: propõe a concessão do auxílio-transporte para os estudantes bolsistas, a fim de garantir o acesso à Universidade. É concedido mediante a análise socioeconômica realizada pelo profissional do Serviço Social, ao identificar a necessidade financeira, pela avaliação da renda *per capita*;
 - apoio à alimentação: é a concessão do auxílio-alimentação para os estudantes bolsistas para garantir sua permanência. Concede-se mediante a análise socioeconômica feita pelo profissional do Serviço Social, ao ser detectada a necessidade por meio de avaliação da renda *per capita*.

Também são propostas as ações de Aconselhamento PROUNI para os Ingressantes e o Grupo de Acolhida, coordenadas pelo Apoio Pedagógico. O primeiro é uma ação de acolhida para os estudantes que ingressam na Universidade com a Bolsa PROUNI. Nessa ação, são problematizadas as regras do PROUNI para a manutenção da bolsa de estudos. Já o Grupo de Acolhida é uma ação que tem a finalidade de receber estudantes bolsistas que já estão na Universidade. A reunião com os estudantes prounistas visa proporcionar um espaço de diálogo e de escuta para dar visibilidade às Ações Complementares do PIEA.

Acredita-se que as ações dos Apoios Complementares podem efetuar mudanças na vida dos estudantes prounistas. As ações do PIEA foram elaboradas com o objetivo de, ao qualificar a permanência do estudante prounista na UNISINOS, contribuir para o processo de construção de sua identidade. Os objetivos do PIEA, ao estarem alinhados com as necessárias mudanças na sociedade,

identificam o que é fazer parte da sociedade, o que significa ser cidadão, e que cidadania se espera dos indivíduos que se beneficiam do PROUNI/UNISINOS.

3.4.2 A Identidade do Estudante Prounista UNISINOS

Consideramos que a temática das classes sociais é parte integrante deste estudo, uma vez que são os sujeitos das classes sociais menos favorecidas economicamente que estão habilitados a usufruir de uma bolsa de estudos do PROUNI. A Portaria Normativa nº 27, de vinte e oito de dezembro de 2012, do MEC, regulamenta o processo seletivo do PROUNI, referente ao primeiro semestre de 2013, e dá outras providências:

Art. 11. Para fins de apuração da renda familiar bruta mensal per capita de que trata esta Portaria, entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio. (BRASIL, 2012b).

No caso dos estudantes prounistas, a constituição do grupo familiar é de fundamental importância, já que um dos critérios para a concessão da bolsa integral do PROUNI depende de a renda familiar *per capita* ser de até um salário mínimo e meio. E, para a concessão da bolsa de estudos parcial do PROUNI, a renda familiar *per capita* deve ser de até três salários mínimos. No tocante à renda *per capita*, sabe-se que o Programa se destina aos indivíduos pertencentes às classes sociais menos favorecidas economicamente, geralmente pertencentes às classes sociais C e D.

Os estudantes prounistas da UNISINOS, em sua maioria, são oriundos da Região Metropolitana de Porto Alegre, do Vale do Sinos, do Vale do Caí, do Vale do Paranhana, do Litoral e da Serra. O Apoio Pedagógico, em sua ação de orientação e de acompanhamento, tem constatado que muitos deles realizam estágio não obrigatório; outros (muitos também) são bolsistas de Iniciação Científica; outros participam de projeto da CAPES; enquanto que outros perdem a bolsa de estudos pelo não aproveitamento acadêmico.

Tais questões têm influenciado no processo de identidade e, conseqüentemente, em sua história de vida. Os indivíduos e, também, a maioria de suas famílias, carregam a esperança de que a vida irá melhorar ainda mais, após a conclusão do curso superior.

Convém registrar que já reconhecem a mudança ao receberem o benefício do PROUNI e que os Apoios Complementares são, por muitas vezes, determinantes para os seus projetos de vida. Acerca disso, exibem-se os dados do PIEA/UNISINOS, referentes ao ano de 2013, na Tabela subsequente.

Tabela 1 - Bolsas de Estudo

PIEA		
	Número de alunos	
	2013/1	2013/2
Prouni Integral	2.418	2.324
Prouni Parcial	1.220	1.115

Fonte: ASAV (2014).

No que se refere aos dados dos Apoios Complementares do PIEA, segue a Tabela 2.

Tabela 2 - Apoios Complementares

Apoios Complementares PIEA		
	Número de alunos	
	2013/1	2013/2
Transporte Escolar	364	219
Alimentação	356	217
Apoio Pedagógico	719	331
Apoio Psicológico	34	21

Fonte: ASAV (2014).

É pertinente referir ainda que, no atendimento e no acompanhamento de estudantes prounistas, vê-se que muitos ainda vivem em situação de vulnerabilidade social. Percebe-se que a família e a universidade, em suas rotinas, não consideram - ou pouco consideram - a autoestima, o sonho e a esperança da mudança, presentes nos registros dos prounistas. Nessa perspectiva, os Apoios Complementares do PIEA, alicerçados na formação humanística e no sentimento de esperança, pressupõem que o processo de inclusão supere a inclusão ilusória, denunciada por Rocha (2011).

4 NA TESSITURA DE INCLUSÃO, OS PROCESSOS DE IDENTIDADE

O propósito do presente capítulo é problematizar os processos de identidade, no contexto da inclusão. No capítulo anterior, discorremos sobre as classes sociais e verificamos que as classes sociais menos favorecidas economicamente estão sujeitas à vulnerabilidade social e que tal condição possui muitos significados.

Nesse horizonte, importa considerar a reflexão de Wallerstein (2003), ao pensar não em uma sociedade perfeita, mas em uma sociedade cujos sujeitos podem mobilizar-se em busca de melhoras possíveis na sua trajetória de vida - como é o caso da Utopística. Nesse sentido, surge a esperança de que a vida irá melhorar em um prazo que está vinculado à questão da realização do sonho possível que, para Wallerstein (2003), sintetiza a Utopística.

Em relação à vulnerabilidade social, enfatiza-se que é caracterizada pela ausência de recursos ou de rendimentos, sendo, então, um dos fatores determinantes da exclusão social e da desesperança que afeta os mais fragilizados pelas condições financeiras. As consequências da abordagem se relacionam à privação de integração social, econômica, cultural e política.

4.1 NO EMBATE DA EXCLUSÃO, A POSSIBILIDADE DA INCLUSÃO SOCIAL

Oliveira (2001) e Sklair (2005), dentre outros estudiosos, frisam que se encontram em condição de vulnerabilidade social não só os pobres, mas também os grupos étnico-raciais e as mulheres, que sofrem pelas desigualdades presentes na sociedade contemporânea. Sobre a temática da vulnerabilidade, Follmann (2000, p. 162) sublinha que

Só se pode efetivamente falar em solução para os graves problemas que afligem a nossa sociedade na medida em que as populações empobrecidas forem levadas a sério. A universidade evidentemente não está aí para suprir o déficit assustador das políticas sociais, mas a sua participação não pode estar ausente quando se trata de buscar respostas científicas e técnicas aos grandes desafios com os quais a sociedade se depara.

Os pesquisadores das universidades podem, em suas pesquisas, considerar tais questões e as universidades, em parceria com os setores públicos e privados, podem encaminhar políticas e programas que pretendam a superação de questões

que estão alinhadas à cidadania dos sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Os estudos de Wallerstein (2003) tematizam sobre a cidadania como conceito de inclusão dos sujeitos nos processos políticos. Wallerstein (2003, p. 33) lembra ainda que “[...] o que inclui também exclui. A cidadania confere privilégios, e os privilégios são protegidos quando não incluem a todos”. Temos novamente a *tensão entre Utopia: a inclusão de todos, e a Utopística: a inclusão de alguns*. Nesse contexto, perpassa por essa discussão a cidadania que propõe a inclusão de alguns e que tem como consequência, a exclusão de outros.

Para Dimenstein (1998), a concepção de cidadania é de extrema importância para a sociedade. No que tange à educação, é possível perceber a sua ausência, quando constatamos que as crianças estão fora da escola, pois as famílias - ou eles mesmos, no passado - optaram por não frequentá-la. Constata-se, portanto, que a prioridade do grupo familiar é que seus filhos possam buscar a renda provinda de um fazer informal, em lugar de frequentar a escola e, no caso, fazer parte das estatísticas de evasão escolar.

Verifica-se, nessa situação, que esse segmento da sociedade ainda não acredita que a sua situação de vulnerabilidade social pode estar vinculada à educação, mostrando, assim, que sua superação pode ser buscada de forma emergente, por meio do fazer informal.

Outro fato vinculado à concepção de cidadania são os diferentes tipos de violência a que estamos sujeitos, na medida em que são usurpados os nossos direitos. Pode-se observar, no mundo todo, nos últimos anos, o aumento desordenado da violência. Tomamos conhecimento, diariamente, pelas diferentes mídias, de fatos estarrecedores e marcados, sobretudo, pela violência que, na maioria das vezes, é praticada por sujeitos historicamente excluídos.

Ao escutá-los, percebemos que foram excluídos da família, da escola e da sociedade - um dos grandes temas da atualidade - e esta precisa, de forma propositiva, incutir em seus projetos a inclusão, para que, cada vez mais, se busquem a justiça social e a cidadania. Especialistas de diferentes áreas têm objetivado definir a exclusão e a inclusão e assim perpassa a questão: de quem, de fato, é a exclusão?

Os conceitos de exclusão e de inclusão social têm evoluído constantemente, caracterizando-se como concepção aberta e flexível. Alvino-Borba e Mata-Lima

(2011) sustentam que os fenômenos de inclusão e de exclusão social têm merecido grande atenção de pesquisadores.

A exclusão social é um conceito introduzido por Lenoir (1974 apud ALGEBAILLE, 2010) que envolve problemas socioeconômicos e está presente em todos os países, independentemente de seu nível social e econômico, mas sempre como uma questão social fortemente vinculada às situações de vulnerabilidade social.

A exclusão social é resultante de privações das pessoas em relação à falta de oportunidades sociais e financeiras, representando, assim, a negação de seus direitos como cidadãos. Pode estar ligada ao desemprego, à violência, à desigualdade social e nega a segurança, a justiça, o direito à moradia e à educação de qualidade.

As variadas formas de exclusão estão interconectadas e podem apresentar efeito potencializador: a falta de oportunidade gera o desemprego que, por sua vez, alimenta a violência, a insegurança, a injustiça, dentre outros males. Outrossim, “Exclusão social não é um conceito, é uma nova questão social. Esta situação está sendo produzida pela conjunção das transformações no processo produtivo, com as políticas neoliberais e com a globalização”. (LESBAUPIN 2000 apud ALVINO-BORBA; MATA-LIMA, 2011, p. 36).

A discussão acerca deste estudo ainda concorda e se relaciona à reflexão de Sheppard (2006, p. 10), quando diz que:

Exclusão social significa grupos socialmente excluídos. Portanto, são aqueles que estão em situação de pobreza, desemprego e carências múltiplas associadas e que são privados de seus direitos como cidadãos, ou cujos laços sociais estão danificados ou quebrados.

Nas problematizações que se oportunizaram, reparamos que a temática trouxe consigo um novo desafio para a sociedade contemporânea e que, infelizmente, as políticas propostas não têm sido eficientes para dar conta do novo cenário social, que dá visibilidade à amplitude e à complexidade da exclusão social, indicando que a transformação social exige intervenções inovadoras e que não existe padrão único de intervenção.

Pelas reflexões anteriores, averiguamos que os fatores condicionantes da exclusão social estão associados à negação da possibilidade de igualdade de oportunidades que está relacionada à equidade social. Logo, não se pode refletir

sobre exclusão sem mencionar a inclusão como possibilidade de minimizar a exclusão social.

Possivelmente seja mais fácil pensar sobre os aspectos da inclusão, pois se tratam de ações afirmativas em que as mídias, ao lhe fazerem referência, dão visibilidade ao papel social dos diferentes segmentos da sociedade. Essas, muitas vezes, são apenas ações de voluntariado que não estão vinculadas a uma política de inclusão, sendo então, apenas de caráter emergencial. As avaliações sempre serão positivas, como se a questão fosse simples de ser encaminhada - ponto em que se dá o equívoco, tendo em vista a complexidade da questão.

Nas instituições de ensino, a inclusão é, às vezes, confundida com a integração, porque ambas garantem o acesso, o que, no entanto, não significa reconhecer os direitos. Nesse caso, a concepção da inclusão avança, pois,

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto incluiu o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25).

Mittler (2003) assinala que, além do acesso físico, se incluem à problematização da inclusão as questões pedagógicas e acadêmicas, o que, talvez, ainda configure uma das fragilidades do tema. Acredita-se que os processos de inclusão ainda precisam de mudanças e que as instituições de ensino podem promover ações para qualificá-la, ainda mais, no que diz respeito aos estudantes. Entende-se, então, que, se a inclusão é um processo dinâmico e inacabado, em virtude de sua complexidade e sua abrangência.

A exclusão instiga a refletir sobre a invisibilidade social a que são submetidos os sujeitos, enquanto o processo de inclusão busca dar visibilidade a um sujeito que possui direitos e deveres na sociedade e que se apresenta como cidadão portador de uma identidade, que se constrói no processo de sua trajetória, apoiada em políticas públicas e institucionais.

4.2 IDENTIDADE: MULTIPLICIDADE DE CONCEPÇÕES

As questões vinculadas ao termo identidade sempre despertaram interesse de pesquisadores de diferentes áreas e, também, de pessoas não associadas a esses grupos; por isso, quando o tema vem a debate, constata-se sua multiplicidade de concepções. Como foi mencionado anteriormente, desde a existência dos primeiros grupos sociais, o ser humano viveu em comunidades organizadas, ainda que de forma rudimentar, cuja identidade fazia parte do agir humano como tema recorrente de problematização na área das Ciências Sociais.

Ampliando-se a ótica sobre os processos de identidade iniciada no capítulo dois desta pesquisa, temos que, no sentido social, relaciona um grupo de pessoas com características semelhantes dentro de um espaço delimitado, como propôs o pensamento marxista, ao relacionar as pessoas, dentro de uma classe social. Ao refletirmos sobre a questão, ressalta-se que a identidade também pode ser formada pela visão que temos de nós mesmos e pela forma que o outro nos vê. De acordo com Berger, P. e Berger, B. (1984, p. 212),

[...] quer a identidade seja atribuída ao indivíduo, quer seja adquirida por ele, ela sempre é assimilada por um processo de interação com outros. São outros que o identificam de certa maneira. Só depois que uma identidade é confirmada pelos outros, é que pode tornar-se real para o indivíduo ao qual pertence. Em outras palavras, a identidade resulta do intercurso da identificação com a autoidentificação. Isto explica até as identidades deliberadamente constituídas pelo próprio indivíduo.

Assim, calha afirmar que a identidade no contexto da sociedade atual está em constante processo de construção e emerge em contextos sociais específicos, podendo ser pensada como resultante das relações sociais que ocorrem no cotidiano dos sujeitos da sociedade - e não como propriedade intrínseca do próprio sujeito. Nessa perspectiva, importa entender como a concepção de identidade do sujeito se construiu, ao longo do tempo. Segundo Hall (2006, p. 10-13),

O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência, e de ação, cujo 'centro' consistia num núcleo interior, que emergia pela primeira vez quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia [...] O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. [...].

A noção do *sujeito sociológico* refletia a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com 'outras

peças importantes para ele', que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos – a cultura – dos mundos que ele/ela habitava. [...] Esse processo produz o *sujeito pós-moderno*, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam [...].

No mesmo sentido que vem trabalhando Hall (2006), Follmann (2001) leciona que o ser humano não possui identidade fixa, se constrói no processo e fortemente se influencia pela cultura a que o sujeito se insere.

Para a maioria das pessoas, o termo identidade remete a um conjunto de características que identificam a pessoa, como: nome, filiação, sexo, etnia, impressão digital, dentre outras. Os dados de identificação são registrados em documentos pessoais que servem para confirmar a identificação da pessoa e se vinculam a uma perspectiva exterior de identificação e que, na maioria das vezes, não traz problemas de compreensão.

Neste estudo, a questão da identidade já foi abordada por autores, como Bauman, Follmann, Hall e, para estes e outros estudiosos do tema, na pós-modernidade, tem-se que não é inata e, muito menos, permanente. A imagem que cada um tem de si vai sendo construída ao longo da vida pelas vivências, primeiramente na família, e vai se ampliando na escola, na comunidade e, por fim, na sociedade.

A identidade forma um dos pontos de referência do sujeito e uma de suas características é a multiplicidade de papéis que vai assumindo, ao longo da vida - sempre com foco na totalidade, que não é fixa e tem mobilidade - pois, a cada dia, novos acontecimentos e novos desafios são acrescentados à vida do sujeito que, na vivência de seu papel social, vai produzindo a sua história, tendo como pano de fundo, o sentimento de inacabamento.

No seu grupo social, o sujeito aprende a relacionar-se com os outros e isso influi na sua história de vida na medida em que desenvolve a consciência de si, a partir do olhar do outro. Nesse sentido, "Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência". (MARX; ENGELS, 1979, p. 37). Ao tomar consciência de si mesmo, o homem também pode ir construindo seu mundo através do trabalho. Marx, em seus escritos, sublinha que a base da sociedade é o trabalho e ele se desenvolve pela

ação do homem no seu grupo social: assim o homem também pode reconhecer-se e reconhecer o outro como sujeito.

Compreendendo que a identidade é um fenômeno social, repara-se, na sociedade contemporânea, segundo Baumann (2005), um dilema para o sujeito: ao mesmo tempo em que colhe afinidades para justificar o seu pertencimento a um grupo, busca, nesse grupo, as diferenças para destacar sua distinção social.

A questão que se vincula à identidade é complexa, pois é dinâmica e determinada pelas escolhas diárias dos sujeitos. Os estudos sobre identidade localizam, ao mesmo tempo, espaços para problematizar as igualdades e as diferenças dos sujeitos pertencentes a um grupo social - e nem sempre há visibilidade para a necessidade pontual da igualdade ou da diferença.

No cenário pós-moderno, uma metáfora que poderia ser usada para dar visibilidade aos processos de identidade é um trabalho artesanal denominado *Patchwork*, aplicado na confecção de colchas, de tapetes, de guardanapos, de almofadas. O trabalho é composto por pequenos pedaços de tecido em forma de quadrados e de triângulos que, unidos, compõem a peça. A tessitura para unir as peças, que não são todas iguais e nem todas diferentes, pode ocorrer a partir de uma multiplicidade de escolhas e de decisões.

O destaque (e a beleza) do trabalho se dá pela combinação das cores e das simetrias com que são unidos os pedaços de tecido. Geralmente, o artesanato final é único e o artesão, ao admirar a obra, pode inspirar-se para o novo trabalho, mudando cores, simetrias e tecidos.

Nessa perspectiva, o trabalho do artesão não se finda, uma vez que, a partir de sua reflexão sobre o já confeccionado, serão feitas novas escolhas e outras tomadas de decisões, para outras peças de *Patchwork*. Salienta-se que as aproximações entre o artesanato de *Patchwork* e a identidade se dão pelas múltiplas escolhas e pela reflexão do sujeito e pelo sentido de inacabamento.

4.2.1 Identidades: Cultural e Profissional

Na sociedade globalizada, estudos têm apontado que muitas questões contemporâneas sobre a cultura estão vinculadas à identidade. Os pesquisadores da área explicitam que as identidades na modernidade líquida são dinâmicas, flexíveis, deslocadas e fragmentadas. Nesse contexto, Hall (2006, p. 13) aduz que:

[...] nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas [...]. À medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente.

Na modernidade líquida, salienta-se que a identidade cultural não pode estar vinculada somente a um conjunto de valores, como: a música, a culinária, o modo de vestir, a religião, as tradições, dentre outros aspectos, para caracterizar um indivíduo ou o grupo social que ele integra. Portanto,

Já que a diversidade cultural é, cada vez mais, o destino do mundo moderno, o absolutismo étnico, uma característica regressiva da modernidade tardia, o maior perigo agora se origina das formas de identidade nacional e cultural – novas e antigas – que tentam assegurar a sua identidade adotando versões fechadas da cultura e da comunidade e recusando o engajamento [...] nos difíceis problemas que surgem quando se tenta viver com a diferença. (HALL apud BAUMAN, 2005, p. 105).

Nessa problematização, é pertinente refletir sobre como cada um elabora a sua identidade pessoal - ou suas identidades – considerando a necessidade de pertencimento e tentando viver com a diferença. No processo de entendimento, Bauman (2005) adota a metáfora da composição da figura com as peças do quebra-cabeça, que é comprado em uma loja e se compõe de todas as partes necessárias para montar a figura modelo. Suas peças são encaixadas e ocupam um espaço único na figura, servindo de modelo para os sucessivos encaixes. Para Bauman (2005), o quebra-cabeça da identidade só pode ser compreendido, se entendido como incompleto.

Assim se aproximam as metáforas do quebra-cabeça, usada por Bauman (2005), e do trabalho artesanal de *Patchwork*: um artesão não faz trabalhos iguais e, como artista, valoriza a liberdade de escolher cores, tecidos, formas e também o modo de agrupá-las. Dessa forma, fazer ajustes para ter uma só identidade coesa, com foco no tradicional - portanto, no inflexível - poderia fechar as portas para mudanças significativas ao sujeito da modernidade líquida.

Numa formulação um pouco diferente - mas, talvez, com maior dinamicidade - a proposta de Follmann (2012) permite trabalhar com os processos de identidade - e não com identidades. E pondera:

Com a ideia de processo de identidade, supera-se a simples oposição entre o 'passado' e o 'futuro', entre as 'trajetórias' e os 'projetos'. Segundo F. Debuyst, identidade não é somente a herança histórica, mas é também a

maneira com que esta herança é atualizada, comportando reações próprias frente aos desafios atuais. (FOLLMANN, 2012, p. 84).

O sujeito, ao projetar o seu futuro com esperança e determinação, a partir de vivências que estruturam sua história de vida alicerçada na dimensão individual e do grupo social e na dimensão coletiva, fundamenta seus processos de identidade. Follmann (2012, p. 87) ainda sobreleva que:

Eles acontecem na permanente interação entre os sujeitos, diferenciando-se e considerados diferentes uns dos outros ou assemelhando-se e considerados semelhantes uns aos outros, e carregando em si as trajetórias vividas por estes sujeitos, em nível individual e coletivo e na interação entre os dois, os motivos pelos quais eles são movidos (as suas maneiras de agir, a intensidade da adesão e o senso estratégico de que são portadores) em função de seus diferentes projetos, individuais e coletivos.

Assim, além da dimensão individual e coletiva e da interação entre eles, a reflexão atenta para a problematização, no grupo social, das igualdades e das diferenças. Follmann (2012) endossa que o pano de fundo da problematização são os projetos dos sujeitos.

No artigo *Processos de Identidade versus Processos de Alienação: algumas interrogações*, Follmann (2012), ao problematizar a dimensão das relações étnico-raciais, denuncia que a temática não perpassa, de forma ampla, o meio acadêmico e o social. Sustenta que o debate ainda não é amplo, pois os sujeitos não têm compreensão acerca dos próprios processos de identidade, pelos processos de alienação vividos, como membros da sociedade. (FOLLMANN, 2012).

Vale continuar o raciocínio, a partir dos seguintes questionamentos: qual é a autocompreensão do sujeito pertencente às classes sociais menos favorecidas economicamente acerca de seus processos de identidade? Em que medida os processos de alienação contribuem para a invisibilidade dos processos de identidade? E, nesse caso, como o processo de identidade vai sendo construído? Recorrendo novamente a Bauman (2005, p. 44), pode-se reportar que:

Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais

conseguem se livrar. Identidades que se estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam [...].

Os sujeitos mencionados no último polo a que Bauman (2005) se refere são os excluídos pela situação da classe social, o que agrega também os indivíduos que vêm de famílias desarticuladas, os com dificuldades de aprendizagem, os evadidos da escola, os com a saúde fragilizada, dentre outros. Aos sujeitos *invisíveis*, são negados, muitas vezes, os processos de identidade e o acesso à cidadania.

Temos problematizado, neste estudo, a respeito das transformações ocorridas na sociedade pós-moderna, instigando reflexões sobre a organização social do trabalho e sua relação com a identidade profissional dos sujeitos. As novas formas de organizar o trabalho na sociedade atual têm exigido um novo perfil do trabalhador e a educação na modernidade líquida tem o compromisso de desenvolver a consciência crítica e a autonomia que, certamente, influenciarão os processos de identidade dos sujeitos, futuros trabalhadores.

O processo de construção da identidade profissional perpassa, no caso do Ensino Superior, pelo curso de formação inicial, pelo mercado, pela concepção de trabalho, pelo *status* de profissão no contexto social, dentre outros aspectos. A socialização profissional no curso de graduação é vivenciada nos estágios, uma vez que oportunizam vivências e proporcionam comportamentos profissionais que podem se modificar pelas experiências no mundo do trabalho. Sob essa perspectiva, Pimenta e Anastasiou (2002, p. 77) registram que:

Uma identidade profissional se constrói, pois, com base na significação social da profissão, na revisão constante dos significados sociais da profissão, na revisão das tradições, mas também na reafirmação de práticas consagradas culturalmente que permanecem significativas [...].

Logo, a identidade profissional do sujeito vai se construindo - ou mesmo se modificando - no exercício da profissão, sob a influência do próprio trabalho. Fazem-se presentes, nessa modalidade, a dimensão individual e coletiva da identidade. Vale destacar também que a excelência da formação é determinante para a construção de identidades profissionais realistas que vão proporcionar que o sujeito exerça sua profissão com competência e criticidade - questões que são fundamentais para a identidade profissional do sujeito da pós-modernidade e que compartilha espaços, tempos e representações sociais.

5 DIALOGANDO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

O presente estudo focalizou os processos de identidade, problematizando sua dimensão coletiva, pois é também por meio das interações com o outro que a identidade se constrói. Sob o ponto de vista que se expressa, tem-se a visibilidade do que é do sujeito e o que o difere dos demais elementos do grupo, e nessas interações que podem ser produzidas relações de poder - e o são, muitas vezes.

Bauman (2005), portanto, alerta que a sociedade está dividida em dois polos: em um deles, se encontram sujeitos que podem escolher a identidade a partir de uma ampla oferta. No outro polo, vive a maioria dos sujeitos da sociedade, aqueles que estão impedidos de escolher e terminam por aceitar identidades que foram impostas pelos que detêm o poder. Tendo em vista a referida ponderação, não se determinou os codinomes dos sujeitos da pesquisa: eles os escolheram, com o objetivo de respeitar o processo de identidade de cada um e, para tanto, justificaram posteriormente suas escolhas.

Os sujeitos da pesquisa se denominaram, segundo sua própria escolha, como: Luan, Sofia, Onça, Estrela e Vida Nova.

5.1 CONVERSANDO COM LUAN...

Luan tem vinte e quatro anos, é branco e reside com a mãe no Vale do Sinos. A renda do grupo familiar é proveniente do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID).

Desde 2012, cursa Pedagogia, licenciatura que prepara o estudante para atuar como docente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e desenvolve competências que possibilitam, no futuro, exercer funções de liderança, como na direção e na coordenação pedagógica de escolas. Também propõe ações que possibilitam atuar no planejamento, na coordenação e na avaliação de processos educativos em contextos escolares e não escolares, no trabalho com crianças, com jovens e com adultos. (UNISINOS, 2014d).

Na formação, são relevantes as condições de trabalho e a formação para o enfrentamento dos desafios do cenário escolar. No contexto no qual se exerce a docência, não se redefinem somente os novos papéis do professor, mas também a sua identidade, que não está limitada pelas paredes da escola. Um dos aspectos

vinculados à identidade profissional do professor é ser agente e mediador da construção do conhecimento na sala de aula, considerando a cultura e o contexto escolar.

Nos últimos anos, observou-se que os professores de todas as áreas - e também, o pedagogo - têm vivido um processo de *culpabilidade* pelo insucesso da educação do país. Isso tem inquietado e causado desconforto a esses profissionais, causando, em muitos, uma crise de identidade que se refere ao modo com que cada um pratica o *ser professor*.

Luan, ao ser questionado sobre *Quem eu fui...*, relatou:

Antes da minha inserção no PIEA, fui uma pessoa que lutou e batalhou por uma bolsa de estudos na Universidade, sendo que até monitoria realizei para cursar uma atividade acadêmica. Sempre estudei em escola pública de ensino, no Fundamental e no Médio.

Quando questionado sobre *como foi o seu processo de ingresso na Universidade*, narrou:

Meu processo de ingresso pelo PROUNI na Universidade foi através de uma bela caminhada. Em 2011, concluí o Ensino Médio e realizei o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e o vestibular, pelo qual ingressei na instituição. Aguardei as chamadas e não havia conseguido a média alcançada, mas não parei por aí. Comecei, então, a recorrer às assistentes sociais da Universidade para ver se haveria possibilidade de conseguir uma bolsa para eu continuar com a faculdade e não trancá-la, até porque tinha concluído apenas uma disciplina que, em troca, era monitor de uma professora. De tanto vai e vem, acabei conhecendo várias professoras que me auxiliaram no processo de adquirir a bolsa. Foi então que acabei conhecendo uma das assistentes sociais da Universidade, que foi quem estendeu a mão para me ajudar com a bolsa do PROUNI. Sou pobre e não tenho condições de pagar a faculdade, mesmo sendo um curso de Licenciatura. Foi em 2012/2 que assinei o termo de concessão da bolsa de 100%. Hoje, me sinto feliz, grato e realizado cursando o que sempre quis em minha vida.

Cabe esclarecer que, no depoimento de Luan, ao comentar que mesmo a *Pedagogia sendo Curso de Licenciatura, não teria condições de pagar*, o respondente se referiu ao fato de a UNISINOS conceder desconto de 50% às mensalidades de estudantes matriculados nessa modalidade.

Ademais, na opinião do entrevistado,

Fazer um curso superior é maravilhoso. Hoje em dia, o mercado de trabalho está tão concorrido que se não tivermos o diploma na mão do

curso superior, será difícil de conseguir um bom emprego. No meu caso, como futuro pedagogo, vejo que, além de ser formado na Universidade, devemos sempre estar buscando se aperfeiçoar na carreira docente, ou seja, fazer cursos, muitas oficinas de alfabetização e letramento, etc..

Quando questionado sobre *É importante registrar que, sendo bolsista do PROUNI ...*, declarou:

É necessário interesse, desempenho e boas notas. Como bolsista do PROUNI, vejo a necessidade e a importância de manter sempre meu currículo acadêmico com bom potencial, seja nas notas, frequência, participação nas aulas e no bom desempenho como futuro pedagogo.

Quando Luan expôs sobre *Quem eu fui*, constatou-se que, apesar das dificuldades enfrentadas, o respondente valoriza a oportunidade recebida, através de boas notas, de frequência e de oportunidades que a Universidade oferta na busca pela superação de dificuldades acadêmicas. Luan persegue a realização de seu sonho, o que se desvelou em seu registro, quando questionado sobre *Quem eu sou...*

Hoje, posso me considerar um guerreiro e, principalmente, vencedor. Digo de boca cheia que sou bolsista integral do PROUNI na Instituição. Estudo o curso que sempre sonhei em toda minha vida e atuo como pibidiano em uma escola de São Leopoldo/RS. Aos poucos, estou crescendo em minha formação acadêmica.

Quando sondado sobre como gostaria de ser identificado, optou pelo codinome Luan, justificando ser um conhecido nome do meio artístico nacional, o que sugere o desejo de realização de um sonho e de sucesso na profissão e se evidencia na resposta dada ao questionamento: *Quem eu pretendo ser...*

Pretendo ser uma pessoa bem-sucedida em várias áreas da minha vida, seja na futura profissão como professor e na vida familiar. Sonho com uma educação melhor para nosso país e creio no potencial que têm as crianças.

Nesses primeiros depoimentos de Luan, percebeu-se uma história e um projeto de vida que estão fundamentando a produção de seu processo de identidade, uma vez que se alinham com o pensamento de Follmann (2001), quando diz que o homem é um ser de projeto que pode tecer o seu processo de identidade.

Na continuidade do diálogo, solicitou-se que o respondente escrevesse sobre o seu interesse em ser professor e, também, que explicitasse quais eram as expectativas ao ingressar e as suas percepções, hoje.

Sempre fui bem decidido em fazer escolhas na vida. Quando ainda criança, sempre comentava com amigos, colegas, professores e familiares que, quando me tornasse adulto, iria ser professor de criança – pedagogo. Vejo, hoje, na área da educação, muitas desavenças e falta de respeito com os professores. Mesmo sabendo da miséria de salário que esse profissional ganha – digo miséria, mas não quero ser exagerado – e das muitas dificuldades e batalhas que enfrentam, mantenho minha cabeça erguida e firme nesse propósito.

Luan não cursou, durante o Ensino Médio, o Normal/ Magistério, uma vez que as escolas de Ensino Médio de sua cidade não ofereciam a modalidade. Entretanto, o sonho de ser pedagogo - ou *professor de criança* - não esmoreceu com a tentativa de ingressar na Universidade. No primeiro ENEM, o entrevistado não obteve a pontuação necessária exigida pelo MEC/PROUNI. Iniciou o curso, mas não conseguia pagar a mensalidade de uma Atividade Acadêmica. Pela Coordenação, se tornou então monitor da Atividade Acadêmica e assim se isentou da mensalidade.

Mas persistiam as dificuldades, como o pagamento da passagem para o deslocamento e a questão de frequentar semestralmente apenas uma Atividade Acadêmica. Luan procurou na Gerência de Ação Social da Universidade, o setor de Bolsas de Estudo (como já relatado), a fim de verificar a possibilidade de uma Bolsa Remanescente do PROUNI. No período do processo seletivo da referida bolsa, Luan compareceu com a sua documentação e teve êxito, por preencher todos os critérios estipulados pelo MEC/PROUNI.

O que se atestou na caminhada de Luan pela realização de seu sonho de ser pedagogo é que o respondente foi - e é - persistente, ao projetar o seu futuro com esperança e com determinação. Nesse ponto de vista, destaca-se a dimensão individual do seu processo de identidade em busca de identidade profissional.

A dimensão coletiva evidenciou-se a partir do ingresso de Luan no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID), ação conjunta entre MEC, CAPES e FNDE que objetiva de incentivar os estudantes das licenciaturas para a atuação no Ensino Básico. No Curso de Pedagogia, nos anos iniciais, o PIBID também visa diminuir a distância entre a formação recebida na Universidade e os desafios da escola. Também tem colaborado para que os alunos permaneçam nos

Cursos de Licenciatura e para que os bolsistas se qualifiquem para a pesquisa. (BRASIL, [2014?]). Ao ser indagado sobre a sua inserção nesse programa, Luan mencionou que:

Ingressei no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) em agosto de 2012, logo no segundo semestre de faculdade. Foi através de um telefonema da ex-coordenadora do curso de Pedagogia me perguntando se tinha interesse em participar do Programa, na mesma hora falei um SIM espontâneo. Neste ano de 2014, com o novo Edital, tínhamos que preencher os anexos obrigatórios para quem quisesse permanecer no PIBID. Sem pensar duas vezes, realizei a inscrição e, após ter feito a entrevista com as professoras, fui novamente selecionado para continuar nele e na mesma escola.

Segundo os registros do formulário do Apoio Pedagógico, Luan demonstra muito entusiasmo com a sua atuação no PIBID. Como bolsista, ele precisa elaborar atividades com o grupo de colegas para propor na escola e preparar relatórios acerca de sua atuação. Também tem procurado suporte em setores da Universidade a fim de qualificar a sua escrita acadêmica e o seu *jeito de ser professor pibidiano*. Questionado sobre a contribuição do PIBID para o jeito de ser professor, confessou:

Tudo. Como costume dizer para as pessoas, está sendo graças ao PIBID que estou, aos poucos, adquirindo experiências nessa relação que há - e deve haver - entre um professor e seus alunos. Saber ser além de um professor que simplesmente vai e dá a sua aula e tchau, mas ser também psicólogo, médico, auxiliador, enfim, ser uma pessoa que ama o que faz e procurar, de alguma maneira, dar a atenção devida para as crianças. Procurar saber qual a sua vida com seus familiares (se é que tem família), se tem sonhos, objetivos na vida. Ser professor, do meu ponto de vista, não é tarefa fácil, pois nos desdobramos praticamente em 1000 personalidades diferentes. A cada aula, sempre uma nova surpresa. Fico feliz em saber que fui novamente selecionado e posso continuar na mesma instituição escolar.

Através da fala de Luan, percebeu-se que, em pouco tempo, ele conseguiu mudar a trajetória de sua história de vida, o que não ocorreu por acaso, pois houve investimento pessoal para tanto. Todavia, muito ainda precisa ser construído - e ele tem consciência disso e integra os seus processos de identidade.

5.2 CONVERSANDO COM SOFIA...

Sofia tem quarenta e dois anos, é branca e vive sozinha no Vale do Sinos. Sua renda é proveniente dos trabalhos que realiza como artesã. Cursa Arquitetura e

Urbanismo, desde 2011. A graduação capacita o estudante para trabalhar com projetos de edificação, de arquitetura de interiores, de *design*, de projeto urbanístico e paisagístico e de planejamento urbano regional e ambiental. Na UNISINOS, a habilitação oferta uma formação com vínculo, nas condições locais, ao patrimônio histórico, aos recursos naturais e às particularidades culturais.

A área de atuação do arquiteto é ampla e possibilita ao profissional atuar em empresas privadas e no setor público e elaborar projetos de Arquitetura e Urbanismo. O mercado de trabalho é competitivo, mas o profissional também poderá trabalhar nas áreas de fiscalização, de direção, de execução, de vistoria e de perícia de obras. (UNISINOS, 2014a).

Sofia, ao ser questionada sobre *Quem eu fui...*, proferiu:

Uma pessoa com um padrão de vida simples e que, de um momento para o outro, se viu envolvida numa vida acadêmica a qual nunca se imaginou frequentando. As mudanças na vida cotidiana foram muitas e o PIEA foi de fundamental importância neste processo transformador, dando o auxílio necessário para adaptar-me a este novo estilo de vida.

Quando indagada acerca de *Como foi o seu processo de ingresso na Universidade*, revelou:

Fiz a prova do ENEM, porém não obtive a nota necessária para ingressar no curso que desejava. Fui chamada pela UNISINOS para minha segunda opção, Administração de Empresas. Cursei um semestre, tive um excelente desempenho e solicitei uma transferência interna de curso, à qual, fui atendida. Para minha grande alegria, estou podendo realizar meu sonho, conhecer e estudar Arquitetura e Urbanismo.

Sofia referiu ainda que:

É o sonho de toda uma vida. Quando adolescente, não tive esta oportunidade, cursar uma faculdade era algo distante da realidade, para os padrões da minha família, na época.

Motivada a depor sobre a questão *É importante registrar que, sendo bolsista do PROUNI ...*, declarou:

Estou tendo uma oportunidade única em minha vida de estudar, crescer, ser um ser humano melhor, de poder ajudar outras pessoas e, de alguma forma, deixar minha contribuição neste mundo.

Quando Sofia se expressou sobre *Quem eu fui*, referenciou que é uma pessoa com padrão de vida simples e que valoriza a oportunidade recebida

mantendo a frequência, conquistando boas notas e aproveitando as oportunidades que a UNISINOS disponibiliza para a superação de dificuldades acadêmicas. Sofia foi em busca da realização de seu sonho de ser arquiteta e reconhece a contribuição dos Apoios Complementares recebidos para sua formação.

Questionada sobre *Quem eu sou...* registrou que é:

Uma estudante mais segura, sabendo que tenho todo um respaldo durante a vida acadêmica.

Quando solicitada sobre como gostaria de ser identificada, optou pelo codinome Sofia, justificando ser o nome do animalzinho abandonado que havia recolhido, recentemente.

Em conformidade com os registros dos profissionais do PIEA, a aluna é muito sensível e, segundo ela, *age com o coração*, o que, talvez, explique a escolha da identificação para a pesquisa. Sofia é ainda alguém que está sempre disponível para ajudar quem precisa. Expressa forte vínculo com os profissionais que atuam no PIEA. Frequentemente, envia *e-mails* com as imagens de seus trabalhos acadêmicos e os resultados das avaliações. Sobre tal prática, confidenciou que sentia necessidade de *prestar contas* à UNISINOS, por investir em sua formação.

Tais questões ficaram evidentes na resposta que toca ao assunto: *Quem eu pretendo ser...*

Uma aluna sempre muito esforçada, que vai concluir o curso e será eternamente grata ao Universo, à UNISINOS, ao PROUNI e ao PIEA por esta oportunidade. E que, com certeza, encontrará uma maneira de retribuir e fazer esta “energia” continuar girando, para outras pessoas.

E Sofia complementa:

Não basta dar oportunidade de estudo a uma pessoa, que, no caso, tem uma condição social inferior, pois ela talvez precise de um suporte adicional. Apesar da minha situação socioeconômica ter melhorado muito nos últimos anos, ela ainda não é a ideal. Alimentação de qualidade e transporte público ainda são de difícil acesso a muitos estudantes. O PIEA vem ao encontro dessa situação, dando um respaldo nesse sentido ao estudante. E o auxílio pedagógico e psicológico também contribuem na formação acadêmica.

Em um de seus *e-mails*, decretou:

Pretendo estudar sempre. Gosto de aprender, de conhecer e descobrir. Gosto das aulas e de ouvir os professores. Percebo que, a cada novo dia, sou uma nova pessoa.

Sofia, sem usar o termo em seus registros, reflete sobre o processo de identidade que se produz no reconhecimento de que, a cada dia, se torna uma nova pessoa. Sobre a influência do fato de ser artesã na escolha do Curso de Arquitetura, a respondente discorreu:

É claro que ser artesã e ter alguma habilidade e gosto por trabalhos manuais pesaram na escolha de um curso em que estas qualidades fossem bem apreciadas. Mas, além disto, o gosto por cores, mobiliários, construções antigas, harmonização, organização, trabalho metódico e de grande esforço e dedicação (que são características pessoais minhas) também influenciaram na escolha. Também analisei e levei em consideração o tipo de trabalho, depois de formada. Pesquisei como era o ambiente no local de trabalho, informal, um dia nunca é igual ao outro, os horários são flexíveis e o jeito despojado de se comportar, mas sempre agindo com muita responsabilidade e comprometimento. Mas, de tudo, com certeza, o que mais me chamou a atenção e fez me identificar ainda mais com esta profissão, foi poder trabalhar com a criatividade. O artesão está sempre em busca de coisas novas, sempre desenvolvendo produtos novos e diferentes. Poder trabalhar e desenvolver esta capacidade criativa é o que mais me dá prazer na Arquitetura. Então, sim, as duas profissões estão interligadas.

No depoimento de Sofia, ressaltou-se a questão da criatividade necessária aos profissionais, que é sustentada pela organização, pela dedicação e pelo trabalho metódico permeado pelo uso das cores em mobiliários e em construções, num conjunto de características que compõem o perfil do profissional e que influenciam, de forma determinante, a sua identidade profissional, dedicada principalmente à arquitetura de interiores e ao *design*. Buscando entender melhor a identidade profissional que se constrói com - e a partir - de sua história de vida, questionei: *Como futura arquiteta, quais são os teus sonhos?*

Sofia iniciou, dizendo:

Esta é a pergunta mais difícil. Eu não sei!

E continuou:

Tudo aconteceu de forma muito repentina. Um dia estava em casa, achando que minha vida tinha acabado, que, para a frente, era só esperar a morte chegar; e, no outro dia, uma ligação que mudou tudo.

A correria, a agitação, as aulas já haviam começado, quando fui chamada. Lembro bem da frase da pessoa ao telefone: se tu moras

longe, já traz material escolar, porque tu já podes ficar na aula hoje à noite (e tive aula naquela noite mesmo).

Faziam (sic) mais de vinte anos que eu havia terminado o 2º grau (sic) e, de uma hora pra (sic) outra, me vi às voltas com vários textos (de nível superior, diga-se de passagem) para ler e escrever e uma disciplina, tão temível por todos, a matemática, com todos seus cálculos e fórmulas complexas.

Não foi fácil!

Daquele dia em diante, passei a viver o momento!

Após uma pequena batalha, consegui a transferência para a Arquitetura, como disse anteriormente, não sem analisar todos os prós e contras da profissão.

Logo nas primeiras aulas descobri o quão árdua seria a vida de uma Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo.

Muitos trabalhos, muitos desenhos, riscos e rabiscos aos milhares e algumas disciplinas teóricas, com todo seu peso nos cálculos.

Gosto de pensar que um vento (bom), mas muito forte, está me levando para outros mares, bem longe daquelas águas turbulentas pelas quais passei, durante um tempo e, que, de repente ele vai parar de soprar e eu vou me ver num mar claro e sereno, ou talvez, numa praia bonita, para dali em diante, construir uma nova vida.

Por enquanto, não estou pensando "lá na frente".

Quero viver o presente. Quero ir na (sic) aula todos os dias. Aproveitar cada minuto.

Porque, sabe, eu ainda estou na fase da paixão.

Eu não posso te dizer o que eu quero fazer mais adiante, porque eu gosto de tudo na Arquitetura. Gosto da construção, gosto da reforma, gosto da decoração, gosto da parte dos cálculos, gostaria, de repente, de dar aulas. Gostaria de seguir estudando (até não sei onde, mas adorei voltar à estudar e não gostaria de parar).

A cada disciplina, descubro coisas novas e me apaixono por mais coisas.

Enfim, são tantas opções [...].

Mas, com certeza, tenho vontade de usar minha profissão para fazer o bem, pode proporcionar alegria e satisfação às outras pessoas, através das minhas habilidades e conhecimentos.

Sofia finalizou o depoimento assim:

Talvez, tu estejas querendo ouvir que eu sonho ser uma 'Grande Arquiteta', famosa, com muitos prédios por aí, com minha foto nas revistas e jornais, etc. [...]. Como muitos, talvez, diriam. Mas acho que sucesso e prosperidade, é (sic) consequência de um bom trabalho, feito com prazer e satisfação. Se eu me tornar uma arquiteta rica e famosa, foi consequência, não o objetivo. Só quero fazer algo com amor! Sendo bem sincera [...] eu ainda não pensei concretamente, em como vai ser no futuro. Estou tão maravilhada com o presente, que quero aproveitá-lo ao máximo. Quero todas as energias concentradas, no agora. Estou - e SOU - muito feliz, com o que tenho hoje!!!

Nos registros de Sofia, percebeu-se novamente a determinação que teve para ingressar no Curso de Arquitetura, pois a bolsa do PROUNI cobria o Curso de Administração de Empresas. Segundo ela, somente após *uma pequena batalha*, conseguiu a transferência. Já na Arquitetura, vieram outros desafios: as disciplinas teóricas, os cálculos, os materiais necessários aos trabalhos e os muitos desenhos. Para a entrevistada, o importante é viver o presente, sem se esquecer das *águas turbulentas* do passado e sem deixar de sonhar com a praia bonita para construir uma nova vida.

Sofia tece, a cada dia, a cada trabalho realizado, sua história de vida, olhando para o passado e sentindo que o vento a leva para o futuro. Quando inquirida sobre as contribuições do PIEA para sua formação acadêmica e sua vida profissional, afirmou:

Quando estava cursando o terceiro semestre do curso, que dizem, ser um dos mais difíceis, houve momentos em que me deparei com a real perspectiva de que minha vida estava mudando, me questionei se estava fazendo a coisa certa. Se estava no lugar em que deveria estar. Como seria a vida daqui pra (sic) frente?

Foi neste momento que percebi que algo em mim e à minha volta havia mudado. Eu estava me transformando numa profissional, numa Arquiteta. E o que isso significa? Que algo na minha história de vida e, principalmente, na história de vida de minha família, estava diferente.

Não tenho antecedentes com formação acadêmica, serei a primeira. Estou alcançando algo inimaginável para meus pais.

Com isso, quero dizer, que eu não fui preparada para ser uma “pessoa importante”. Fui criada para ser uma boa dona de casa (que era o padrão, antigamente) e, hoje, o destino me lançou esta oportunidade.

Apesar de estar na Universidade há mais de dois anos, ainda pareço estar vivendo um sonho, quando caminho pelo Campus, gosto de parar e ficar observando o vento nas árvores, os pássaros ciscando pelo chão, para ver se acredito que o que estou vivenciando está, mesmo, acontecendo.

Com todos esses questionamentos e medos (inseguranças), pensei em procurar ajuda psicológica oferecida pelo PIEA, para ouvir de um outro alguém que, se estou aqui, é porque, de alguma forma, mereço, ou, fiz por merecer esta oportunidade que estou tendo, a oportunidade de crescer.

Mas, como mencionei antes, estava em meio a um semestre dos mais difíceis e não dispunha de tempo, nem para a consulta psicológica.

O que quero ressaltar é que, apesar de não ter ido em busca deste auxílio, me foi de fundamental importância saber que podia contar com ele, se assim necessitasse. Os apoios do PIEA me dão segurança.

Para minha surpresa, a vida se encarregou de amainar meus receios, pois, ao final do semestre, fui abordada pelo professor com belas palavras de estímulo e parabenizações pelo excelente trabalho, me dando a certeza de que estava no caminho certo.

Na fala de Sofia, pôde-se identificar o pensamento postulado por Hall (2006): a identidade é transformada continuamente. No cenário da história de vida da respondente, reconheceu-se também a proposta de Follmann (2012), que prevê o trabalho com processos de identidade para superar o simples, olhar para o passado e o futuro - como diz Sofia, *viver o presente*, sem esquecer o *passado de águas turbulentas* e lutar todos os dias para que o *vento a leve para um futuro* em que também possa contribuir com suas *habilidades e conhecimentos* para proporcionar alegria e satisfação para outras pessoas.

Outro destaque dado por Sofia se relaciona ao reconhecimento de seu esforço pelos professores, o que tem contribuído para sua identidade profissional e para que também ganhe visibilidade, através do relato que segue:

Talvez, daqui um tempo (sic), eu possa te descrever um sonho, um desejo, mas agora, ainda não. Talvez, daqui um tempo (sic), eu descubra um amor maior, dentro desse grande amor, que é estudar Arquitetura [...].

No que se refere ao Apoio Pedagógico no acompanhamento de Sofia, os apontamentos demonstram excelente aproveitamento acadêmico, o que, certamente, se vincula ao valor que a respondente dá à oportunidade de frequentar o Curso Superior, na graduação desejada, depois de mais de vinte anos de

afastamento da escola, vivenciando o presente com vistas ao futuro. Para complementar, Sofia faz referência a uma das aulas:

Nossa [...] a aula com ele, não é aula!!!

Ele fala como se estivesse conversando entre amigos.

Sabe, aquela coisa que se aprende sem sentir, sem ser forçado, tudo é empolgante.

Ele nos impulsiona, nos motiva.

Não dá vontade de ir embora no final do período...

Como não se encantar com um Curso que me proporciona algo assim!!????

Imagina tudo que ainda virá [...].

Para encerrar o diálogo com Sofia, segue o registro que a respondente faz acerca do PIEA:

Toda esta história é para descrever a grande importância que o programa PIEA tem no apoio à formação profissional do aluno e do ser humano.

Os depoimentos Sofia permitem a tessitura de sua história de vida com o seu processo de identidade, que foi - e está, ainda - sendo potencializado por políticas de inclusão.

5.3 CONVERSANDO COM ESTRELA...

Estrela tem trinta e oito anos, é parda e reside com o esposo e três filhas no Vale do Sinos. A renda familiar é proveniente da atividade do esposo, que trabalha sem vínculo empregatício como pintor, e da filha, que é estagiária. Estrela é aluna do Curso de Enfermagem, desde 2012.

O foco de sua habilitação é a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a recuperação da saúde. O profissional poderá atuar em hospitais, em ambulatórios, em escolas, em unidades de saúde, em atendimento domiciliar, em gestão de compras hospitalares, em higienização e em controle de infecções. (UNISINOS, 2014b).

Acredita-se que a Enfermagem é fortemente influenciada pela história, iniciada por religiosas que cuidavam de idosos, de órfãos e de pobres. Nesse

horizonte, os profissionais eram totalmente submissos aos médicos e o fazer estava vinculado ao cuidar. Hoje, é a visão que ainda prevalece na sociedade em relação à profissão.

Estrela, na pergunta sobre *Quem eu fui...*, assim se descreveu:

Fui medrosa, desorientada, quase desisti, fui até mesmo um pouco desanimada.

Quando questionada sobre *Como foi o seu processo de ingresso na Universidade*, contou:

Meu processo de ingresso na UNISINOS foi tranquilo, só dependendo da documentação e a entrevista, depois, foi melhorando, eu fui me integrando e já entrei como bolsista. E o processo da documentação ficou bem marcado em mim, pois descobri o mundo das pessoas que acreditam no outro ser humano. Que buscam a integração, a formação daqueles que querem ter uma profissão ou até realizar um sonho (o meu caso).

Sempre acreditei que o Curso Superior fosse para “rico”, pensava que o técnico era o máximo que uma pessoa humilde iria conseguir.

Hoje, entendo que a minha força de vontade, o meu querer e o ser de muitas outras pessoas como eu é o que nos faz construir um mundo melhor; o curso superior significa isso, querer, agir, ser. Buscando o melhor em todos os sentidos, para melhorar o seu ambiente e a sua vida, e dos seus também.

Sobre o quanto *É importante registrar que, sendo bolsista do Prouni...*, Estrela mencionou que:

É, sendo bolsista, é importante registrar que temos que agarrar essa oportunidade, nos valorizar, acreditar, nos capacitar para um futuro melhor. Buscar uma boa formação, ser exemplo para outras pessoas, e assim melhorar, a cada dia.

Quando Estrela expôs a respeito de *Quem eu fui*, se descreveu como uma pessoa com medo, desanimada e que valoriza a oportunidade recebida. Salientou as oportunidades que a Universidade oferece na busca da superação das dificuldades acadêmicas e expressou ter ido em busca da realização de seu sonho, quando questionada acerca de *Quem eu sou...* :

Hoje, estou mais estabilizada em relação ao futuro, consciente, animada, busco melhorar minha aprendizagem. Para isso, pesquiso na biblioteca, levo livros para casa para tirar dúvidas das aulas e, também, para ficar

por dentro de outras questões, até porque se eu não pesquiso, ninguém vai me falar.

Sondada sobre como gostaria de ser identificada, apontou o codinome Estrela, justificando que:

Sempre penso que pessoas que lutam para melhorar de vida, em todos os sentidos, seja vida profissional, pessoal, enfim, e que buscam, com FÉ e AMOR no coração, são pessoas de DEUS. Que um dia vão alcançar seus objetivos. Digo isso por experiência própria. Às vezes, me belisco, penso que estou sonhando, quando estou estudando e sempre agradeço a DEUS e a mim mesma por nunca ter desistido do meu sonho. Resumindo, quem fica perto de DEUS, não são as ESTRELAS?

Em sua reflexão acerca de *Quem eu pretendo ser...*, revelou:

Pretendo ser uma Enfermeira Exemplo, quero que as pessoas peçam para ser atendidas por mim, não sou egoísta, só quero ser reconhecida pelo meu trabalho.

“Não quero ser a melhor Enfermeira, quero fazer o melhor que uma Enfermeira pode fazer”.

Em sua trajetória, Estrela revelou dificuldades e privações, sempre enfrentadas com perseverança. Determinada na concretização de seu sonho e animada pela esperança que se ancora no PIEA, a entrevistada comentou que recorre frequentemente aos Apoios Complementares.

Na continuidade do diálogo - e considerando que a respondente não possui experiência na área da saúde, não realizou o curso técnico e não iniciou os estágios - foi solicitado que enumerasse as expectativas que tinha em relação aos estágios curriculares. Assim Estrela escreveu:

Acredito que terei muitas surpresas, até porque a teoria é diferente da prática. Mas, é a melhor parte para os alunos, principalmente quando é um sonho que parecia impossível. Quero que seja inesquecível, aproveitarei o (sic) máximo, quero aprender muito, sonho com esse momento. Com certeza, serei muito dedicada e otimista quanto ao meu desempenho; não gosto é quando penso na minha limitação para escutar, mas DEUS sempre me dá o melhor e vai encaminhar tudo para que eu tenha colegas maravilhosos, que me entendam e me ajudem. Acredito na minha capacidade de ser ENFERMEIRA, independente de limitação ou não.

Estrela assinala que o estágio representa o início da realização de um sonho que parecia ser impossível. Reafirma a importância do estágio e justifica que a *teoria*

é diferente da prática. Outrossim, revelou a sua limitação para escutar, por ser portadora de deficiência auditiva, mas garantiu seguir otimista quanto ao desempenho profissional.

No que concerne ao futuro profissional, disse que:

Quero ser reconhecida não somente pelo meu nome e profissão, e sim, pelas minhas atitudes e responsabilidades.

Quanto ao *cuidar* como ação vinculada à profissão, mencionou que significa:

Entender, observar, orientar, participar, conversar, otimizar, enfim, se colocar no lugar do paciente para, sim, desenvolver o melhor cuidado.

As manifestações de Estrela no que tange à profissão se relacionaram fundamentalmente à recuperação da saúde. Em seu processo de construção da identidade profissional, a respondente ainda se encontra na etapa de formação inicial e tem ainda uma visão restrita acerca da profissão - o que somente se ampliará a partir de sua entrada no campo de estágio.

Verificou-se que a dimensão individual de sua identidade está em processo de construção quando a entrevistada registrou como busca recursos na universidade para aprender melhor. A dimensão coletiva poderá ser determinante para sua identidade profissional, devido à limitação auditiva que apresenta. A questão fica evidente quando a respondente relatou que conta com a ajuda de colegas e que, também, acredita na sua *capacidade de ser Enfermeira*.

Quando questionada sobre as contribuições do PIEA em sua formação acadêmica e em sua vida profissional, reiterou:

Bem, o PIEA tem sido, digamos assim, o equilíbrio, o suporte. Além de todo suporte psicológico, financeiro, sabendo que, além de tudo isso, eles também nos auxiliam a pensar sobre o número de disciplinas que devo cursar no semestre, escolhendo bem para não ter prejuízo no final, isso é muito importante.

O relato de Estrela se vincula à inserção nos Apoios Complementares, desde o ingresso da respondente na UNISINOS. Devido à deficiência auditiva, consta no formulário do Apoio Pedagógico a orientação quanto à organização do tempo e ao método de estudo e aconselhamento à consulta das referências bibliográficas das disciplinas em que está matriculada. Estrela frequenta semanalmente a biblioteca, buscando complementar e compreender melhor os temas abordados em aula.

Através do posicionamento de Estrela, ficou possível identificar os seus processos de identidade, segundo Folmann (2012), ao se verificar a necessidade de buscar a diferença - no sentido de projeção - mesmo sendo diferente - pela deficiência auditiva - para destacar sua distinção no grupo social. A questão se reforça na frase:

Não quero ser a melhor Enfermeira, quero fazer o melhor que uma Enfermeira pode fazer.

5.4 CONVERSANDO COM ONÇA...

Onça tem vinte e três anos, é negra e mora sozinha no Vale do Sinos. Seus pais residem em outro Estado. A renda familiar provém da atividade informal do pai, que trabalha sem vínculo empregatício como mecânico. A jovem é aluna do Curso de Geologia, desde 2013.

O Curso de Geologia exige conhecimentos sólidos em Química, em Matemática e em Física para entender os processos geológicos na evolução do planeta. A oferta de trabalho na área é grande devido às descobertas de petróleo na camada do pré-sal e a demanda é crescente na área do meio ambiente. (UNISINOS, 2014c).

Em razão da alta demanda do mercado de trabalho, há carência de profissionais na área. Calha destacar também o papel fundamental do geólogo na construção de obras de engenharia, como em barragens, em túneis e em estradas. Pela natureza do trabalho, verifica-se que a grande maioria desses profissionais e também dos estudantes são homens.

No Rio Grande do Sul, são raras as Universidades que oferecem o curso - a UNISINOS é uma delas - e uma das características dos estudantes de Geologia da Instituição é a proximidade com os profissionais, o que se oportuniza pela pesquisa e pela oferta das aulas práticas.

A integração da graduação com o Programa de Pós-Graduação e as parcerias com as empresas possibilitam bolsas de iniciação científica e estágios remunerados aos estudantes do curso. O mercado busca no geólogo, além do conhecimento especializado, o empreendedorismo e a disposição para o trabalho em equipe pelos desafios que a profissão impõe.

Onça, ao ser questionada sobre *Quem eu fui...*, confessou:

No início, eu fui uma pessoa bem tímida, não tinha muito jeito para falar com as pessoas, tinha dificuldade em aceitar minhas fraquezas e de pedir ajuda, tinha certo medo de tudo, era bastante pessimista, sempre achava que minhas escolhas poderiam não dar certo. Tinha muitos sonhos, mas não me achava capaz de realizá-los, dependia financeiramente dos meus pais e a opinião alheia contava muito para mim. Havia um mundo de coisas que eu não conhecia, foi inevitável não sentir medo e pensar em desistir. Era uma menina grande.

No tocante ao seu processo de ingresso na Universidade, declarou:

O meu processo de ingresso no PROUNI, na UNISINOS, foi bastante almejado, pois já havia tentado outra vez, mas havia ficado apenas na lista de espera. Quando me inscrevi, haviam (sic) cinco vagas disponíveis, fiz parte do grupo da segunda chamada do processo. Como sou natural de outra cidade, tive que reunir todos os documentos que constavam no edital em pouquíssimo tempo, pedir demissão do emprego, arrecadar dinheiro para comprar passagem e comunicar a decisão pra (sic) minha família, pois ficaria milhares de quilômetros de distância e por um tempo longo. Chegando na universidade, apresentei os documentos, fiquei com medo que faltasse algo, porque reuni tudo com muita pressa, entretanto, deu tudo certo. Fiz a entrevista com a assistente social e aguardei a resposta, que foi positiva. A partir daí, entrei em um mundo novo, achei a Universidade muito linda, fiz amigos, entrei em um grupo social que existe na UNISINOS, o NEABI, aconteceram muitas coisas boas que jamais imaginei.

Revelou ainda que:

Fazer um curso superior, para mim, é algo que a cada dia ganha um novo significado, pois a Universidade tem me proporcionado amadurecimento e mudança na vida pessoal, profissional e social. Estar na universidade é ter a oportunidade de estar em um lugar onde muitos almejam estar, é ter a chance de vencer as barreiras que meus pais não puderam enfrentar por várias razões, é um processo de preparação para retribuir à sociedade, futuramente. É ter contato direto com mestres, que fazem a diferença em nossa vida, não apenas na acadêmica, mas em todas as áreas.

Ao ser inquirida sobre o quanto *É importante registrar que, sendo bolsista do PROUNI ...*, referiu que:

Tenho consciência de que estou construindo minha história, tendo a educação como minha grande aliada e a oportunidade de fazer um curso que amo de paixão, em uma universidade de excelência. Me sinto desafiada a construir um mundo melhor, através da minha futura profissão.

Quando Onça foi indagada sobre *Quem eu fui*, verificou-se a fragilidade de uma *menina grande* que sonhava cursar Geologia em outro Estado. Organizou-se e veio à Universidade para participar do Processo Seletivo do PROUNI. Antes mesmo de sair o resultado, Onça foi acolhida pelo NEABI, que propiciou todo o suporte à estudante. Registra ainda que venceu barreiras e que o embate proporcionou, além de amadurecimento, mudanças em sua vida pessoal, profissional e social. As falas de Onça dão visibilidade aos seus processos de identidade.

Ao ser questionada acerca de *Quem eu sou...*, completou:

Hoje, sou uma pessoa que se desvencilhou de muitos medos: medo do escuro, de sentir saudades, da cidade grande, das pessoas, de enfrentar novos desafios, de ter a opinião desaprovada, do frio [...]. Sinto-me mais segura para enfrentar as disciplinas do semestre, a encarar um emprego desconhecido, a tentar todas as letras do alfabeto, até encontrar o que espero, a não desanimar, mesmo quando ouço um não. O PIEA me faz sentir segura em meu ambiente acadêmico, com perspectiva para um futuro melhor, deixa a minha família e amigos mais seguros quanto à minha situação; também percebo isso em outras pessoas que participam.

O posicionamento de Onça em relação ao PIEA é recorrente nos atendimentos realizados pelos profissionais que integram a equipe: os estudantes prounistas destacam a importância dos Apoios Complementares para sua vida acadêmica.

Questionada sobre *Quem eu pretendo ser...*, citou:

Pretendo montar uma empresa de mineração ou ser professora universitária com especialização na área ambiental, boa profissional, com ética, pensamento humanístico e com entendimento técnico, a fim de contribuir para o bem da sociedade. Quero ter orgulho de ser quem sou e dizer que tudo valeu a pena. Quero, de alguma forma, que ainda não sei como, fazer a diferença na vida de um contingente de pessoas.

Onça, uma mulher negra que veio do norte do país com muitos medos - inclusive, o de pedir ajuda - hoje se sente segura para enfrentar as dificuldades acadêmicas, para buscar estágio ou emprego. Pretende, com seu trabalho na área ambiental, oportunizar retorno à sociedade.

Acerca da opção pelo codinome para ser identificada, asseverou:

Desde criança, tenho uma paixão pelo animal, o admiro muito. Já que no Brasil não temos leão, o rei da selva brasileira, no caso, da Floresta Amazônica e do Pantanal, ao meu ver, é a onça. É um animal que nasce cego e indefeso e, depois, se torna um caçador potencial. Deixa-me muito

encantada saber que um animal tão arisco e recluso se derrete diante de sua prole, que representa a quem ele ama. Identificar-me como onça faz renovar em mim os conceitos de força, vigor, destreza, cautela, inteligência, liberdade e a certeza de que sempre podemos melhorar.

O depoimento mostra, pela associação, o percurso de Onça, que tinha um sonho, mas era totalmente dependente dos pais (indefesa). O seu desejo, segundo a concepção de Wallerstein (2003), forneceu energia para *largar tudo* num outro Estado brasileiro e concorrer à oportunidade de estudar com o subsídio do PROUNI, na UNISINOS.

Para realizar o percurso, Onça, precisou - e ainda precisa - de força, de vigor, de destreza, de cautela, de inteligência e de liberdade. Na continuidade do diálogo, pediu-se que descrevesse as razões que a levaram a escolher a UNISINOS, tendo em vista que são poucas as universidades que oferecem o curso pretendido. Onça respondeu:

Escolhi a UNISINOS devido (sic) vários fatores, fiz uma pesquisa e vi que a universidade era bem recomendada, o curso de Geologia era bem conceituado pelo MEC. Ah, também localizei alguns estudantes que faziam geologia na UNISINOS pela rede social e busquei informação com eles, que deram ótimas referências. Cada vez mais, ficava segura que era a UNISINOS que eu queria, além do mais, era a única universidade, dentre todas as outras, que me dava a oportunidade de trabalhar durante o dia, já que precisaria arcar com as minhas despesas para me manter e estudar durante a noite.

Nesse registro, explicitou-se o reconhecimento acadêmico do Curso de Geologia e também a organização da oferta de disciplinas - predominantemente à noite - o que possibilita ao estudante trabalhar durante o dia, para assegurar o seu sustento e, muitas vezes, para manter a própria família.

Neste estudo, importou também problematizar a questão que abarca o preconceito e verificar como o problema influencia os processos de identidade. Nesse sentido, foi solicitado que Onça descrevesse como se situa nas atividades de um curso em que a grande maioria dos estudantes é composta por homens e brancos, promovido na Região Sul do Brasil, colonizada por alemães. A respondente avaliou:

Confesso que senti muito medo e insegurança quanto a isso, seriam muitos fatores a vencer, o preconceito de gênero, racial, social e regional, mas resolvi pensar: o mundo não vai parar porque o preconceito existe. Era um passo muito ousado, tinha muito a perder, mas também poderia

ganhar. Então, encarei! Hoje, me sinto bem mais segura, me relaciono bem com meus colegas de curso e professores. Tem valido a pena! Mas para chegar a esse estágio, tudo foi sendo construído com o tempo, como é o normal da vida.

Na UNISINOS, hoje, a razão entre docentes geólogos e geólogas é um pouco desproporcional, isso é reflexo de como o curso era bem fechado há tempo atrás. É um curso que exige muita saída de campo, resistência física, dias longe de casa, cálculos, etc.. Culturalmente, essas funções são delegadas ao público masculino. Isso é uma luta a mais que a mulher tem que encarar. A presença de professoras geólogas nos faz ter uma ideia de como é preciso ter competência para ser profissional e ter que arcar com responsabilidades, como cuidar da casa, ter filhos, etc.. Ainda existe certo machismo, sim, mas nós, mulheres, estamos provando ao mundo que temos muita competência. Sinto que hoje já é perceptível que este cenário está mudando, as mulheres estão conquistando cada vez mais o campo da Geologia, em muitas turmas, inclusive, o contingente feminino já é maior que o masculino e isso me deixa muito feliz, não só a mim, como as colegas também, vejo que a maioria do público feminino procura se espelhar em uma geóloga, esse é o meu caso, que desde que entrei no curso, já tenho uma professora como referência.

Outro porém que tive que vencer foi o regionalismo; no início, fiquei muito inibida, tinha medo de tirar dúvidas, de falar em sala de aula, pois o sotaque era bem diferente, gerava certo constrangimento quando as pessoas não entendiam e pediam para repetir, acho que agora já estou sendo melhor compreendida. Não só o sotaque, como também o vestuário, a culinária e os costumes foram coisas que tive que adaptar à situação, apenas adaptar, nunca perder as raízes, eu trouxe um pouco do meu Estado pra (sic) cá e o melhorei com a cultura daqui, acho que ficou legal.

Em relação à minha etnia, sendo negra, já tinha certa ideia que diferiria bastante da população local. Nasci em um lugar onde é muito raro encontrar pessoas de olhos claros, aqui, foi raro encontrar alguém que não o tivesse. Era um contraste bem grande, mas com o modo que fui recebida, esse choque não me atingiu muito. Na Geologia, atualmente, sinto falta de uma referência de profissional negro, talvez exista, mas não o conheço. Diante de tudo isso, tenho algo comigo: se sinto falta de algo, se isso não existe, nada impede que não possa ser criado, assim surgem boas ideias.

Muitas dessas questões eu tive como trabalhar com o apoio psicológico da UNISINOS; foi um espaço onde dividi meus medos e dúvidas, fiquei ainda mais confiante de ter escolhido uma universidade que, além de ter muita qualidade, tinha o lado humanístico.

Dos registros que se coletaram, afloraram muitas questões, principalmente, no que toca à determinação de Onça para vencer os preconceitos - se os encontrasse - e, por isso, se reconhece como ousada. A entrevistada construiu seu

espaço próprio, em que pode preservar a cultura, *fincando suas raízes*. Quanto à questão de gênero, relatou que, entre os docentes, ainda é desproporcional e que já se equiparou entre os estudantes.

Convém ressaltar que, nos comentários de Onça, mencionaram-se aspectos como a adaptação a algumas diferenças regionais - o sotaque, a culinária, o vestuário - o que não ocasionou a perda de raízes da jovem. Ao contrário, a entrevistada reconheceu que *melhorou* com a cultura local e em nenhum momento fez menção em ter vivido um processo de convencimento para a mudança e de *apagamento* de sua cultura, o que certamente tem fortalecido o seu processo de identidade.

A excelência da formação, destacada por Onça, está sendo determinante para a construção de sua identidade profissional. A respondente hoje trabalha na área de Geologia Ambiental - uma meta pessoal antiga - o que, futuramente, como profissional formada, proporcionará meios para que exerça a profissão, com competência e criticidade.

Em relação à etnia, sendo negra, a jovem já tinha ideia de que iria diferir da população local - predominantemente branca - já que a Universidade se encontra numa região de imigração alemã. No entanto, a diferença não foi significativa, pois foi muito bem acolhida no momento de sua chegada à Universidade para participar do Processo Seletivo do PROUNI. Insta lembrar que a acolhida foi feita pelas Assistentes Sociais da Ação Social e pelo NEABI/UNISINOS.

Quando foi problematizada a multiplicidade de concepções de identidade, apontou-se que a identidade configura um dos pontos de referência do sujeito. Caracteriza-se pela multiplicidade de papéis que o sujeito assume ao longo da vida, pois, a cada dia, novos desafios são acrescentados e que, na vivência de seu papel social, vai constituído a sua história, que se caracteriza pelo inacabamento.

A trajetória de Onça se consolida com componentes individuais e coletivos a partir de seus projetos, que foram gestados no sonho possível e apoiados pelo PIEA. Nesse sentido, Onça narrou:

O PIEA foi - e é - fundamental para o progresso da minha vida acadêmica na UNISINOS desde o meu ingresso na Universidade, pois permitiu que eu estudasse sem me preocupar com aquilo que pensei que seria a minha maior barreira durante o curso, as despesas pessoais com alimentação, o meu psicológico na entrada da fase acadêmica, com o acompanhamento pedagógico, me senti determinada a ir em frente. O

programa permite uma maior dedicação aos estudos e reconhecimento que se não fosse por ele, meu tempo de estudo seria reduzido, pois precisaria encontrar uma forma de adquirir o que o PIEA fornece. A existência do PIEA, que me acompanha desde a entrada na UNISINOS, me deu vontade de lutar pela bolsa que tinha conquistado e me fez me sentir acreditada de que as coisas podiam dar certo, pois havia um programa onde as necessidades que pudessem atrapalhar o meu desempenho acadêmico eram sanadas. Em nenhuma outra universidade particular existe essa preocupação, pelo que eu sei.

A referência que Onça faz ao PIEA se relaciona aos Apoios Complementares, que visam contribuir para a formação integral do estudante alinhada à proposta de Educação da Companhia de Jesus.

5.5 CONVERSANDO COM VIDA NOVA...

Vida Nova tem trinta e sete anos, é negra, reside com o esposo e com a mãe no Vale do Sinos. A renda da família se compõe pelos ganhos do marido, que trabalha como vigilante, e de sua mãe, que é aposentada. Vida Nova frequenta o Curso de Serviço Social desde 2009, contudo, foi contemplada pelo Prouni, em 2012.

A graduação em Serviço Social prepara assistentes sociais para atuar no âmbito da administração pública, em empresas e em organizações sociais e populares. A formação possibilita a atuação no campo de saúde, de assistência, de previdência, de educação, de habitação, dentre outras. (UNISINOS, 2014e).

O profissional de Serviço Social atua, de forma propositiva e inovadora, em programas e em projetos para viabilizar os direitos da população a serviços para atender às necessidades sociais. Elaborar estudos sociais e pareceres, analisando documentos, elaborando estudos técnicos voltados às situações de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou têm seus direitos violados.

Ainda está presente na sociedade a ideia de que o profissional de Serviço Social trabalha na *ajuda ao pobre*. Assim, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) busca romper e conscientizar de que o trabalho não tem apenas cunho assistencialista.

Na contemporaneidade, o Serviço Social fomenta o diálogo com outras áreas, ao problematizar o contexto social no intuito de produzir conhecimento e de provocar mudanças na sociedade.

Portanto, Vida Nova, ao ser questionada sobre *Quem eu fui...*, discorreu:

Uma criança que lutou para viver desde o ventre, devido à rejeição da mãe biológica. Após o parto, mais uma caminhada, pela vida: trinta dias na incubadora, e com um futuro incerto. Enfim, a melhora, alta no hospital podendo ir para casa, mas, que casa? Se o hospital ou um abrigo seria minha casa, Deus já sabia meu destino. E foi, então, que colocou um anjo na minha vida, que me cuidou, me amou e defendeu. Deu-me a oportunidade de crescer, mesmo com dificuldades, me amparou e me mostrou que o amor pode salvar uma vida. Fui uma criança que cresceu com muitas dificuldades, porém, com pessoas que me ensinaram que sem amor, eu não seria nada. Hoje, com muitas limitações, agradeço e ofereço esta oportunidade de estar aqui e poder contar minha história em poucas linhas.

Acerca de como se deu o seu processo de ingresso na Universidade, contou:

Já vinha realizando o ENEM e estava dentro dos critérios, porém, não era chamada. Cursar o Serviço Social com a bolsa de estudos do PROUNI, poder fazer a matrícula em três ou quatro disciplinas, provocou a mudança da minha vida, da minha história, uma realização que não tenho como explicar. Um futuro diferente, um olhar e a certeza de que tudo pode mudar, quando acreditamos que a mudança parte de nós mesmos.

No que se refere ao quanto É importante registrar que, sendo bolsista do PROUNI ..., explicitou:

O sonho de um futuro melhor passou de sonho para realidade. A mudança de uma trajetória de exclusão para inclusão, uma história que acabou com um final feliz: VIDA NOVA.

Sobre a forma como gostaria de ser identificada, sugeriu o codinome Vida Nova, explicando que a escolha remete à mudança de vida, a um novo olhar, a ter esperança. Nesse sentido, o PIEA representou, em sua história, um novo caminho a trilhar e a esperança de dias melhores que virão.

A entrevistada, ao ser indagada sobre *Quem eu sou...*, assim se definiu:

Sou uma mulher guerreira, determinada, amiga, grata por Deus ter me dado a oportunidade de mudar a minha história. Agradecendo as dificuldades que passei, as lutas que enfrentei, pois, sem elas, eu não seria quem sou.

No depoimento de Vida Nova, notaram-se as dificuldades enfrentadas e a determinação para a superação, alimentada pelo sonho da mudança. A respondente tem a convicção de que a mudança parte dela, por isso, carrega a certeza da

mudança e a esperança para contar sua história com final feliz, a partir de sua inclusão.

Vida Nova, quando respondeu sobre *Quem eu pretendo ser...*, determinou:

Pretendo ser uma profissional consciente do papel importante que o Serviço Social exerce para a emancipação das pessoas que dele precisarem, buscando sempre ter conhecimento, lutando para que as pessoas menos favorecidas conheçam seus direitos. Não um exemplo, mas um testemunho que a mudança pode, sim, acontecer quando acreditamos que a vitória e a felicidade começam em cada um de nós.

Outro destaque que Vida Nova deu foi em relação ao PIEA:

O PIEA auxiliou na mudança da minha trajetória de desigualdade, em qualidade de vida. Através dos apoios, iniciaram uma possibilidade de não somente conhecer os direitos e possibilidades, mas participar dos mesmos. Tendo em vista que os serviços e profissionais que me ouviram estavam sempre prontos também a dialogar a encaminhar as dificuldades. Na formação acadêmica, uma construção e organização, a longo prazo, pois nunca deixei de acreditar que tudo poderia melhorar, se eu fosse lutar. O programa reforçou o papel da minha identidade enquanto sujeito de direito. É muito importante, para minha vida acadêmica e pessoal, este fortalecimento, pois os apoios prestados me incluem nesta sociedade que os direitos, muitas vezes, não passam de documentos.

Vida Nova, em seu depoimento, expressou a sua consciência em relação às desigualdades a que estava - e está - sujeita. Ao mesmo tempo, o reconhecimento da influência dos Apoios Complementares do PIEA, no seu processo de inclusão, ocorreu pelo diálogo e pela escuta. Reconhece, também, a influência desses apoios no processo de identidade enquanto sujeita de uma sociedade que tem deveres e direitos.

Ademais, a entrevistada salientou que um dos focos de sua identidade como profissional será viabilizar os direitos de a população ser incluída na sociedade, o que vai ocorrer com a certeza de que tudo pode mudar, quando se acredita que a transformação pode começar em cada um.

Considerando-se os registros de Vida Nova, aplicaram-se questionamentos complementares acerca do seu curso de graduação e acerca da relação com os seus projetos pessoais. Logo, pediu-se que escrevesse sobre o Curso de Serviço Social e o estágio profissional e seus diferentes campos de atuação: *considerando a tua experiência, em que campo (ou área) tens interesse em atuar?*

Durante meu processo de vivências de estágio, me identifiquei muito com a Política Habitacional, pelo fato de ter me envolvido bastante nesta política. Mas, o Serviço Social no espaço privado e na assistência também são áreas de meu interesse. Pretendo, após terminar a graduação, fazer uma pós em gestão pública ou de pessoas.

Meus espaços de estágio me mostraram um leque de oportunidades, basta continuar a caminhada, com determinação e foco.

Porém, durante a realização do meu projeto de pesquisa, identifiquei que não temos materiais sobre o Serviço Social dentro da política pública habitacional. Penso que, com este projeto, posso dar andamento ou alguma contribuição nessa área.

Outra pergunta aplicada sintetizou: *descreve as razões da tua escolha e o qual é o teu projeto nessa área:*

A afinidade com o tema, a realização de identificar demandas que podem ser trabalhadas com diversos profissionais. Pretendo fazer uma pesquisa voltada para a emancipação dos usuários na política habitacional, articulando os serviços que possam contribuir com este trabalho e valorizando o trabalho em rede.

Na conclusão de Vida Nova, constatou-se seu forte vínculo com a questão da moradia, o que simboliza a segurança e a referência do direito. A visibilidade da questão ocorreu quando a respondente foi inquirida sobre *Quem eu fui...:*

[...] Enfim, a melhora, alta no hospital podendo ir para casa, mas, que casa? [...].

No questionamento, ficou implícito não somente o direito à moradia, mas também, o de ser acolhida, de ter uma referência, de ter um lar.

Com base no que se observou nos registros de Luan, de Sofia, de Estrela, de Onça e de Vida Nova, evidenciou-se o fato de já estarem se sentindo incluídos, apesar das dificuldades socioeconômicas que ainda apresentam. Sinalizam, por conseguinte, o desejo de, no futuro, contribuir, por meio de sua profissão, para que outros também sejam sujeitos de direito - e não só de deveres - através de questões que estão vinculadas com o sonho, com a mudança e com a esperança.

Os sujeitos da pesquisa, pelo trabalho, querem conquistar um lugar na sociedade. De anônimos e invisíveis, desejam ter visibilidade e conquistar não só a sua cidadania, mas promover a de outros. Wallerstein (2003) relaciona esse cenário com a Utopística, ao tratar da realização do sonho possível.

5.6 NA TRILHA... OUVINDO E OUVINDO-ME

Em uma pausa na caminhada, realizei uma reflexão sobre o que ouvi e li de Luan, de Sofia, de Estrela, de Onça e de Vida Nova. Iluminada por Baumann, Follmann, Hall, Giddens e tendo como cenário os Processos de Identidade, as Histórias de Vida e o PIEA, ouvindo e lendo, também ouvi a mim, diferentemente do que percebia e do que ouvia antes de iniciar este estudo.

Não poderia trilhar o percurso sem os bolsistas, sem os quais o diálogo com Baumann, Follmann, Giddens, Hall e outros, não seria qualificado. Nesse processo, foram estabelecidas outras formas de diálogo, como o *e-mail* e as imagens. Ao registrar os diálogos e buscar sua fundamentação, conscientizei-me - ainda mais - de suas dificuldades, de seus desafios diários, de seus sonhos. Também ouvia, intimamente, os outros - aqueles que também carregam dificuldades e sonhos, os que fazem estágio extracurricular e estão descobrindo a importância da etapa, ao promoverem a articulação da teoria (aprendida na graduação) com a prática (campo de estágio); aqueles que participam de grupos de pesquisa e têm bolsa de iniciação científica e recebem a oportunidade de apresentar trabalhos em congressos e de escrever artigos científicos.

Ainda, os estudantes prounistas dos cursos de licenciatura, que conquistam a oportunidade de participar do PIBID. Agregam-se os estudantes prounistas, que já participaram e que estão trazendo experiências do Programa Ciência sem Fronteiras. Esses são alguns destaques - dentre tantos - que só foram oportunizados a partir do ingresso desses sujeitos em cursos superiores com a bolsa de estudos legitimada pelo PROUNI. Cada vivência tem interferido nas minhas - e nos meus sonhos.

O desafio de viver hoje no mundo pós-moderno remete-nos a conviver com as certezas - e com as incertezas - acerca das políticas públicas. Neste estudo, a proposta foi verificar como o PIEA tem contribuído nos processos de identidade, mudando - ou não - o curso das trajetórias de vida dos prounistas que vivem na sociedade globalizada. Foi problematizado, por conseguinte, como o PIEA/UNISINOS - que é uma política institucional da ASAV - potencializa as metas de uma política pública, o PROUNI, com suas orientações, suas regras e suas parcerias.

Importa ressaltar que os Apoios Complementares do PIEA estão alinhados com a Dimensão Pedagógica da Companhia de Jesus, já que propõem a integralidade da formação fundamentada no Humanismo Social de Inspiração Cristã, na ética e na solidariedade. Como as suas ações estão alicerçadas no humanismo, transcendem o assistencialismo.

O PIEA se fundamenta também no direito à educação inclusiva, caracterizando-se como um importante espaço de escuta na Universidade, de encaminhamentos e de orientações. Oferece ações que contemplam a diversidade social e cultural, em que os estudantes prounistas encontram espaço para a convivência e para o diálogo, através da parceria PIEA/NEABI.

As referências anteriores ao PIEA são necessárias para buscar o eco e a imagem das falas de Luan, de Sofia, de Estrela, de Onça e de Vida Nova. Cada um desses sujeitos representou, em uma imagem, a projeção do seu sonho, possibilitando visibilidade à sua identidade profissional.

Escolheu-se, então, a categoria que abrange o *sonho*, para iniciar a reflexão. Todos os sujeitos da pesquisa enaltecem, por mais de uma vez, a importância do PIEA no sonho da mudança. Os registros contemplaram não só o Apoio Social, mas também o Apoio Pedagógico e Psicológico. Contudo, o Apoio Social obteve peso maior, se for considerado que os cinco casos analisados apresentam renda *per capita* muito baixa.

Para entender a gravidade da situação e a diferença que faz o Apoio Social, explicita-se o caso de Luan: o jovem e sua mãe vivem do que o estudante recebe da bolsa do PIBID (R\$ 400,00). O auxílio-transporte ajuda em seu deslocamento à universidade e o valor do auxílio-alimentação (R\$ 8,00), na maioria das vezes, é dividido por dois, para que consiga se alimentar.

Luan inicia suas atividades como bolsista PIBID na UNISINOS às treze horas; almoça, e com o que sobra do vale-alimentação, utiliza para o pagamento do jantar. Como ele, vale lembrar que há muitos na UNISINOS. O auxílio-transporte viabilizado pelo Apoio Social também é muito procurado pelos bolsistas, visto que se trata de um auxílio para o deslocamento à Universidade.

É pertinente mencionar que o Apoio Pedagógico no acompanhamento dos bolsistas que reativaram a bolsa de estudos do PROUNI constatou que um número significativo de estudantes não teve aproveitamento acadêmico em razão de frequência inferior a 75%. No contato com os casos, muitos justificaram não ter

condições financeiras para arcar com as despesas da passagem rodoviária. Assim, fica claro que o auxílio também é fundamental aos estudantes cuja renda *per capita* é baixa.

Outra situação a ser considerada - e que serve para referendar as colocações que se apresentaram nesta pesquisa - é o caso de Onça, uma jovem pobre que veio de um Estado do Nordeste brasileiro para a realização de seu sonho: ser geóloga. A família da estudante tem baixa renda *per capita* e era clara a preocupação em relação à sua manutenção na Universidade. O Apoio Social, então, supriu algumas de suas necessidades básicas - através do auxílio financeiro para bancar alimentação e transporte - e assegurou à aluna a tranquilidade para procurar estágio ou emprego e, com esse rendimento, pagar o aluguel.

Sobreleva-se que todos os estudantes prounistas que participam dos Apoios Complementares também integram o Apoio Pedagógico. Em consonância, as professoras auxiliam, orientam e acompanham no processo de busca pela qualificação de suas aprendizagens. Para exemplificar, dentre os respondentes, surge o caso de Estrela, que já reativou a bolsa de estudos do PROUNI, uma vez que, em seu primeiro semestre, não alcançou aproveitamento acadêmico satisfatório - não atendendo à regra dos 75% de aproveitamento, de acordo com o Art. 17 da Portaria nº 3.268, de dezoito de outubro de 2004, do PROUNI.

O problema de Estrela se justifica por diferentes motivos: além do longo período de afastamento do ambiente escolar (finalizara o Ensino Médio há muitos anos), a estudante é portadora de deficiência auditiva e tem dificuldade para compreender as informações do professor em aula - e, conseqüentemente, para executar os seus registros.

Sendo assim, foi orientada pela professora do Apoio Pedagógico para uma organização diferente daquela que realizava: passou a consultar livros indicados pelo professor, dentro de suas possibilidades, antes mesmo de a aula ser dada, o que possibilitaria, ainda que parcialmente, a apropriação de conteúdos antes da aula - ou seja, iria à aula previamente preparada. Após a aula, a bibliografia era novamente consultada para a complementação dos registros. Sempre que encontro Estrela nos corredores da Universidade, a vejo acompanhada da sua sacola de livros.

Assim, sabe-se que Luan, Sofia, Estrela, Onça e Vida Nova - e outros estudantes prounistas - são acompanhados pelo Apoio Pedagógico, na perspectiva de procurar por excelência acadêmica e por desenvolvimento pessoal.

O Apoio Psicológico, por sua vez, também tem visado atender e orientar os estudantes prounistas, quando se identificam conflitos emocionais que envolvam questões pessoais e relacionais.

O PIEA tem conseguido revelar que o caráter de suas ações ultrapassa o assistencialismo, ao ter suas raízes fundamentadas no compromisso com o desenvolvimento pleno do sujeito, legitimando as razões que por ele perpassam a ética, a justiça e a solidariedade iluminadas pelo humanismo da Companhia de Jesus - o que se comprova através do relato de Onça:

O PIEA foi um espaço onde dividi meus medos e dúvidas, fiquei ainda mais confiante de ter escolhido uma Universidade que, além de ter muita qualidade, tinha o lado humanístico.

Por todas as questões problematizadas anteriormente, constatamos como o PIEA tem impactado na vida dos estudantes prounistas da UNISINOS, ao gerar - e garantir - as mudanças ocorridas nas suas histórias de vida e, conseqüentemente, nos seus processos de identidade.

Ao ponderar os depoimentos dos cinco sujeitos, não se podem esquecer os outros estudantes prounistas, que também têm sonhos e que desejam fazer a diferença - no que se refere ao processo de identidade - na sociedade globalizada, o que se exemplifica e se valida através do e-mail enviado por um estudante prounista contemplado pelo Programa Ciência sem Fronteiras:

Sou aluno da Unisinos e beneficiário do PIEA.

Consegui uma bolsa do PROUNI e comecei a estudar em 2012/1, incentivado pela minha esposa. No início do semestre, recebi um e-mail do PIEA me convedando (sic) a ir em (sic) uma reunião para avaliar minha condição econômica, a fim de concessão de auxílio-alimentação e transporte, como incentivo para alunos do PROUNI. Recebi o auxílio nos outros 3 semestres seguintes, assim como no primeiro.

Em abril de 2012, fui convidado pelo professor Rodrigo Righi para participar como bolsista de iniciação científica de um projeto de pesquisa em Sistemas Distribuídos. Esta parceria resultou em uma publicação científica e apresentações de trabalhos em 4 universidades, e em uma delas fui premiado com menção honrosa.

Nada disso seria possível se, em qualquer desses semestres, eu não tivesse recebido apoio do PIEA. Estudar é uma coisa, poder se aplicar nos estudos da forma como me apliquei, sem alguém apoiando como o PIEA me ajudou, é outra bem diferente. Considero impossível um aluno

superar questões sociais, de custos, e ainda ter dedicação plena nos estudos.

No final de 2013, me inscrevi para o programa Ciência sem Fronteiras após o Forum Brasil/Coréia (sic). Por causa de meu desempenho acadêmico descrito acima, tudo acompanhado de perto pelas orientadores do PIEA, este ano, fui selecionado e aprovado para uma bolsa de estudos para estudar na Coréia (sic) do Sul. Estou embarcando para estudar em meados de junho de 2014.

A grande sacada aqui não foi somente o projeto de pesquisa, ou o desempenho acadêmico, ou os prêmios, ou até a possibilidade de começar do zero e aprender inglês em 1 ano, tendo nível e proficiência suficiente para poder estudar fora... A grande sacada foi que eu pude fazer tudo isto com o apoio do PIEA.

Finalizo aqui, dizendo que não vejo o PIEA apenas como um programa de auxílio-alimentação e transporte, ou de apoio pedagógico, ou de acompanhamento acadêmico, psicológico. Não. O PIEA é mais do que isto para mim. Foi e é o apoio que eu tive para começar a mudar de vida através dos estudos, da possibilidade de me dedicar, do fato de que enquanto eu estudava não precisava me preocupar com a "retaguarda", ou seja, com os problemas que impedem tantos alunos em dificuldades financeiras de prosseguirem seu estudos.

Cabe destacar que os professores do Apoio Pedagógico recomendam sempre que, caso ocorram situações inusitadas com relação à bolsa de estudos do PROUNI, que sejam comunicadas ao PIEA para os devidos encaminhamentos (nesse sentido que o aluno encaminhou o referido e-mail).

Nos cenários aqui problematizados, verificou-se que a dimensão humanizadora do PIEA acolhe o estudante prounista em suas dificuldades e, com ele, busca a possível superação. Nessa perspectiva, o que está contribuindo para que o programa faça a diferença é considerar o estudante prounista como parceiro - tendo em vista que também precisa *fazer a sua parte* - o que é determinante para a promoção do desenvolvimento social e humano e, portanto, para o fortalecimento de seus processos de identidade.

Luan, Sofia, Estrela, Onça, Vida Nova - e os demais estudantes prounistas - costuram no tempo e nos seus espaços os seus projetos pessoais com os dos outros. (FOLMANN, 2001). Logo, para referendar o que foi estruturado sobre os processos de identidade, instiguei os respondentes, para que dessem visibilidade à sua identidade profissional.

Para isso, foi solicitado que criassem uma imagem que representasse *Quem eu pretendo ser profissionalmente*. O objetivo da atividade se concentrou em motivar o estudante prounista a utilizar a linguagem não verbal para dar visibilidade à luta por pertencimento ao coletivo profissional que trava, cotidianamente. As imagens produzidas pelos sujeitos estão representadas a seguir e se conferem na Figura 3.

Figura 3 - As Representações Construídas pelos Sujeitos sobre sua Identidade Profissional



Luan



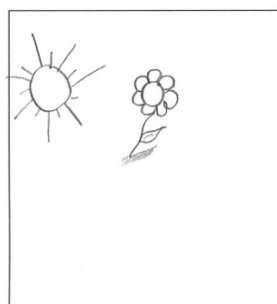
Sofia



Estrela



Onça



Vida Nova

Fonte: Elaborado por Luan, Sofia, Estrela, Onça, Vida Nova.

No caso de Luan, vale comentar que é bolsista do PROUNI no Curso de Pedagogia, e bolsista do PIBID, o que o torna pertencente a diferentes grupos. Em cada grupo que integra, podem ser identificadas afinidades que justificam o seu pertencimento. Agora, nesses grupos, o jovem busca a diferença, no intuito de elevar sua distinção - *professor de criança* - quando poderia assumir outras funções como pedagogo.

Onça, além de dedicar-se às questões que envolvem o meio ambiente, manifesta o desejo de ser professora universitária - e, na imagem, dá ênfase à figura. Em um de seus depoimentos, a entrevistada mencionou que, na Instituição, a

maioria dos profissionais do Curso ainda é de homens e que, desde que ingressou na graduação, adotou *uma professora como referência*.

Estrela, em sua representação, destacou o campo de trabalho: hospital. Lá, espera [...] *fazer o melhor que uma Enfermeira pode fazer*, e conta com o apoio de seus colegas para tal concretização.

Averiguou-se, nas representações observadas, que tanto Onça, como Estrela, buscam no coletivo a distinção como profissionais; no caso de Onça, vê-se que não basta ser professora: deseja ser professora da UNISINOS. Nos dois casos, visualizam-se os processos de identidade, que estão se construindo fundamentados no pertencimento (que é o coletivo) e na diferenciação (individual).

Já as imagens produzidas por Sofia e por Vida Nova não mostraram a possibilidade de vivências no ambiente de trabalho. Como pesquisadora, senti dificuldade para reconhecer, nas imagens dessas entrevistadas, a visibilidade de pertencimento. Solicitei, então, que registrassem o que a imagem representava.

Vida Nova explicitou:

Sou como o sol que nasceu para brilhar, pretendo brilhar muito na minha futura profissão. E, como a rosa mais linda do jardim, desabrochar para conhecer e viver o que há de melhor. Exalando e passando todo o aprendizado que me fizeram escolher esta profissão.

Sofia referiu:

Céu, lua e estrelas.

Céu: representa o infinito.

Lua: satélite, que orbita, tem constância.

Estrelas: brilho próprio.

Aprofundando,

Pode parecer, que estou no todo. Ledo engano.

A identificação é com o menor dos pontinhos, com a mais singela e distante estrela.

Que, mesmo em sua insignificância, emana luz. Apesar de tamanha distância, é perceptível. Imagina com o passar do tempo!? E, observada de perto...

Como aquela estrelinha, espero fazer a diferença. Para combinar com uma explicação-desenho, nada melhor do que poesia. Uma forma

subjetiva, complementando a outra. É ousadia, não sei, eu quis fazer algo criativo e diferente.

Analisando-se a imagem e a fala produzidas por Sofia, ficou notório o quanto vive e projeta em seu cotidiano a criatividade como artesã e estudante de Arquitetura. Além disso, as duas imagens e os respectivos registros mostram o quanto estão inter-relacionadas com a identidade profissional e com outras concepções.

No caso de Vida Nova - que manifestou ser *como o sol que nasceu para bilhar* - ousou dizer que se trata de uma mulher que traz não apenas o brilho, mas a energia do sol, pois mesmo com todas as dificuldades, caminhou muito - e longe - e projeta agora o futuro com esperança.

Percebeu-se também identificação com a rosa do jardim. Mas, que jardim? O jardim da casa, do lar, simboliza a referência enquanto sujeita de direitos e que, profissionalmente, quer proporcionar a outras pessoas. É no embate entre afinidades construídas no coletivo e diferenças individuais que os processos de identidade conquistam visibilidade.

Portanto, pode-se concluir que os sujeitos, antes de ingressarem no Ensino Superior com os subsídios oportunizados pelo PROUNI - talvez, anônimos e invisíveis - agora produzem suas histórias de vida, com determinação e com esperança.

6 CONCLUINDO... COM ENCAMINHAMENTOS

Com o estudo que se construiu, foi possível perceber a importância da política institucional - no caso da UNISINOS, o PIEA - para a potencialização de uma política pública, o PROUNI. Nos registros identificados através do Apoio Pedagógico, evidenciou-se, na manifestação dos estudantes, o medo de perder a Bolsa de Estudos do PROUNI em razão do não aproveitamento acadêmico.

No relatório da ASAV, em relação aos dados do PIEA, verificou-se que, em 2013/1, 93% dos estudantes atendidos pelos Apoios Complementares permaneceram com a Bolsa de Estudos, ou seja, apenas 7% tiveram a bolsa encerrada. Já em 2013/2, 89% dos estudantes atendidos pelos Apoios Complementares permaneceram com a Bolsa, ou seja, destes, 11% dos estudantes tiveram a bolsa encerrada..

Os dados desvelados podem gerar questões, como: esse percentual é alto? É possível diminuir ainda mais a evasão compulsória?

Na reflexão sobre as indagações que surgiram, é importante mencionar que, na parceria, todos devem, de forma responsável, responder por suas ações, inclusive, o estudante. Registra-se que, mesmo com a orientação prestada pelos profissionais, alguns estudantes prounistas pouco fazem para qualificar seu desempenho acadêmico e seguem com o pensamento de que *o jeito* de estudar na Universidade é o *jeito* da escola.

Outros estudantes também apontaram que não alcançaram o aproveitamento acadêmico necessário e que, conseqüentemente, perderam a bolsa de estudos por problemas de saúde, de trabalho, dentre outros fatores. Nesses casos, são orientados a realizarem novamente o ENEM, para que, com isso, possam participar de um novo Processo Seletivo do PROUNI e, concorrerem a uma nova bolsa de estudos.

É fato que participar de outro processo seletivo significa adiar a concretização do sonho, da mudança de vida, e sintetizam questões que influenciam nos processos de identidade do sujeito. Alguns registros de estudantes mostram que é o *sonho adiado*, mas que, em contrapartida, a esperança pode mobilizá-los para a busca de uma nova oportunidade.

É importante registrar, na finalização deste estudo, que voltei todos os meus sentidos, para todos os lados, a fim de perceber a amplitude da experiência e a

profundidade da pesquisa, reconhecendo os limites de meu estranhamento ao que me é familiar. (ERICSON apud ANDRÉ; LÜDKE, 1986).

Sonho, esperança, inquietações representam palavras também de extrema importância nos processos vividos em minha história como Assistente Social do PIEA/UNISINOS. São expressões que conduzem à proposição de novas ações para qualificar o Programa, ao refletir sobre a experiência de integrar a Equipe do PIEA e sobre os achados que estruturaram a pesquisa.

Nesse horizonte, tenho a certeza de que isso também foi - e é - determinante em meu processo de identidade e, como Assistente Social, pretendo acompanhar outras situações e outras histórias de vida, socializando-as, para que outras instituições - privadas ou públicas - possam mobilizar-se na intenção de promover programas que permitam que indivíduos da sociedade pós-moderna, e que vivem no mundo globalizado, muitas vezes, anônimos e invisíveis, possam mudar o curso de sua história de vida.

Ficam, por fim, presentes o sentido do inacabamento e a importância dos pertencimentos e das diferenças nos processos de identidade dos estudantes prounistas, pois é nessa relação que se desvela o impacto do PIEA na tessitura das histórias de vida.

REFERÊNCIAS

- ALGEBAILLE, Eveline. Exclusão social. In: GESTRADO. **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=353>>. Acesso em: 21 jun. 2013.
- ALVES, Rubem. **Concerto para corpo e alma**. 12. ed. São Paulo: Papyrus, 2005.
- ALVINO-BORBA, Andreilcy; MATA-LIMA, Herlander. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. 2011. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n106/n106a03.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; LÜDKE, Menga. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.
- ARAÚJO, Cidália et al. **Estudo de caso**: métodos de investigação em educação. Minho, 2008. Disponível em: <http://grupo4te.com.sapo.pt/estudo_caso.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2013.
- ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA (ASAV). **Política de ação social**. Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica: atualizado em 2013. Porto Alegre, 2013.
- _____. **Relatório anual da ASAV**. Porto Alegre, 2014. Documento em PDF.
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e ambivalência**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. **Modernidade líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- _____. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar. 2005.
- BELL, Judith. **Projeto de pesquisa**: guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- BERGER, Peter L.; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser um membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza (Org.). **Sociologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1984.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano: compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 1993.
- BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.
- _____. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, n. 5, p. 17-28, dez. 2012. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?j&frm=1&q=&esrc=s&sa=U&ei=zEPEU_bhCcXO8wH_44Bo&ved=0CBQQFjAA&sig2=nLeGJikNpfbK2k-GZ_EJgQ&usg=AFQjCNH5Sx tUriuaNJB-IIhxlU0nhP-WfQ>. Acesso em: 03 jul. 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. Título VIII: Da Ordem Social. Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção I: Da Educação. Disponível em: <http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf205a214.htm>. Acesso em: 20 jun. 2013.

_____. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm#art60>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. **Decreto n. 4.886, de 20 de novembro de 2003**. Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4886.htm>. Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. **Decreto n. 5.493, de 18 de julho de 2005**. Regulamenta o disposto na Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5493.htm>. Acesso em: 10 fev. 2014.

_____. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7853.htm>. Acesso em: 15 dez. 2013.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Legislação Federal. Comissão de Educação e Cultura. Edições Câmara. Brasília, 2009.

_____. **Lei n. 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96949/lei-11096-05>>. Acesso em: 09 mar. 2014.

_____. **Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009**. Dispõe sobre a Certificação de Entidades Benéficas de Assistência Social. Brasília, DF: Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, 2010.

BRASIL. **Medida provisória n. 213, de 10 de setembro de 2004**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades

beneficentes de assistência social no ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/97415/medida-provisoria-213-04>>. Acesso em: 25 abr. 2014.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2012. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resul>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.268 de 18 de outubro de 2004.** Dispõe sobre os procedimentos para a Adesão de Instituições de Ensino Superior ao Programa Universidade Para Todos - PROUNI e dá outras providências. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=9&Itemid=>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. Ministério da Educação. **Portaria normativa n. 22, de 13 de novembro de 2012a.** Dispõe sobre os procedimentos para a adesão de mantenedoras de instituições de ensino superior e a emissão de Termo Aditivo ao processo seletivo do Programa Universidade para Todos (Prouni) referente ao primeiro semestre de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 220, 14 nov. 2012.

_____. Ministério de Educação. **PIBID - Apresentação.** Brasília, DF, [2014?]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=233&Itemid=467>. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____. Ministério de Educação. **Portaria ministerial n. 438, de 28 de maio de 1998.** Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. Ministério de Educação. Portaria normativa n. 27, de 28 de dezembro de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, ed 251, 31 dez.2012b. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=187&Itemid=122>

_____. **Projeto de Lei nº 8.035, de 2010.** Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2013.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316. (Coleção Sociologia). Título original: La recherche qualitative.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL (CRESS). **Coletânea de leis.** Porto Alegre: Cress, 2000.

COTAS universitárias. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. [S.l.], 23 set. 2012. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cotas_universit%C3%A1rias>. Acesso em: 29 jun. 2013.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir.** 4. ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2000.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do futuro**: cidadania hoje e amanhã. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

ENRICONI, Maria Helena Selbach. **Formação continuada**: um caminho para promover os diálogos, os saberes vividos e as rupturas possíveis. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOLLMANN, José Ivo. Processos de identidade versus processos de alienação: algumas interrogações. **Revista Identidade!** v. 17, n. 1, p. 83-89, jan./jun. 2012.

_____. **[Aula]**. São Leopoldo, 10 dez. 2013. Atividade Acadêmica Educação das Relações Étnicorraciais e Culturais na Escola de Educação Básica.

_____. Ação transdisciplinar na universidade - o caso da Unisinos. In: CONGRESSO MUNDIAL DE TRANSDISCIPLINARIDADE, 2., 2005, Vitória/Vila Velha, ES. **Transdisciplinaridade**: atitude, pesquisa e ação. Vitória/Vila Velha, ES, 2005. Disponível em: <http://cettrans.com.br/artigos/Jose_Ivo_Follmann.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2013.

_____. Identidade como conceito sociológico = Identity as a sociological concept. **Ciências Sociais UNISINOS**, São Leopoldo, v. 37, n. 158, p. 43-66, 2001.

_____. O papel das universidades em tempo de exclusões. In: PIRES, Cecília Pinto et al. (Org.). **Direitos humanos**: pobreza e exclusão. São Leopoldo: Associação dos Docentes da UNISINOS (ADUNISINOS), 2000. p. 159-162.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FREITAS, Guilherme. ABC das classes: pesquisadores discutem características e impasses da mobilidade social no Brasil hoje. **O Globo Blogs**, São Paulo, 12 maio 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/prosa/posts/2012/05/12/abc-das-classes-444627.asp>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

GENTILI, Pablo; ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencantos**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIANINI, Flávia. Nova classe C transforma pirâmide social em 'losango'. **Isto É Dinheiro**, Economia, São Paulo, 22 mar. 2011. Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/52423_nova+classe+c+transforma+piramide+social+em+lo+sango>. Acesso em: 01 jul. 2012.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Trad. de Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MARX, Karl Heinrich; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003. v. 1.

NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Coord.). **Abrindo espaços**: guia passo a passo para a implantação do Programa Abrindo Espaços – educação e cultura para a paz. Brasília: Unesco, Fundação Vale, 2008.

NÚCLEO DE ESTUDOS AFROBRASILEIROS E INDÍGENAS (NEABI). **Reeducação das relações étnicorraciais**. São Leopoldo, 2014. 1 folder, color.

OLIVEIRA, Maria Coleta (Org.). **Demografia da exclusão social**: temas e abordagens. Campinas, SP: Editora Unicamp Nepo, 2001.

OLIVEIRA, Samuel Menezes; MESQUITA, Gil Ferreira de. Incentivos fiscais às instituições educacionais privadas de ensino superior e o PROUNI. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 13, n. 81, out. 2010. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8327>. Acesso em: 21 jun. 2013.

PIMENTA, Selma Garrido; ANASTASIOU, Lea das Graças Camargos. Educação, identidade e profissão docente. In: _____. **Docência do ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

RECEITA FEDERAL. **Instrução normativa SRF n. 456, de 5 de outubro de 2004**. Dispõe sobre a isenção do imposto de renda e de contribuições aplicável às instituições que aderirem ao Programa Universidade para Todos. Revogada pela Instrução Normativa RFB nº 1.394, de 12 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/2004/in4562004.htm>>. Acesso em: 05 maio 2014.

RIOS, Terezinha A. **Compreender e ensinar**. Por uma docência da melhor qualidade. São Paulo: Cortez, 2004.

ROCHA, Maria Aparecida Marques da. **Processo de inclusão ilusória**: o jovem bolsista universitário. Jundiaí: Paco, 2011.

SANTOS, Theotônio dos. **Conceito de classes sociais**. Trad. Orlando dos Reis. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SHEPPARD, Michael. **Social work and social exclusion**: the idea of practice. Aldershot: Ashgate, 2006.

TEODORO, António. **A educação em tempos de globalização neoliberal**: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livro, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). **Graduação em arquitetura e urbanismo**. São Leopoldo, 2014a. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/graduacao/arquitetura-e-urbanismo/presencial/sao-leopoldo>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

_____. **Graduação em enfermagem**. São Leopoldo, 2014b. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/graduacao/enfermagem/presencial/sao-leopoldo>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

_____. **Graduação em geologia**. São Leopoldo, 2014c. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/graduacao/enfermagem/presencial/sao-leopoldo>>. Acesso em: 17 mar. 2014.

_____. **Graduação em pedagogia**. São Leopoldo, 2014d. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/graduacao/pedagogia/presencial/sao-leopoldo>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

_____. **Graduação em serviço social**. São Leopoldo, 2014e. Disponível em: <<http://www.unisinos.br/graduacao/enfermagem/presencial/sao-leopoldo>>. Acesso em: 1 abr. 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Utopística**: as decisões históricas do século vinte e um. Petrópolis: Vozes, 2003.

WERLE, Flávia Obino Correa. Políticas de avaliação em larga escala na educação básica: do controle de resultados à intervenção nos processos de operacionalização do ensino. **Ensaio**: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 769-792, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000500003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 jun. 2013.

YIN, Robert K. **Case study research**: design and methods. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado aluno,

Solicito que você preencha as informações pessoais e desenvolva as questões abaixo. Posteriormente, você precisará devolvê-la (no prazo combinado) para que eu possa utilizar esses dados no projeto de pesquisa. As informações dadas terão cuidado ético. Não é necessária sua identificação.

1. Dados de Identificação:

- a) Data do seu ingresso na UNISINOS:
- b) Data do seu ingresso no PROUNI:
- c) Curso de Graduação:.....
- d) Semestre que cursa:
- e) Número de disciplinas (média) que vem fazendo por semestre:
- f) Você já teve que solicitar a reativação de sua bolsa do PROUNI?
- g) Sexo:
- h) Data de nascimento:
- i) Naturalidade:
- j) Etnia:
- k) Cidade em que reside.....

2. Composição do Grupo Familiar:

Nome	Grau de Parentesco	Atividade	Renda

3. Questões:

1. Revele como foi o seu processo de ingresso na Universidade pelo PROUNI.
2. Para você, o que significa fazer um curso superior?
3. Como você gostaria de ser identificado na pesquisa?
4. Explique quais são as contribuições do PIEA na sua formação acadêmica e na sua vida pessoal.
5. Faça considerações a partir de sua inserção no PIEA, sobre:
 - a) Quem eu fui...

- b) Quem eu sou...
 - c) Quem eu pretendo ser...
6. É importante registrar que, sendo bolsista PROUNI,

APÊNDICE B - CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO NA PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Aline Enriconi da Silva, do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais – Nível Mestrado da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), sob orientação do Prof. Dr. Pe. José Ivo Follmann estou realizando a pesquisa, intitulada “O Impacto do Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica no Processo de Identidade do Estudante Prounista da UNISINOS”. Este estudo se propõe a analisar a contribuição do Programa de Inclusão Educacional e Acadêmica - PIEA nos processos de identidade do estudante prounista da UNISINOS.

Você está convidado a participar desta pesquisa através de uma entrevista individual e coletiva, realizadas em local e em data que você preferir, em combinação com a pesquisadora; serão gravadas e transcritas para posterior análise.

Os resultados desta pesquisa serão divulgados exclusivamente para fins científicos e jamais será divulgado o seu nome, sendo que utilizaremos apenas nomes fictícios, para que apenas a pesquisadora identifique os materiais. Informo que você pode retirar seu consentimento, em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo.

Este termo será assinado em duas vias: uma ficará com o participante da pesquisa e a outra com a pesquisadora. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários, através do e-mail: alienriconi@unisinos.br.

São Leopoldo, _____ de _____ de _____

Assinatura do (a) participante do estudo

Assinatura da pesquisadora responsável

ANEXO A - PORTARIA NORMATIVA NO- 27, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Regulamenta o processo seletivo do Programa Universidade para Todos – Prouni referente ao primeiro semestre de 2013 e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, INTERINO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e no Decreto no 5.493, de 18 de julho de 2005, resolve:

CAPÍTULO I**DO PROCESSO SELETIVO**

Art. 1o O processo seletivo do Programa Universidade para Todos - Prouni referente ao primeiro semestre de 2013 compreenderá:

- I - inscrição dos estudantes;
- II - pré-seleção e comprovação de informações pelos estudantes nas chamadas regulares;
- III - manifestação de interesse do estudante para participação na lista de espera; e
- IV - convocação, pelas instituições, dos estudantes participantes da lista de espera e comprovação de informações.

§ 1o A Secretaria de Educação Superior definirá, em edital, o número de chamadas regulares, cronograma e demais procedimentos acerca do processo seletivo de que trata esta Portaria, doravante denominado Edital Prouni 1o/2013.

§ 2o Considera-se chamada regular aquela realizada por meio do Sistema Informatizado do Prouni - Sisprouni, excetuando-se as convocações efetuadas em lista de espera.

§ 3o É facultada às instituições de ensino superior – IES participantes a aplicação de eventual processo próprio de seleção, de acordo com o disposto no art. 14 desta Portaria.

CAPÍTULO II**DAS INSCRIÇÕES**

Art. 2o A inscrição para participação no processo seletivo do Prouni será efetuada exclusivamente por meio eletrônico no Portal do Prouni na internet em período especificado no Edital Prouni 1o/2013.

Art. 3o Somente poderá se inscrever no processo seletivo do Prouni o estudante brasileiro não portador de diploma de curso superior que tenha participado do

Exame Nacional do Ensino Médio - Enem referente ao ano de 2012 e que atenda a pelo menos uma das condições a seguir:

I - tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública;

II - tenha cursado o ensino médio completo em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;

III - tenha cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição;

IV - seja pessoa com deficiência; ou

V - seja professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública, conforme disposto no art. 3º do Decreto no 5.493, de 18 de julho de 2005.

Parágrafo único. O estudante que atenda somente à condição disposta no inciso V do caput poderá se inscrever apenas a bolsas do Prouni nos cursos com grau de licenciatura destinados à formação do magistério da educação básica.

Art. 4º O estudante com deficiência ou que se autodeclarar indígena, pardo ou preto poderá optar por concorrer às bolsas destinadas à implementação de políticas de ações afirmativas ofertadas conforme o inciso II e § 1º do art. 7º da Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005.

Art. 5º As inscrições dos estudantes às bolsas reservadas na forma do art. 12 da Lei no 11.096, de 2005, e art. 15 do Decreto no 5.493, de 2005, serão efetuadas exclusivamente pelo coordenador do Prouni em módulo específico do Sisprouni, vedada sua inscrição às demais bolsas ofertadas.

§ 1º O estudante de que trata o caput deverá optar por concorrer às bolsas destinadas à implementação de políticas de ações afirmativas de que trata o art. 4º desta Portaria ou àquelas destinadas à ampla concorrência.

§ 2º A pré-seleção às bolsas referidas no caput será efetuada consoante o disposto no § 4º do art. 12 desta Portaria, devendo o estudante atender aos demais critérios de elegibilidade, assim como todos os procedimentos e prazos do processo seletivo do Prouni.

Art. 6º A inscrição no processo seletivo do Prouni condiciona-se ao cumprimento dos requisitos de renda estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 1º da Lei no 11.096, de 2005, podendo o estudante se inscrever a bolsas:

I - integrais, no caso em que a renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo; ou

II - parciais, no caso em que a renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.

§ 1º As bolsas integrais e parciais de 50% (cinquenta por cento) adicionais às legalmente obrigatórias, especificadas no art. 8º do Decreto no 5.493, de 2005, serão destinadas exclusivamente a novos estudantes ingressantes.

§ 2º Para fins do disposto no parágrafo anterior, considera-se novo estudante ingressante aquele que não tenha qualquer vínculo acadêmico, por ocasião da inscrição, com a instituição na qual optar por se inscrever.

§ 3º Os limites de renda referidos no caput não se aplicam aos estudantes referidos no inciso V do art. 3º desta Portaria, no caso especificado em seu respectivo parágrafo único.

Art. 7º Para efetuar sua inscrição o estudante deverá, obrigatoriamente, informar:

- I - seu número de inscrição e senha cadastrada no Enem referente ao ano de 2012;
- II - seu número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- III - endereço de e-mail válido, ao qual o Ministério da Educação poderá, a seu critério, enviar comunicados periódicos referentes aos prazos e resultados do processo seletivo do Prouni, bem como outras informações julgadas pertinentes;
- IV - em ordem de preferência, até 2 (duas) opções de IES, local de oferta, curso, turno e tipo de bolsa dentre as disponíveis conforme sua renda familiar bruta mensal per capita e a adequação aos critérios referidos nos artigos 3º e 6º desta Portaria; e
- V - modalidade de concorrência.

§ 1º É vedada ao estudante a inscrição em mais de uma modalidade de concorrência para o mesmo curso e turno, na mesma instituição de ensino e local de oferta.

§ 2º A responsabilidade pela criação, guarda, modificação e recuperação da senha de acesso à inscrição no processo seletivo de que trata esta Portaria cabe exclusivamente ao estudante, conforme instruções disponíveis no Portal do Prouni na internet.

§ 3º O Ministério da Educação não se responsabilizará por inscrição não recebida por quaisquer motivos de ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, procedimentos indevidos, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados, sendo de responsabilidade do estudante acompanhar a situação de sua inscrição.

§ 4o Os eventuais comunicados referidos no inciso III do caput terão caráter complementar, não afastando a responsabilidade do estudante de se manter informado pelos meios referidos no art. 16 desta Portaria.

Art. 8o É vedada a inscrição de estudante:

I - cuja nota obtida no Enem referente ao ano de 2012, calculada conforme o disposto no § 1o do art.12 desta Portaria, seja inferior a 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos; e

II - cuja nota na redação do Enem referente ao ano de 2012 seja igual a zero.

Art. 9o A inscrição do estudante no processo seletivo do Prouni implica:

I - a concordância expressa e irrevogável com o disposto nesta Portaria e nos editais divulgados pela SESu;

II - o consentimento na utilização e na divulgação de suas notas no Enem e das informações prestadas no Exame, inclusive aquelas constantes do questionário socioeconômico, assim como os dados referentes à sua inscrição no Prouni;

III - a utilização e divulgação das informações constantes nos documentos referidos no art. 18 desta Portaria e expressa concordância quanto à apresentação dos documentos ali referidos; e

IV - divulgação às IES das informações prestadas pelo estudante.

Art. 10. O Ministério da Educação disponibilizará ao estudante, em caráter exclusivamente informativo, a nota de corte para cada tipo de bolsa, curso, turno e modalidade de concorrência, a qual será atualizada periodicamente conforme o processamento das inscrições efetuadas.

§ 1o Durante o período de inscrição o estudante poderá alterar as suas opções, bem como efetuar o seu cancelamento.

§ 2o A pré-seleção no processo seletivo do Prouni será efetuada com base na última alteração efetuada e confirmada pelo estudante, conforme o disposto no parágrafo anterior.

Art. 11. Para fins de apuração da renda familiar bruta mensal per capita de que trata esta Portaria, entende-se como grupo familiar a unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras pessoas que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todas moradoras em um mesmo domicílio.

§ 1o A renda familiar bruta mensal per capita será apurada de acordo com o seguinte procedimento:

I - calcula-se a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros do grupo familiar a que pertence o estudante, levando-se em conta, no mínimo, os três meses anteriores ao comparecimento do estudante para aferição das informações pela instituição;

II - calcula-se a média mensal dos rendimentos brutos apurados após a aplicação do disposto no inciso I do caput; e

III - divide-se o valor apurado após a aplicação do disposto no inciso II do caput pelo número de membros do grupo familiar do estudante.

§ 2º No cálculo referido no inciso I do caput serão computados os rendimentos de qualquer natureza percebidos pelos membros do grupo familiar, a título regular ou eventual, inclusive aqueles provenientes de locação ou de arrendamento de bens móveis e imóveis.

§ 3º Estão excluídos do cálculo de que trata o parágrafo anterior:

I - os valores percebidos a título de:

- a) auxílios para alimentação e transporte;
- b) diárias e reembolsos de despesas;
- c) adiantamentos e antecipações;
- d) estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- e) indenizações decorrentes de contratos de seguros; e
- f) indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;

II - os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

- a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;
- d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;
- e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e
- f) demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

III - o montante pago pelo alimentante a título de pensão alimentícia, exclusivamente no caso de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública que assim o determine.

§ 4o Caso o grupo familiar informado se restrinja ao próprio estudante, este deverá comprovar percepção de renda própria que suporte seus gastos, condizente com seu padrão de vida e de consumo, sob pena de reprovação.

§ 5o Será reprovado o estudante que informar grupo familiar com o qual não resida, salvo decisão em contrário do coordenador do Prouni, observada em qualquer caso a obrigatoriedade de informar a renda de todos os membros do grupo familiar, nos termos do disposto no inciso II do caput.

§ 6o O disposto nesta Portaria aplica-se igualmente aos grupos familiares nos quais ocorra união estável, inclusive homoafetiva.

CAPÍTULO III

DA PRÉ-SELEÇÃO

Art. 12. A pré-seleção dos estudantes inscritos no processo seletivo do Prouni de que trata esta Portaria, considerará suas notas obtidas nas provas do Enem referente ao ano de 2012.

§ 1o A nota a ser considerada na pré-seleção do estudante no processo seletivo do Prouni será a média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem de que trata o caput.

§ 2o O estudante será sempre pré-selecionado na ordem decrescente das notas referidas no caput, em apenas uma das opções de curso, observada a ordem escolhida por ocasião da inscrição e o limite de bolsas disponíveis.

§ 3o No caso de notas idênticas, calculadas segundo o disposto no § 1o do caput, o desempate entre os estudantes será determinado de acordo com a seguinte ordem de critérios:

I - maior nota na redação;

II - maior nota na prova de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias;

III - maior nota na prova de Matemática e suas Tecnologias;

IV - maior nota na prova de Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e

V - maior nota na prova de Ciências Humanas e suas Tecnologias.

§ 4o A pré-seleção, observadas as notas referidas no caput, as opções efetuadas pelos estudantes e o limite de bolsas disponíveis, será efetuada observando-se a seguinte ordem:

I - estudantes inscritos para as bolsas destinadas à reserva trabalhista, conforme disposto no art. 5o desta Portaria;

II - estudantes inscritos para as bolsas destinadas às pessoas com deficiência ou autodeclarados indígenas, pardos ou pretos e que optaram por concorrer às bolsas

destinadas à implementação de políticas afirmativas, conforme disposto no art. 4o desta Portaria; e

III - demais estudantes inscritos.

§ 5o As bolsas para as quais não houver estudantes pré-selecionados nos termos do inciso I do parágrafo anterior serão ofertadas da seguinte forma:

I - bolsas destinadas à implementação de políticas afirmativas para os estudantes que optaram por esta modalidade de concorrência; e

II - bolsas destinadas à ampla concorrência para os estudantes que optaram por esta modalidade de concorrência.

§ 6o As bolsas para as quais não houver estudantes pré-selecionados nos termos dos incisos I e II do § 4o do caput, observado o disposto no parágrafo anterior, serão revertidas à ampla concorrência e ofertadas aos demais estudantes inscritos.

§ 7o A pré-seleção nas chamadas regulares assegura ao estudante apenas a expectativa de direito à bolsa respectiva, condicionando seu efetivo usufruto à regular participação e aprovação nas fases posteriores do processo seletivo, nos termos dos arts. 14 a 20 desta Portaria, bem como à formação de turma no período letivo inicial, nos termos do art. 22.

Art. 13. O Ministério da Educação divulgará, na data especificada no Edital Prouni 1o/2013, o resultado da pré-seleção.

§ 1o O estudante poderá consultar o resultado das chamadas regulares no Portal do Prouni na internet.

§ 2o O estudante pré-selecionado em sua primeira opção de curso, independentemente de ter o Termo de Concessão de Bolsa emitido pela IES, não participará da chamada subsequente do processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2013, observado, quando for o caso, o disposto no art. 22 desta Portaria.

§ 3o O estudante pré-selecionado em sua segunda opção de curso, independentemente de ter o Termo de Concessão de Bolsa emitido pela IES, permanecerá concorrendo na chamada subsequente exclusivamente para o curso que definiu como sua primeira opção.

§ 4o Na hipótese prevista no parágrafo anterior, a emissão do Termo de Concessão de Bolsa para a primeira opção de curso implica no cancelamento automático do Termo de Concessão de Bolsa anteriormente emitido, referente à segunda opção de curso.

CAPÍTULO IV

DA COMPROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES E DO PROCESSO SELETIVO PRÓPRIO DAS IES

Art. 14. Os estudantes pré-selecionados nas chamadas regulares nos termos do art. 12 desta Portaria, deverão comparecer às respectivas IES na data especificada no Edital Prouni 1o/2013 para comprovação das informações prestadas na inscrição ao Programa e eventual participação em processo seletivo próprio da instituição, quando for o caso.

§ 1o É facultado às IES, respeitados os prazos estabelecidos no Edital Prouni 1o/2013, definirem local e horário para a aferição das informações prestadas pelos estudantes pré-selecionados, bem como para a aplicação de eventual processo próprio de seleção.

§ 2o As IES que optarem por efetuar processo próprio de seleção deverão comunicar formalmente os estudantes, observado o prazo mínimo de 48 horas após o seu comparecimento à instituição, informando sua natureza e os critérios de aprovação, os quais não poderão ser mais rigorosos do que aqueles aplicados aos estudantes selecionados em seus processos seletivos regulares, vedada a cobrança de qualquer tipo de taxa.

§ 3o Em caso de reprovação, a IES deverá detalhar as razões ao estudante, bem como lhe conceder vista da avaliação efetuada sempre que por este solicitada.

§ 4o O eventual processo próprio de seleção referido no § 2º do caput somente poderá ser aplicado após a divulgação dos resultados de cada chamada regular e deverá ocorrer até o final da fase de comprovação de informações da chamada respectiva, sob pena de ser desconsiderado para o processo seletivo do Prouni de que trata esta Portaria.

Art. 15. Ao receber a documentação do estudante, a IES obrigatoriamente lhe entregará o Protocolo de Recebimento de Documentação do Prouni constante no Anexo I desta Portaria, inclusive no caso de bolsa em curso ministrado na modalidade a distância (EAD).

§ 1o A ausência de entrega do protocolo referido no caput ao estudante pré-selecionado inverte o ônus da prova a seu favor, sempre que houver dúvida acerca de seu comparecimento tempestivo à instituição.

§ 2o O estudante pré-selecionado para curso ministrado a distância, deverá entregar a documentação no polo de apoio presencial vinculado à instituição para o qual foi pré-selecionado.

§ 3o A IES deverá manter em cada local de oferta de cursos, inclusive em polo de apoio presencial no caso de curso na modalidade de ensino a distância, o coordenador do Prouni permanentemente disponível para recebimento da documentação do estudante e envio, se for o caso, para outro endereço durante o período de comprovação de informações referido no Edital Prouni 1o/2013.

§ 4o A IES deve assegurar, no caso de envio da documentação para outro endereço, que a aferição das informações prestadas pelos estudantes pré-selecionados assim como a emissão dos Termos de Concessão de Bolsa ou de Reprovação sejam efetuados nos prazos especificados no Edital Prouni 1o/2013.

Art. 16. É de inteira responsabilidade do estudante pré-selecionado a observância dos prazos estabelecidos no Edital Prouni 1o/2013, bem como o acompanhamento de eventuais alterações por meio do Portal do Prouni na internet ou da Central de Atendimento do Ministério da Educação (0800-616161).

§ 1o Cabe exclusivamente ao estudante pré-selecionado verificar junto à IES respectiva o local e horário para a comprovação das informações e eventual participação em processo próprio de seleção da instituição, quando for o caso.

§ 2o Eventual comunicação por via eletrônica do Ministério da Educação aos estudantes acerca do processo seletivo do Prouni tem caráter meramente complementar, não afastando a responsabilidade destes se manterem informados pelos meios referidos no caput.

Art. 17. Compete ao coordenador do Prouni na IES a aferição da pertinência e veracidade das informações prestadas pelo estudante e encaminhamento, quando for o caso, para processo próprio de seleção, observado o prazo especificado no caput do art. 14 desta Portaria, concluindo por sua aprovação ou reprovação no processo seletivo.

§ 1o O resultado da comprovação de informações deverá ser registrado pelo coordenador do Prouni no Sistema Informatizado do Prouni - Sisprouni, com a emissão do respectivo Termo de Concessão de Bolsa ou Termo de Reprovação, no período definido no Edital Prouni 1o/2013.

§ 2o O estudante pré-selecionado nas chamadas regulares que não tiver sua aprovação ou reprovação registrada no Sisprouni, com a emissão do respectivo termo até o final do prazo definido no parágrafo anterior, será considerado reprovado por ausência de registro do coordenador do Prouni.

§ 3o A apresentação de informações ou documentos falsos implicará a reprovação do estudante pelo coordenador do Prouni e sua exclusão definitiva do processo

seletivo, sujeitando-o às penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal.

Art. 18. No processo de comprovação das informações o estudante deverá apresentar, a critério do coordenador do Prouni, original e fotocópia dos seguintes documentos:

I - documento de identificação próprio e dos demais membros do grupo familiar, dentre aqueles especificados no Anexo II desta Portaria;

II - comprovante de residência do estudante e dos membros do grupo familiar, dentre aqueles especificados no Anexo III desta Portaria;

III - comprovante de separação ou divórcio dos pais ou certidão de óbito, no caso de um deles não constar do grupo familiar do estudante, por estas razões;

IV - comprovante de rendimentos do estudante e dos integrantes de seu grupo familiar, conforme disposto no § 1º do caput, referentes às pessoas físicas e a eventuais pessoas jurídicas vinculadas;

V - cópia de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública determinando o pagamento de pensão alimentícia, caso esta tenha sido abatida da renda bruta de membro do grupo familiar;

VI - comprovantes dos períodos letivos referentes ao ensino médio cursados em escola pública, quando for o caso;

VII - comprovante de percepção de bolsa de estudos integral durante os períodos letivos referentes ao ensino médio cursados em instituição privada, emitido pela respectiva instituição, quando for o caso;

VIII - comprovante de efetivo exercício do magistério na educação básica pública integrando o quadro de pessoal permanente da instituição, quando for o caso;

IX - laudo médico atestando a espécie e o grau da deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, quando for o caso;

X - comprovação da existência de união estável no grupo familiar, quando for o caso, por meio de pelo menos um dos seguintes documentos, a critério do coordenador do Prouni:

a) atestado de união estável emitido por órgão governamental;

b) declaração de imposto de renda em que um dos interessados conste como dependente;

c) declaração firmada em cartório;

- d) certidão ou documento similar emitido por autoridade de registro civil;
- e) comprovação de união estável emitida por juízo competente;
- f) certidão de casamento religioso; ou
- g) na impossibilidade de apresentação dos documentos mencionados, deverão ser exigidos pelo menos dois dos seguintes documentos, com tempo mínimo de um ano, nos casos dos itens 1, 2, 3 e 4:

1. disposições testamentárias que comprovem o vínculo;
2. apólice de seguro de vida na qual conste um dos interessados como instituidor do seguro e o outro como beneficiário;
3. escritura de compra e venda, registrada no Registro de Propriedade de Imóveis, em que constem os interessados como proprietários, ou contrato de locação de imóvel em que figurem como locatários;
4. conta bancária conjunta;
5. certidão de nascimento de filho havido em comum;
6. declaração, sob as penas da lei, de duas pessoas que atestem a existência da união estável; e

XI - quaisquer outros documentos que o coordenador do Prouni eventualmente julgar necessários à comprovação das informações prestadas pelo estudante, referentes a este ou aos membros de seu grupo familiar.

§ 1º São considerados comprovantes de rendimentos aqueles especificados no Anexo IV desta Portaria.

§ 2º A apuração da renda familiar bruta mensal observará os procedimentos especificados no Anexo V desta Portaria.

§ 3º A IES, por meio do coordenador do Prouni, deverá arquivar, sob sua responsabilidade, as fotocópias dos documentos referidos nos incisos I a XI do caput:

I - por cinco anos após o encerramento do benefício, para os estudantes aprovados; e

II - por cinco anos após a data da reprovação, para os estudantes reprovados.

§ 4º Caso a ausência, no grupo familiar, de um dos pais do estudante ocorra em função de motivo diverso dos constantes no inciso III do caput, este deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, de duas pessoas que atestem a situação fática específica, a critério do coordenador do Prouni.

§ 5º O estudante que tenha cursado o ensino médio no exterior deverá apresentar as vias originais dos documentos referidos neste artigo, em especial nos incisos VI e

VII do caput, e a respectiva tradução para o português, por tradutor juramentado, nos termos do art. 224 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 6o O coordenador do Prouni deverá solicitar, salvo em caso de dúvida, somente um dos comprovantes de identificação e residência especificados nos Anexos II e III desta Portaria.

§ 7o É vedado ao coordenador do Prouni solicitar a autenticação em cartório das fotocópias de quaisquer documentos, devendo este atestar sua veracidade com a via original no momento de aferição das informações prestadas pelo estudante.

§ 8o Para a comprovação de conclusão do ensino médio, o estudante poderá apresentar certificado de conclusão com base no resultado do Enem, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) ou dos exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino.

§ 9o Para fins do disposto no § 8o, o estudante não poderá ter cursado, em algum momento, o ensino médio em escola particular, exceto se na condição de bolsista integral da própria escola.

Art. 19. No processo de comprovação das informações, o coordenador do Prouni considerará, além da documentação apresentada, quaisquer outros elementos que demonstrem patrimônio, renda ou padrão de vida incompatíveis com as normas do Programa ou com a renda declarada na inscrição.

Parágrafo único. Caso o patrimônio do estudante ou de membros de seu grupo familiar indique incompatibilidade com a renda declarada, o coordenador do Prouni deverá certificar-se da observância dos limites de renda do Programa mediante a documentação especificada no Anexo IV desta Portaria ou quaisquer outros documentos julgados necessários.

Art. 20. Caso tenham ocorrido alterações nas informações prestadas pelo estudante, entre a inscrição e a fase de comprovação das informações, o coordenador do Prouni considerará aquelas vigentes no momento da aferição.

Art. 21. O estudante não pré-selecionado ou pré-selecionado em sua segunda opção de curso em primeira chamada, independentemente de ter o Termo de Concessão de Bolsa emitido, poderá ser pré-selecionado em segunda chamada, em virtude da reprovação dos estudantes pré-selecionados na primeira chamada.

Art. 22. Os estudantes pré-selecionados para cursos nos quais não houver formação de turma no período letivo inicial serão reprovados, salvo se já estiverem matriculados em períodos letivos posteriores do respectivo curso.

§ 1o Os estudantes pré-selecionados em sua primeira opção de curso, reprovados por não formação de turma, poderão ser pré-selecionados na chamada seguinte em sua segunda opção de curso, desde que existam bolsas disponíveis nos cursos em que estiverem inscritos.

§ 2o O registro de não formação de turma referido no caput implica a exclusão do curso e respectivas bolsas da chamada posterior e da lista de espera.

CAPÍTULO V

DA LISTA DE ESPERA DO PROUNI

Art. 23. Para participar da lista de espera, o estudante deverá obrigatoriamente confirmar seu interesse no Portal do Prouni na internet durante o período especificado no Edital do Prouni 1o/2013.

§ 1o Poderá participar da lista de espera de que trata o caput, exclusivamente para o curso correspondente à sua primeira opção:

- I - o estudante não pré-selecionado nas chamadas regulares; e
- II - o estudante pré-selecionado em sua segunda opção de curso, independentemente de ter o Termo de Concessão de Bolsa emitido pela IES.

§ 2o Poderá participar da lista de espera de que trata o caput, exclusivamente para o curso correspondente à sua segunda opção:

- I - o estudante não pré-selecionado nas chamadas regulares em que tenha ocorrido não formação de turma na sua primeira opção; e
- II - o estudante pré-selecionado em sua primeira opção de curso, reprovado por não formação de turma.

§ 3o A manifestação de interesse de que trata o caput assegura ao estudante apenas a expectativa de direito à bolsa ofertada no âmbito do Prouni para a qual a manifestação foi efetuada.

§ 4o A lista de espera do Prouni será disponibilizada às instituições com a classificação dos estudantes por curso e turno segundo suas notas obtidas no Enem.

§ 5o A lista de espera do Prouni será única para cada curso e turno de cada local de oferta, independentemente da opção original dos estudantes pela concorrência às vagas destinadas à implementação de políticas de ações afirmativas ou à ampla concorrência.

Art. 24. Observados os prazos estabelecidos no Edital Prouni 1o/2013, e havendo bolsas disponíveis, as IES deverão convocar os estudantes constantes na lista de

espera, observada a ordem disposta no §§ 4o e 5o do art. 23 desta Portaria, para comprovação das informações prestadas na inscrição.

Art. 25. Os estudantes convocados deverão comparecer às respectivas IES, em local e horário por estas especificados, observados os prazos estabelecidos no Edital Prouni 1o/2013, conforme disposto no art. 26 desta Portaria, devendo atender às mesmas exigências dos estudantes pré-selecionados nas chamadas regulares do processo seletivo do Prouni.

Art. 26. O processo de aferição das informações dos estudantes convocados observará os prazos estabelecidos no Edital Prouni 1o/2013.

Parágrafo único. É de inteira responsabilidade do estudante convocado em lista de espera:

I - a verificação, junto à IES respectiva, do local e do horário ao qual deve comparecer para efetuar a comprovação das informações prestadas na inscrição; e
II - a observância dos prazos estabelecidos no Edital Prouni 1o/2013, bem como o acompanhamento de eventuais alterações por meio do Portal do Prouni na internet ou da Central de Atendimento do Ministério da Educação (0800-616161).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. Perderá o direito à bolsa o estudante que não comprovar o cumprimento de eventuais requisitos específicos vinculados à natureza do curso em que tiver sido pré-selecionado.

Art. 28. O Termo de Concessão de Bolsa deverá ser assinado digitalmente pelo coordenador do Prouni e manualmente pelo bolsista, em duas vias, uma entregue ao estudante e a outra arquivada pela IES pelo prazo previsto no inciso I do § 3o do art. 18 desta Portaria.

Parágrafo único. Nos casos em que a matrícula do estudante pré-selecionado for incompatível com o período letivo da IES, acarretando sua reprovação por faltas, esta deverá emitir o Termo de Concessão de Bolsa e suspender seu usufruto até o período letivo seguinte.

Art. 29. Observados os prazos previstos no Edital Prouni 1o/2013, a emissão do Termo de Concessão de Bolsa condiciona-se:

I - ao prévio encerramento de bolsa do Prouni em usufruto, pelo coordenador do Programa, no caso de estudante já beneficiário do Programa;
II - à apresentação de documento que comprove o encerramento de vínculo acadêmico, no caso de estudante matriculado em IES pública e gratuita; e

III - ao encerramento de contrato firmado no âmbito do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies em IES, curso e turno diferentes daquele no qual a bolsa será concedida, conforme disposto no art. 15 da Portaria Normativa MEC no 19, de 20 de novembro de 2008.

Art. 30. As bolsas concedidas no processo seletivo referido nesta Portaria abrangerão a totalidade das semestralidades ou anuidades, a partir do primeiro semestre de 2013, nos termos do disposto no § 3º do art. 1º da Lei no 11.096, de 2005, bem como no inciso I do art. 5º da Portaria Normativa MEC no 22, de 13 de novembro de 2012.

Parágrafo único. Os estudantes deverão, quando for o caso, ser ressarcidos pelas respectivas IES das parcelas da semestralidade ou anuidade relativas ao primeiro semestre de 2013 por eles já pagas.

Art. 31. Os encargos educacionais dos estudantes beneficiados com bolsas parciais deverão considerar todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela IES, inclusive aqueles concedidos em virtude do pagamento pontual das mensalidades, consoante o disposto na Portaria Normativa MEC no 2, de 1º de fevereiro de 2012 e Portaria SESu no 87, de 3 de abril de 2012.

Art. 32. Todos os procedimentos relativos ao processo seletivo referido nesta Portaria, efetuados pelo coordenador do Prouni, deverão ser executados exclusivamente por meio do Sisprouni, sendo sua validade condicionada à assinatura digital, por meio de certificado digital pessoa física tipo A1 ou A3, emitido no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Parágrafo único. O coordenador do Prouni e seus representantes respondem administrativa, civil e penalmente por eventuais irregularidades cometidas nos procedimentos sob sua responsabilidade.

Art. 33. Todos os atos de responsabilidade do coordenador do Prouni referidos nesta Portaria poderão ser igualmente praticados por seus respectivos representantes, conforme disposto no § 2º do art. 3º da Portaria Normativa MEC no 22, de 13 de novembro de 2012.

Art. 34. As IES participantes do processo seletivo de que trata esta Portaria deverão divulgar, em seus sítios eletrônicos na internet e mediante afixação em locais de grande circulação de estudantes:

I - o inteiro teor desta Portaria;

II - o inteiro teor do Edital Prouni 1º/2013; e

III - o tipo e o número de bolsas disponíveis em cada curso e turno de cada local de oferta.

Parágrafo único Consoante o disposto no art. 1º da Portaria Normativa MEC no 2, de 1º de fevereiro de 2012, as IES referidas no caput deverão ainda dar publicidade a todo o seu corpo discente, mediante afixação em locais de grande circulação de estudantes e em seus sítios eletrônicos na internet:

I - do valor dos encargos educacionais mensais para cada curso e turno, fixados com base na Lei no 9.870, de 23 de novembro de 1999;

II - de todos os descontos regulares e de caráter coletivo oferecidos pela IES, inclusive aqueles concedidos a título de pontualidade ou antecipação do pagamento das mensalidades; e

III - da Central de Atendimento do Ministério da Educação, cujo acesso se dá pelo telefone 0800 616161 ou por meio de formulário eletrônico ao Prouni, disponível no Portal do Ministério da Educação (www.mec.gov.br).

Art. 35. A Portaria Normativa MEC no 19, de 14 de setembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º § 1º É vedada a acumulação da bolsa permanência de que trata a Lei no 11.180, de 23 de setembro de 2005, com quaisquer outras bolsas da mesma natureza destinadas ao custeio de despesas educacionais, mantidas com recursos públicos de quaisquer das esferas federativas." (N.R.)

Art. 36 Fica revogado o § 2º do art. 2º da Portaria Normativa MEC no 19, de 14 de setembro de 2011.

Art. 37. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES

ANEXO I

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTAÇÃO DO PROUNI

PROCESSO SELETIVO REFERENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2013

Eu, _____ (nome do funcionário da
instituição de ensino superior),
_____ (cargo do

funcionário na instituição de ensino superior) do local de oferta de curso _____ (nome do local de oferta de curso) da _____ (nome da instituição de ensino superior), declaro que o estudante _____ (nome do estudante), compareceu a esta instituição e entregou a documentação para comprovação das informações prestadas por ocasião de sua inscrição no processo seletivo do Prouni referente ao 1o semestre de 2013.

Fica o estudante advertido de que a entrega dos documentos supra referidos não afasta a necessidade de apresentação de quaisquer outros documentos adicionais eventualmente julgados necessários pelo coordenador do Prouni na instituição.

Fica o estudante advertido de que a apresentação de documentos ou prestação de informações falsas à instituição implicarão a sua reprovação pelo coordenador do Prouni, sujeitando-o às penalidades previstas no art. 299 do Decreto Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal Brasileiro).

Município / UF / data

Carimbo da instituição de ensino superior e assinatura do funcionário

ANEXO II

DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE E DOS MEMBROS DE SEU GRUPO FAMILIAR

O coordenador do Prouni deverá solicitar, salvo em caso de dúvida, somente um dos seguintes comprovantes de identificação:

1. Carteira de Identidade fornecida pelos órgãos de segurança pública das Unidades da Federação.
2. Carteira Nacional de Habilitação, novo modelo, no prazo de validade.
3. Carteira Funcional emitida por repartições públicas ou por órgãos de classe dos profissionais liberais, com fé pública reconhecida por Decreto.
4. Identidade Militar, expedida pelas Forças Armadas ou forças auxiliares para seus membros ou dependentes.

5. Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), quando for o caso.
6. Passaporte emitido no Brasil.
7. Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS).

ANEXO III

COMPROVANTES DE RESIDÊNCIA

O coordenador do Prouni deverá solicitar, salvo em caso de dúvida, somente um dos seguintes comprovantes de residência em nome do bolsista ou de membro do grupo familiar:

1. Contas de água, gás, energia elétrica ou telefone (fixo ou móvel).
2. Contrato de aluguel em vigor, com firma do proprietário do imóvel reconhecida em cartório, acompanhado de um dos comprovantes de conta de água, gás, energia elétrica ou telefone em nome do proprietário do imóvel.
3. Declaração do proprietário do imóvel confirmando a residência, com firma reconhecida em cartório, acompanhada de um dos comprovantes de conta de água, gás, energia elétrica ou telefone em nome do proprietário do imóvel.
4. Declaração anual do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).
5. Demonstrativo ou comunicado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou da Receita Federal do Brasil (RFB).
6. Contracheque emitido por órgão público.
7. Boleto bancário de mensalidade escolar, de mensalidade de plano de saúde, de condomínio ou de financiamento habitacional.
8. Fatura de cartão de crédito.
9. Extrato ou demonstrativo bancário de outras contas, corrente ou poupança.
10. Extrato ou demonstrativo bancário de empréstimo ou aplicação financeira.
11. Extrato do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
12. Guia ou carnê do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) ou do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

ANEXO IV

COMPROVANTES DE RENDIMENTOS

I - Para comprovação da renda devem ser apresentados documentos conforme o tipo de atividade.

II - Para cada atividade, existe uma ou mais possibilidades de comprovação de renda.

III - Deve-se utilizar pelo menos um dos comprovantes relacionados.

IV - A decisão quanto ao(s) documento(s) a ser(em) apresentado(s) cabe ao coordenador do Prouni, o qual poderá solicitar qualquer tipo de documento em qualquer caso e qualquer que seja tipo de atividade, inclusive contas de gás, condomínio, comprovantes de pagamento de aluguel ou prestação de imóvel próprio, carnês do IPTU, faturas de cartão de crédito e quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas a qualquer membro do grupo familiar.

1. ASSALARIADOS

Três últimos contracheques, no caso de renda fixa.

Seis últimos contracheques, quando houver pagamento de comissão ou hora extra.

Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

CTPS registrada e atualizada. CTPS registrada e atualizada ou carnê do INSS com recolhimento em dia, no caso de empregada doméstica.

Extrato da conta vinculada do trabalhador no FGTS referente aos seis últimos meses.

Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

2. ATIVIDADE RURAL

Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso.

Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas.

Notas fiscais de vendas dos últimos seis meses.

3. APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Extrato mais recente do pagamento de benefício, obtido por meio de consulta no endereço eletrônico <http://www.mpas.gov.br>

Extratos bancários dos últimos três meses, quando for o caso.

Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

4. AUTÔNOMOS

Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso.

Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada.

Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

5. PROFISSIONAIS LIBERAIS

Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou membros de seu grupo familiar, quando for o caso.

Guias de recolhimento ao INSS com comprovante de pagamento do último mês, compatíveis com a renda declarada.

Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos.

6. SÓCIOS E DIRIGENTES DE EMPRESAS

Três últimos contracheques de remuneração mensal.

Declaração de IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ.

Quaisquer declarações tributárias referentes a pessoas jurídicas vinculadas ao estudante ou a membros de seu grupo familiar, quando for o caso.

Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos, da pessoa física e das pessoas jurídicas vinculadas.

7. RENDIMENTOS DE ALUGUEL OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

Extratos bancários dos últimos três meses, pelo menos. Contrato de locação ou arrendamento devidamente registrado em cartório acompanhado dos três últimos comprovantes de recebimentos.

ANEXO V

CRITÉRIOS PARA APURAÇÃO DE RENDA COMPROVADA

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 A partir do(s) documento(s) de comprovação apresentados deve-se proceder à apuração da renda.

1.2 A apuração da renda considerará as características dos rendimentos apresentados em relação à sua continuidade, às variações de curto prazo e à duração de seu recebimento.

1.3 Quando houver a comprovação de mais de uma renda, a apuração será feita separadamente e os resultados somados.

1.4 Os critérios para apuração da renda comprovada variam para cada tipo de documento apresentado, e observam o disposto nos itens a seguir.

2. TIPOS DE COMPROVANTES DE RENDA

2.1. CONTRACHEQUE SEM RENDIMENTOS VARIÁVEIS

2.1.1 A renda comprovada por meio de contracheque é composta dos créditos recebidos continuamente pelo trabalhador assalariado.

2.1.2 Estão compreendidos entre os trabalhadores assalariados:

- Empregados de empresas públicas e privadas sob regime de CLT;
- Servidores públicos;
- Ocupantes de cargos comissionados ou que exerçam função gratificada;
- Ocupantes de cargos eletivos.

2.1.3 São consideradas partes integrantes da renda do trabalho assalariado

- Salário-base/salário-padrão;
- Salário pelo exercício de cargo público efetivo;
- Gratificações pelo exercício de função pública de confiança, desde que comprovado seu exercício em caráter efetivo;
- Salário pelo exercício de cargo público comissionado;
- Salário pelo exercício de mandato eletivo;
- Adicionais noturnos, insalubridade e periculosidade, desde que estejam comprovadamente vinculados às atividades exercidas pelo proponente;
- quaisquer outras remunerações constantes no respectivo contracheque.

2.1.4 O cálculo deve ser efetuado considerando o somatório das partes integrantes da renda do trabalho assalariado.

2.2. CONTRACHEQUE COM RENDIMENTOS VARIÁVEIS

2.2.1 Os salários que apresentam créditos recebidos sob a forma de porcentagem ou comissão sobre produção, vendas ou horas de serviço, são apurados pela média de recebimento mensal.

2.2.2 Esse tipo de rendimento varia mês a mês, e a renda apurada considera a média mensal dos valores recebidos nos últimos seis meses.

2.2.3 No caso de existir uma parcela de rendimento fixo, esta é somada à parte variável para compor a renda.

2.3. CONTRACHEQUE COM HORAS EXTRAS

2.3.1 O adicional de prestação de serviços extraordinários (horas extras) deve ser considerado como parte da renda.

2.3.2 Neste caso, devem ser solicitados os seis últimos contracheques.

2.3.3 O valor recebido de horas extras é determinado pela média de recebimento mensal dos seis meses, independentemente de ter havido ou não crédito de horas extras em todos os meses.

2.3.4 O valor médio mensal do adicional de prestação de serviços extraordinários (horas extras) é somado ao salário padrão para composição da renda.

2.4. DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA – PESSOA FÍSICA

2.4.1 A declaração deve estar acompanhada do recibo de entrega à Receita Federal do Brasil e da respectiva notificação de restituição, quando houver.

2.4.2 São válidas as declarações referentes ao exercício do último ano, porém o coordenador do Prouni poderá também solicitar declarações referentes a anos anteriores.

2.4.3 O total bruto dos rendimentos declarados no ano deve ser dividido por doze, para a apuração da renda bruta média mensal.

2.4.4 Considera-se a renda individual, no caso de Declaração do Imposto de Renda Conjunta.

2.5. CONTRATO DE LOCAÇÃO OU ARRENDAMENTO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

2.5.1 Os aluguéis recebidos pela locação de imóveis e outros bens são considerados renda.

2.5.2 Deve ser apresentado o contrato de locação, explicitando valores, acompanhado dos últimos três recibos de pagamento do aluguel em favor do locador com firma reconhecida.

2.5.3 A renda mensal é estabelecida pela média aritmética dos recebimentos dos seis últimos meses.

2.6. CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS

2.6.1 O documento deve estar atualizado com o respectivo valor da renda.

2.6.2 A renda mensal é estabelecida de acordo com o valor informado na CTPS.

2.7. EXTRATO DE FGTS

2.7.1 Extrato da conta vinculada do trabalhador no FGTS nos últimos seis meses.

2.7.2 A renda mensal é estabelecida pela média aritmética dos valores de base de cálculo do FGTS dos seis meses.

2.7.3 Por meio dos valores de recolhimentos obtêm-se os valores bases de cálculo do FGTS, multiplicando-se o valor do recolhimento por 12,5.

2.8. COMPROVANTE DE CONTRIBUIÇÃO AO INSS

2.8.1 No documento devem constar as contribuições ao Regime Geral de Previdência Social.

2.8.2 A renda mensal é igual ao salário de contribuição.

2.8.3 Para os contribuintes individuais e facultativos, o salário de contribuição é estabelecido pelo valor do recolhimento multiplicado por 5, uma vez que as contribuições correspondem a 20% do salário de contribuição.

2.9. EXTRATO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO DO INSS

2.9.1 Extrato mais recente do pagamento de benefício obtido por meio de consulta no endereço <http://www.mpas.gov.br>

2.9.2 A renda mensal é estabelecida de acordo com o valor do benefício obtido na consulta.

2.10. NOTAS FISCAIS DE VENDAS

2.10.1 As notas fiscais de vendas de mercadorias ou produtos são comprovantes de renda para a atividade rural.

2.10.2 O valor médio mensal das vendas é estabelecido pela média aritmética dos valores de venda dos últimos seis meses.

2.10.3 A renda mensal corresponderá a 30% do valor médio mensal das vendas.

3. DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Estão excluídos do cálculo de que trata este Anexo:

I - os valores percebidos a título de:

- a) auxílios para alimentação e transporte;
- b) diárias e reembolsos de despesas;
- c) adiantamentos e antecipações;
- d) estornos e compensações referentes a períodos anteriores;
- e) indenizações decorrentes de contratos de seguros;

f) indenizações por danos materiais e morais por força de decisão judicial;

II - os rendimentos percebidos no âmbito dos seguintes programas:

a) Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

b) Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano;

c) Programa Bolsa Família e os programas remanescentes nele unificados;

d) Programa Nacional de Inclusão do Jovem - Pró-Jovem;

e) Auxílio Emergencial Financeiro e outros programas de transferência de renda destinados à população atingida por desastres, residente em Municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência; e

f) demais programas de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios; e

III - o montante pago pelo alimentante a título de pensão alimentícia, exclusivamente no caso de decisão judicial, acordo homologado judicialmente ou escritura pública que assim o determine.

DOU 31/12/2012, p. 137 seção 1